

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
AGRONEGÓCIO – NÍVEL DE MESTRADO**

BOLÍVAR ALENCAR RIBEIRO

**A EXPANSÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO SUL DO BRASIL:
LIMITES E POSSIBILIDADES**

TOLEDO - PR

2011

BOLÍVAR ALENCAR RIBEIRO

**A EXPANSÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO SUL DO BRASIL:
LIMITES E POSSIBILIDADES**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Nível de Mestrado, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio.

Orientador: Prof. Dr. Alfredo Aparecido Batista.

TOLEDO - PR

2011

Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca Universitária
UNIOESTE/Campus de Toledo.
Bibliotecária: Marilene de Fátima Donadel - CRB – 9/924

R484e Ribeiro, Bolívar Alencar
 A expansão da economia solidária no Sul do Brasil :
 limites e possibilidades / Bolívar Alencar Ribeiro. -- Toledo,
 PR : [s. n.], 2011.
 123 f.

 Orientador: Dr. Alfredo Aparecido Batista
 Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e
 Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
 Campus de Toledo. Centro de Ciências Sociais Aplicadas.

 1. Economia solidária – Brasil, Região Sul 2. Economia –
 Aspectos sociológicos 3. Cooperativismo 4. Trabalho 5. Setor
 informal (Economia) 6. Brasil, Região Sul – Políticas públicas
 7. Autogestão I. Batista, Alfredo Aparecido, Or. II. T

CDD 20. ed. 334.09816

BOLÍVAR ALENCAR RIBEIRO

**A EXPANSÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO SUL DO BRASIL:
LIMITES E POSSIBILIDADES**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Nível de Mestrado, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Alfredo Aparecido Batista

Prof.Dr Silvio Antonio Colognese

Prof. Dr. Ariovaldo de Oliveira Santos

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, que mesmo em meio as dificuldades existentes, sempre me estimulou na busca pelo conhecimento, não medindo esforços para que desde a minha mais tenra idade até hoje eu pudesse aprender a cada dia e alcançar meus objetivos. Da mesma forma agradeço a minha amada por me apoiar em minha jornada acadêmica desde a graduação.

A todos os professores (em especial meu orientador professor Alfredo, pelo apoio na superação dos percalços que envolveram esta jornada; a professora Mirian e o professor Jandir pelas aulas estimulantes e conduta exemplar na docência) e colegas de turma (sobretudo os colegas Fernando, Scheila e Luciane), que estiveram presentes na construção do conhecimento acadêmico no mestrado .

Aos colegas de graduação e movimento estudantil com os quais pude expandir os meus horizontes em relação ao papel da pesquisa e da universidade.

Aos colegas de trabalho e as chefias que compreenderam a importância desta minha jornada acadêmica tornando possível o cumprimento de todas as exigências acadêmicas que envolveram minha pesquisa nesta área desde a graduação até a presente dissertação.

Aos grandes escritores e artistas com os quais pude dialogar por meio de seus livros e obras, que fizeram com que não me sentisse só no caminho acadêmico que escolhi e nas minhas inquietações.

Aos trabalhadores que constroem cotidianamente a economia solidária e desta forma possibilitam a existência deste objeto de pesquisa.

A Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, pela oportunidade de estudar em universidade pública composta em sua maioria por profissionais comprometidos com o conhecimento.

RIBEIRO, Bolívar Alencar. **A expansão da economia solidária no sul do Brasil: Limite e Possibilidades**. 2011. 120f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Toledo – Pr.

RESUMO

Este trabalho foi baseado em uma análise detalhada das informações disponibilizadas pelo SIES /MTE, maior fonte de dados sobre a economia solidária no Brasil. O objeto de estudo foi a expansão da economia solidária na região sul do Brasil. Desta forma teve por objetivo geral compreender e analisar a expansão da economia solidária na região sul do Brasil. Foi constatada uma expansão considerável de empreendimentos sob os princípios da Economia Solidária na região, isto ocorreu em meio à crise do emprego formal na década de 90, tendo seu ápice de crescimento nos anos 2000, quando esta começou a configurar como política pública a nível nacional. Esta expansão deu-se de forma acentuada no estado do Rio Grande do Sul e em municípios pioneiros nas ações ligadas a economia solidária. Foram consideradas como hipóteses para esta expansão: a ação das entidades de apoio e implantação das políticas públicas de apoio a economia solidária. A pesquisa mostrou que a existência de entidades de apoio, ações governamentais, a capacidade organizativa dos envolvidos, além do acúmulo de experiências é que propicia amadurecimento da articulação em torno da economia solidária e induz a criação de políticas públicas de apoio.

Palavras chave: Economia Solidária, Mundo do Trabalho, Política Pública.

RIBEIRO, Bolívar Alencar. **The expansion of the solidary economy in the south region of Brazil: Limits and Possibilities.** 2011. 120f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Toledo – Pr.

ABSTRACT

This work is based in a detailed analysis of supplied informations by SIES/MTE, the major database about Solidary Economy in Brazil. The object of this study was the expansion of the solidary economy in the south region of Brazil. This way the general objective was understand and analyze the expansion of the solidary economy in the south region of Brazil. Thereby search to demonstrate the considerable expansion of activities under the principles of Economics Solidary, this ocured on the crisis of formal employment in the decade of 1990, and your apex of growth after the year 2000, when this began to configure how public policy at national level. This expansion it was given of differentiated form in Rio Grande do Sul state in general and in pioneering municipalities in the actions that involved the Solidary Economy. Had been considered as hypotheses for this expansion: the actions of support entities and the implantation of public politics of support the solidary economy. The research it showed that existence of entities of support, governmental actions, organization capacity of the involved ones, beyond the accumulation of experiences is that propitiates matureness of the joint around the solidary economy and induces the creation of public politics of support.

Keywords: Solidary Economy, Labor World, Public Policy.

RELAÇÃO DE FIGURAS

Figura 1 – Representação do Campo da Economia Solidária no Brasil	37
Mapa 1 - Ação Comunitária dos EES da Região Sul	63
Mapa 2 - Participação dos EES em movimentos sociais - Região Sul	64
Mapa 3 - Participação social dos EES em Redes e Fóruns Região Sul	65
Mapa 4 - Apoio de órgãos governamentais aos EES da Região Sul	69
Mapa 5 - Apoio das ONG's aos EES da Região Sul	71
Mapa 6 - Apoio do Sistema “S” aos EES da Região Sul	72
Mapa 7 – Apoio do Movimento Sindical aos EES da região Sul	73
Mapa 8 - Apoio das universidades aos EES da Região Sul	76
Mapa 9 - EES região Sul por ano de criação - até 1950 e de 1950 a 1970	88
Mapa 10 - EES região Sul por ano de criação - década de 1970	89
Mapa 11 EES região Sul por ano de criação - década de 1980	90
Mapa 12 - EES região Sul por ano de criação - década de 1990	91
Mapa 13 – EES Região Sul – 2000 a 2007	93
Mapa 14 – Total de EES existentes na Região Sul – 2007	95

RELAÇÃO DE QUADROS

Quadro 1 - EES com CNPJ	52
Quadro 2 – Dificuldade de acesso a crédito dos EES da região Sul	53
Quadro 3 - Dificuldades dos EES da região Sul no acesso ao crédito	54
Quadro 4 - Demanda e acesso a crédito - EES - Região Sul	55
Quadro 5 - Fornecedor de crédito aos EES da Região Sul	56
Quadro 6 - Classes de crédito - EES Região Sul	57
Quadro 7 - EES da região sul e investimento no último ano	58
Quadro 8 - Classes de investimento - EES Região Sul	58
Quadro 9 - Participação social dos EES da região Sul	62
Quadro 10 - Responsabilidade ambiental dos EES Região Sul	66
Quadro 11 - Entidades de Apoio, Fomento e Assessoria em Economia Solidária Região Sul	79
Quadro 12 – Problemas e propostas de política pública para regulamentação do setor	80
Quadro 13 - Políticas para a economia solidária em Prefeituras do Rio Grande do Sul	82
Quadro 14 - Iniciativas Públicas de Apoio a Economia Solidária na Região Sul	85
Quadro 15 - Políticas públicas de economia solidária e elementos para sua efetivação Região Sul	87
Quadro 16 - Expansão da Economia Solidária na Região Sul – por período de início de atividade dos EES	94
Quadro 17 - Síntese da Economia Solidária na Região Sul	98

RELAÇÃO DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Índices de desemprego – Brasil – 1989 -2001	38
Gráfico 2 - Expansão da Feira de Economia Solidária de Santa Maria	44
Gráfico 3 - Presença de municípios, estados e países na Feira de Santa Maria	45
Gráfico 4 - Presença de estados do Brasil e países na Feira de Santa Maria	46
Gráfico 5 - Presença de entidades de apoio na feira de Santa Maria	46
Gráfico 6 - Participação por gênero nos empreendimentos por gênero	48
Gráfico 7 - Setores de atividade dos EES da região sul	49
Gráfico 8 - Motivos para criação do EES	50
Gráfico 9 - Forma de organização dos EES - Região Sul	51
Gráfico 10 - Origem dos recursos para criação dos EES	53
Gráfico 11 - Faixas de faturamento mensal dos EES	59
Gráfico 12 - EES e remuneração	60
Gráfico 13 - Faixa de remuneração nos EES	61
Gráfico 14 - Acesso dos EES da região sul a Apoio	67
Gráfico 15 - Fontes de apoio aos EES	68

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADS	Agência de Desenvolvimento Solidário
AES	Atlas da Economia Solidária
ANTEAG	Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária
CEFURIA	Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
IFIL	Instituto de Filosofia da Libertação
ITCP	Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
MST	Movimento dos Sem Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
ONG	Organizações-Não-Governamentais
PACS	Projetos Alternativos Comunitários
PLANTEQ	Plano Territorial de Qualificação Profissional
SEDAI	Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SETP	Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social
SETS	Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária
SIES	Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária
UNITRABALHO	Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 APROXIMANDO DO CONCEITO DE ECONOMIA	9
2.1 CONCEITO DE SOLIDARIEDADE	9
2.2 CONCEITO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	11
2.2.1 Os empreendimentos econômicos solidários	13
2.2.2 Visões diferenciadas sobre a economia solidária	15
2.3 AUTOGESTÃO 16	
2.3.1 Formas de gestão participativa	17
2.4 FUNDAMENTOS DA AUTOGESTÃO	19
2.5 HETEROGESTÃO	23
3 HISTÓRICO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	26
3.1 NO MUNDO	26
3.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL	
Erro! Indicador não definido.6	
3.2.1 Economia Solidária na região Sul do Brasil	38
4 PESQUISA ESTATÍSTICA EM MOVIMENTO	47
4.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS EES: PARTICIPANTES E SETORES DE ATIVIDADE	47
4.2 MOTIVAÇÃO PARA CRIAÇÃO DOS EES E FORMAS DE ORGANIZAÇÃO	49
4.3 ACESSO A CRÉDITO E REALIZAÇÃO DE INVESTIMENTOS	52
4.4 FATURAMENTO E REMUNERAÇÃO NO EES	59
4.5 PARTICIPAÇÃO SOCIAL E RESPONSABILIDADE AMBIENTAL	62
4.6 ENTIDADES DE APOIO A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA REGIÃO SUL	66
4.6.1 Apoio Governamental	67
4.6.2 Organizações não- governamentais e Sistema “S”	70
4.6.3 Movimento Sindical	72
4.6.4 Articulação acadêmica e a vivência dos EES	73
4.6.5 Apoio ofertado	77

4.7 ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA SOCIAL	79
4.7.1 Desafios das políticas públicas em prol da economia solidária	80
4.7.1.1 Região Sul	81
4.7.1.1.1 Rio Grande do Sul	82
4.7.1.1.2 Paraná	83
4.7.1.1.3 Santa Catarina	84
4.8 DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA REGIÃO SUL DO BRASIL	88
4.8.1 Isolamento e pioneirismo até 1980	88
4.8.2 Décadas de 1980 e 1990 a economia solidária ganha corpo na região	90
4.8.3 Anos 2000 e a busca pela afirmação	92
4.8.4 Trajetória da Economia Solidária da Região Sul na forma temporal	93
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	101
APÊNDICE	110

1 INTRODUÇÃO

Os objetivos que traçamos para nossas vidas e as escolhas que fazemos são reflexos de nossos anseios e inquietudes. Ao ingressar na vida acadêmica, passei a participar das discussões político-institucionais da universidade e do movimento estudantil. Esta participação levou-me a uma série de questionamentos para além do aparente, um encontro com elementos novos e contraditórios, repletos de determinações.

Ao final da graduação em Administração, exigências institucionais referentes ao trabalho de conclusão de curso obrigavam-me a escolher uma organização que contivesse o objeto de estudo de meu interesse para desvendá-lo. Após algumas tentativas, desenvolvi meu trabalho de conclusão de curso sobre a concretude da gestão participativa em um empreendimento cooperativo, conceituado como empreendimento econômico solidário.

Ao constatar a efetividade da gestão participativa neste empreendimento, cresceu o anseio em compreender a viabilidade de novas práticas de organização econômica e social, almejando o alcance de uma sociedade mais justa, solidária e comprometida com todos seus integrantes. O interesse pela economia solidária em particular, surgiu desde a participação no extinto projeto da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

Esses fatores fizeram-me observar a importância da elaboração de estudos que enfocam, de forma abrangente e propositiva, as atividades relacionadas à economia solidária em nossa região, as quais recebem apoio de políticas públicas para esta temática nas três esferas de governo. Porém, esses estudos ainda são escassos, bem como as atividades de pesquisa e extensão relacionadas ao tema. Todavia, compartilho da idéia de Quermes (2002), pela qual a universidade deve perceber a importância dessas experiências no âmbito da economia solidária para sobrevivência e alcance da cidadania de seus integrantes e apoiá-las através de suas atividades de pesquisa e extensão, dado seu papel na sociedade.

Ao ingressar no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio foi definido como tema de pesquisa, na linha de Sociedade e Desenvolvimento, a Economia Solidária no Oeste Paranaense. O título do projeto apresentado era “A Economia Solidária no oeste paranaense, desenvolvimento social e econômico: potencialidades e desafios”, o qual tinha por objetivo traçar um panorama da Economia Solidária no Oeste Paranaense e mensurar a sua contribuição para o desenvolvimento regional, utilizando a base de dados do Atlas da Economia Solidária, disponibilizado pelo Ministério do Trabalho.

A busca por compreender a efetividade das idéias teóricas acerca da economia solidária nas práticas dos empreendimentos econômicos solidários levou a uma mudança na perspectiva de estudo. Um estudo de caso possibilitaria um aprofundamento maior das questões analisadas no trabalho de conclusão da graduação e ocasionaria a oportunidade de trabalhar com dados empíricos primários que possibilitariam uma maior problematização da gestão nos empreendimentos econômicos solidários.

No entanto, quando da conclusão das disciplinas do programa de mestrado, questões de ordem profissional, ocasionaram minha mudança para a cidade de Curitiba, ficando assim distante do profícuo ambiente acadêmico de onde vinha. Ainda assim, a busca por realizar um estudo de caso foi mantida, buscando executá-lo em um empreendimento modelo de economia solidária em Curitiba. Sendo assim na qualificação do programa de mestrado apresentei o projeto denominado “O dilema entre a autogestão e o projeto do capital”. Todavia questões de sigilo e mudanças na organização em estudo impossibilitaram que este projeto fosse levado a diante. Desta forma, após resolver questões de ordem médica, retomamos a idéia de estudar a economia solidária na região com base nos dados do atlas da Economia Solidária. Uma aproximação desta metodologia expressou-se no artigo “Expansão da economia solidária no sul do Brasil”, que teve êxito em expor um panorama da Economia Solidária nos três estados da região sul do país, o que possibilitou vislumbrar de forma inicial o problema de pesquisa desta dissertação.

A sociedade é constituída pelas relações que se dão entre os indivíduos que nela vivem, nas esferas produtivas e reprodutivas. A partir desta afirmativa foram dados os passos iniciais para compreender as implicações que novas formas de relações, como as pautadas no conceito de Economia Solidária, trazem para as comunidades onde se realizam.

De acordo com Yamamoto (2001), a totalidade das relações entre os homens é estabelecida pelo modo de produção vigente e sua forma econômico-social. Assim podemos dizer que compreender o papel do trabalho (produção dos bens) vinculado à posse dos meios de produção são aspectos imprescindíveis para a compreensão da sociedade em que vivemos.

Partindo da afirmação de Engels *apud* Antunes (2004), que trabalho é uma categoria ontológica resultante de um processo coletivo intercambiado com dimensões dos seres orgânicos não sociais e seres inorgânicos. Esta relação natural e eterna, aos poucos, conforme os seres sociais ampliaram suas esferas de humanos, produzindo e reproduzindo bens duráveis e de consumo para satisfazer as necessidades do estômago e da fantasia. Estas dimensões atingiram diferentes estágios de manifestação, atualmente são pensadas, desenvolvidas e apropriadas sob a lógica e a forma do modo de produção capitalista, projeto sob o controle e

manuseio da classe burguesa em suas diferentes frações de classe. Contrariando esta lógica social do capitalismo, atual modo de produção predominante, segundo Singer (2000), restringe os meios de produção e os frutos do trabalho para além do campo das necessidades a um grupo seletivo: os detentores do capital. O elo social indissociável entre o trabalho e a posse dos meios de produção, lógica natural do trabalho e da sociedade em si, é rompido. A quebra deste elo social e coletivo das bases da sociedade, trabalho e meios de produção, ocasiona uma série de disparidades e problemas gerados pelo modo capitalista de produção, expressando o movimento da questão social. Esta, em diferentes níveis do cotidiano, sedimenta seus nexos contraditórios por meio das manifestações da questão social.

Nas últimas décadas, a questão social vem sofrendo uma série de metamorfoses com reflexos consideráveis em todos os setores da sociedade, bem como trata Antunes (1995), seu resultado mais brutal é o desemprego estrutural. O grande contingente de desempregados é resultado de uma série de fatores decorrentes da crise estrutural que assola as bases do modo de produção capitalista em suas diferentes facetas. Para conter a crise, o projeto burguês implantou medidas nas esferas da produção e reprodução. Algumas conseqüências são registradas por meio da crescente automação do trabalho, da precarização das relações trabalhistas e um aproveitamento ainda maior da capacidade produtiva de cada trabalhador, ampliando e qualificando o exército industrial de reserva. O fantasma do desemprego, segundo Beatriz (2007), possui por característica originar diversas perturbações para os trabalhadores que vão além do ponto de vista econômico. O aspecto da vida social e de sua afirmação enquanto sujeitos são afetados drasticamente.

Essa parcela significativa da sociedade atingida pelo desemprego precisa encontrar formas alternativas de obtenção de renda para suprir suas necessidades básicas. Os programas de renda mínima e o seguro desemprego abarcam parte desse contingente. Os demais se vêem forçados a procurar formas não convencionais de trabalho, como afirma Antunes (2005), direcionando suas forças para o subemprego, a prestação de serviços terceirizados, ou ainda exercendo trabalhos temporários ou eventuais. No entanto, existem outras formas de se obter renda: a “indústria” do tráfico de drogas, o contrabando e a prostituição são alternativas cada vez mais seguidas que geram problemas graves, implicando inclusive no desenvolvimento das comunidades, regiões e grupos.

A partir destas ponderações podemos passar a nos questionar em qual contexto a Economia Solidária emergiu no Brasil, e mais especificamente na região sul, objeto de estudo deste trabalho. Sua expansão deu-se em razão da organização dos trabalhadores, da crise do

emprego acentuada na década de 90 ou das iniciativas de políticas sociais voltadas para o setor? Como se deu a distribuição espacial destes empreendimentos econômicos solidários na Região Sul? Qual a relação entre entidades de apoio, políticas sociais, fóruns de Economia Solidária e a expansão desta?

Desta forma esta dissertação trata da expansão da Economia Solidária na Região Sul do Brasil. Busca-se apresentar a relevância das políticas sociais e a ação das entidades de apoio, assessoria e fomento á economia solidária como parâmetro de análise para as diferenças e particularidades destes empreendimentos nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Sendo assim, foi realizada uma análise dos dados referentes à Economia Solidária no Sul do Brasil, além das características gerais dos empreendimentos econômicos solidários (EES), sua localização geográfica, data de criação, bem como a presença das entidades de apoio.¹

A determinação do objeto de pesquisa considerou o interesse em analisar a economia solidária e sua representatividade no mundo do trabalho. Ao mesmo tempo considerou-se estudar sua expansão na região sul do Brasil. Deste modo, o objeto de estudo desta foi delimitado como: a expansão dos empreendimentos econômicos solidários da região sul do Brasil. Sendo assim, foi possível analisar a economia solidária e sua relação com as políticas públicas de apoio aos empreendimentos, a atuação das entidades de apoio, assessoria e fomento á economia solidária bem como a forma como isto ocorreu na região sul do país.

A hipótese estudada considera que a adoção de políticas sociais e a articulação necessária para a sua constituição é essencial na expansão da economia solidária na região sul. A relação entre a expansão da economia solidária e as políticas públicas de apoio será analisada com base nos dados do Atlas de Economia Solidária, elaborado pelo Ministério Brasileiro do Trabalho e Emprego, que constitui a maior base de dados sobre economia solidária no país. Aliado a estes campos, analisamos as políticas públicas de âmbito federal, estadual e municipal, implantadas na região até o ano de 2007, quando da divulgação do atlas.

¹ Estes dados são disponibilizados pelo Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária (SIES) e no Atlas da Economia Solidária (AES), compilados e disponibilizados eletronicamente pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego do Governo Federal. Instrumentos estes que segundo Zanchet (2008), possibilitam a elaboração de políticas sociais para o desenvolvimento local, pois evidenciam as características dos EES em diversos níveis.

Estabelecer um problema de pesquisa requer que este possua uma relevância teórica – prática e esteja ligado a uma problemática social (LUNA, 1996).

A pesquisa, conforme elucidada Luna (1996), não pode tão somente tratar de um tema cujas dúvidas já estão claras na literatura acadêmica e sob as quais o autor não tem novas formulações ou abordagens a acrescentar, ou tenha uma nova dúvida a colocar sob o tema. No entanto, não é possível almejar, em uma dissertação, o estabelecimento de um marco teórico inteiramente novo. Para que isto aconteça, é necessário um esforço coletivo de pesquisa, além da realização de uma série de pesquisas, o que aponta para um espaço temporal muito maior que o de uma dissertação.

As pesquisas acerca da Economia Solidária têm sido cada vez mais correntes no meio acadêmico brasileiro, sobretudo após sua instituição como política pública em nível federal, no ano de 2003. No entanto, os estudos sobre a gestão destes empreendimentos, efetuados por administradores fundamentados sob a luz da teoria social, portanto crítica são escassos. A deficiência é constatada pela maioria dos pesquisadores que atuam nesta área, os quais enfatizam que há um reducionismo no trato com os objetos. São encontrados ainda estudos acadêmicos aproximativos que tratam dos aspectos psíquicos de grupos e comunidade onde estão inseridos os empreendimentos.

As organizações e práticas que formam o conceito de Economia Solidária, de acordo com Gaiger (2008), compreendem as diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação dos trabalhadores, com base em princípios de autogestão, cooperação, eficiência e viabilidade. Aglutinando indivíduos excluídos do mercado de trabalho, ou movidos pela força de suas convicções, à procura de alternativas coletivas de sobrevivência. Os empreendimentos econômicos solidários desenvolvem atividades nos setores da produção ou da prestação de serviços, da comercialização e do crédito.

A contraposição que os empreendimentos solidários fazem ao modo de produção vigente não consiste tão somente em retomar a unidade entre o trabalho e os meios de produção. Para autores como Singer (2002), é outro método de produção baseada na propriedade coletiva e no direito à liberdade individual de seus membros, sobretudo nos princípios da cooperação e da autogestão.

Este trabalho tem a proposição de descrever e analisar a expansão da economia solidária na região sul do país, considerando as diferenças na configuração da mesma nos três estados da região. Com isto o seu objetivo geral consiste em *compreender e analisar a expansão da economia solidária na região sul do Brasil*.

Buscando consolidar este objetivo geral, apresentamos como objetivos específicos:

- a) *identificar a forma como a economia solidária se expandiu na região sul do país, na sua forma temporal e geográfica, demonstrando as características da economia solidária na região;*
- b) *determinar o impacto das políticas públicas e ações governamentais de apoio nesta expansão;*
- c) *determinar o impacto as ações de entidades de apoio, assessoria e fomento a economia solidária, bem como da participação social na expansão da economia solidária na região;*
- d) *evidenciar as diferenças na expansão da economia solidária na região, elencando os fatores que colaboraram para tal.*

Desta forma levantamos as hipóteses. A primeira hipótese é de que: *o fator diferencial na expansão da economia solidária na região foi a existência de ações governamentais e a instituição de políticas públicas de apoio.*

A segunda hipótese é de que: *o fator diferencial na expansão da economia solidária na região ocorreu em função da aglutinação de entidades de apoio, experiências organizativas dos trabalhadores, que desencadeia a instituição de políticas públicas de apoio a economia solidária.*

A fase exploratória da pesquisa, segundo Deslandes (1994), inicia quando da aproximação do autor com o seu campo de pesquisa. Desta forma o primeiro procedimento metodológico desta pesquisa tem lugar a partir da elaboração do trabalho de conclusão de curso que elaborei em 2007. O estudo utilizou-se de bibliografias relacionadas à temática social da autogestão e da economia solidária. Foi um primeiro passo acadêmico.

A pesquisa, conforme Deslandes (1994) contém três dimensões: *técnica, ideológica e científica*. A primeira dimensão da pesquisa a ser exercitada trata-se da *ideológica*. Embora a pesquisa seja regida por critérios científicos, as escolhas efetuadas pelo pesquisador quanto ao tema, a metodologia e a literatura a ser estudada, são marcadas (mesmo que inconscientemente) por questões ideológicas. A forma como o pesquisador observa a realidade, sua formação e atuação enquanto sujeito social e as problemáticas do momento histórico em questão determinam em parte suas escolhas.

A dimensão *técnica* que trata do instrumento para a investigação que a pesquisa requer, vem da preparação para a seleção de ingresso no programa de mestrado, com a elaboração do projeto de pesquisa e a definição de um objeto e um problema de pesquisa prévio. Já a dimensão *científica* do conhecimento é a junção das duas anteriores. Sendo que

para seu alcance, partimos da pesquisa qualitativa, a qual, de acordo com Chizzotti (1991) possibilita estabelecer a relação entre o mundo real objetivo e a subjetividade da pesquisa.

Para possibilitar a formulação de questões neste estudo realizamos revisão da literatura sobre autogestão e os modos de organização da produção no capitalismo. No entanto, como afirma Yin (2005), a revisão da literatura não é um fim em si, ela consiste em uma etapa importante para o prosseguimento e a fundamentação necessários para a pesquisa. Por isto, conforme Luna (1996), a contextualização realizada na revisão bibliográfica se aterá aos pontos que são relevantes para a pesquisa, colhendo informações para responder as perguntas impostas por nosso problema de pesquisa, evitando assim discorrer sobre áreas que não são o foco do estudo e destoar de nossos objetivos.

As bases de dados utilizados nesta dissertação foram o Atlas da Economia Solidária no Brasil e o SIES – Sistemas de Informações em Economia Solidária, que são disponibilizados e compilados pela SENAES/MTE - Secretaria Nacional de Economia Solidária/Ministério do Trabalho e Emprego. Com estes instrumentos a realização de trabalhos enfocando a economia solidária e suas diversas interligações, passa a ter um aporte considerável, com uma série de variáveis passíveis de estudo.

O Mapeamento Nacional da Economia Solidária no Brasil foi realizado a pedido do MTE, através da SENAES e teve os seguintes objetivos:

“... identificar e caracterizar a economia solidária no Brasil; fortalecer a organização e integração entre redes de produção, comercialização e consumo; promover o comércio justo e o consumo ético; subsidiar a formulação de políticas públicas; facilitar a realização de estudos e pesquisas; e dar visibilidade à economia solidária para obter reconhecimento e apoio público (Economia Solidária – Mapeamento Rio Grande do Sul, 2008)”.

O mapeamento teve três fases até a sua conclusão, sendo que a primeira fase foi a etapa de planejamento, delimitando que este incluiria, sobretudo, informações dos EES e de forma complementar das entidades de apoio, assessoria e fomento. Na segunda fase foram mobilizados entidades e fóruns locais de economia solidária para a formação das equipes responsáveis pelo mapeamento, sendo que nas regiões onde os fóruns de economia solidária ainda não existiam, este processo articulou os envolvidos com a economia solidária para a sua realização. Na terceira fase um convênio firmado entre a UNITRABALHO (Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho) e a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), possibilitou a ampliação do escopo a ser mapeado (Economia Solidária – Mapeamento Rio Grande do Sul, 2008).

O acervo de dados e textos sobre economia solidária disposto no site do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) foi largamente utilizado para o desenvolvimento desta dissertação. Este espaço representa, ainda que com algumas carências, o maior banco de dados quanto a estudos desenvolvidos na área, iniciativas de políticas públicas e referências sobre os empreendimentos.

No que se refere às entidades de apoio além dos dados do SIES e FBES, foi enviado um questionário a todas as 15 Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCP's, da região Sul, ligadas a diversas universidades e faculdades. Isto se fez necessário para a melhor compreensão da relação entre a universidade, os EES, os gestores públicos e os fóruns de Economia Solidária.

Acessar as fontes bibliográficas sobre autogestão é uma tarefa árdua e por vezes inglória. Como ressalta Nascimento (2008), as publicações no Brasil sobre esta temática apresentam análises quantitativas relevantes, sendo que isso não se dá em mesmo grau nos estudos que visam ser qualitativos. Estes escritos em outros idiomas não são recentes carecendo de reedições que os tornem acessíveis. Além disto, muito da discussão sobre autogestão está contido em textos de sindicatos e partidos políticos que não tem uma veiculação abrangente no mercado comercial.

Esta dissertação está dividida em três capítulos, afora a parte introdutória e as conclusões finais. A primeira parte consiste em uma caracterização histórica da economia solidária, bem como das demais ações dos trabalhadores no que tange a auto-organização para a produção e o consumo. Cabe ressaltar que a diversidade das formas de organização dos trabalhadores, embora abarquem distinções teóricas consideráveis entre si, deram cada qual suporte para as ações seguintes e para o escopo do conjunto hoje denominado como **Economia Solidária**. A análise parte das experiências mundiais, até um resgate histórico quanto a estas no Brasil, e de forma mais detalhada na região sul do país.

O primeiro capítulo busca determinar os conceitos e práticas ligadas historicamente a autogestão. A autogestão não é uma construção inicialmente teórica, ela é antes de tudo uma expressão da luta dos trabalhadores, no campo da produção e consumo. Isto se dá na busca de uma gestão que contivesse seus anseios por liberdade e justiça e constituísse um antagonismo a gestão do capital, sob a qual estão subjugados. Isto requer que seja feita uma revisão das idéias e práticas que foram constituindo o ideário da autogestão.

No segundo capítulo apresentamos uma reconstituição histórica das iniciativas ligadas à autogestão. Elas ocorreram em uma série de contextos históricos distintos e com uma multiplicidade de interesses. No entanto, apresentam dois eixos centrais: como

alternativas às crises do modo de produção capitalista e a partir de iniciativas governamentais e/ou populares tinham como prerrogativa a construção de uma nova ordem social.

A segunda parte da dissertação trata, de forma específica, da Economia Solidária na região sul do Brasil, compreendendo os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, contendo a análise dos dados referentes à Economia Solidária na região, aos EES, as entidades de apoio, fomento e assessoria a economia solidária e políticas públicas e ações governamentais em torno da economia solidária.

Nesta parte consta a expressão contemporânea da autogestão mais presente e propalada por governos, entidades não-governamentais e movimentos, em particular a **Economia Solidária**.

Ao final temos a exposição dos dados referentes aos EES, as políticas públicas de apoio a economia e ação das entidades de apoio, assessoria e fomento. Sendo que ao final é realizada a análise dos dados e as considerações a respeito da expansão da economia solidária na região sul. A análise das diferenças nesta expansão e relação com os agentes envolvidos, busca atender os objetivos da pesquisa e negar ou confirmar as hipóteses levantadas.

2 APROXIMANDO DO CONCEITO DE ECONOMIA

Ao discutirmos o conceito de economia, é imprescindível evidenciar que sua abordagem é indissociável do arcabouço político e social envolvido nesta discussão. O conteúdo político da Economia como afirmam Nisto e Braz (2007), foi sendo eliminado com o passar do tempo da história e dos meios acadêmicos pelos intelectuais representantes da classe burguesa. A economia passou assim a figurar como ciência basicamente técnica, eximindo-se de compreender o conjunto da sociedade. Nesta visão reducionista, propriedade privada, salário e lucro são elementos inerentes à organização social e desta forma imutáveis.

Em nossa abordagem consideramos o conceito de economia de Oskar Lange (1981), que define que esta trata das relações embutidas no processo de produção e distribuição dos bens com os quais satisfazemos nossas necessidades individuais e coletivas. A base destas relações envolvendo a atividade econômica é o trabalho. De acordo com Netto e Braz (2007) ele é a categoria que determina nosso modo de ser e o da sociedade. Sendo assim, as atividades econômicas são essencialmente coletivas e dizem respeito a toda a sociedade.

2.1 CONCEITO DE SOLIDARIEDADE

A palavra *solidária* vem do vocábulo *solidus*, e significa força, união, representando assim uma idéia de união pautada na coletividade. Na abordagem filosófica a solidariedade é a tomada da consciência da dependência e de obrigações recíprocas entre os indivíduos na sociedade (JAPIASSÚ, 2006).

Em sua vertente sociológica, a solidariedade, segundo Durkheim (1999), se manifesta quando indivíduos unem seus esforços para a consecução de um determinado fim. O conceito de solidariedade em Durkheim assume duas distinções: a solidariedade mecânica e a orgânica (ARON, 2003).

A solidariedade mecânica, para Durkheim (1999), é uma solidariedade por semelhança entre os indivíduos, sendo característica das sociedades primitivas. O conceito de solidariedade orgânica é, para Durkheim, uma das expressões de evolução da sociedade. Para ele, a divisão do trabalho torna as funções dos indivíduos solidárias, sendo assim, a fonte principal da solidariedade no âmbito social.

Por estes fatores, Durkheim (1999) considera a solidariedade orgânica expressão das sociedades evoluídas. Ela passa de mecânica à orgânica quando as trocas entre os indivíduos são proveitosas, conduzindo, segundo a sua visão, à liberdade.

O conceito de solidariedade, embora possua uma definição de certa forma coesa, tem usos bastante diferenciados de acordo com o interesse de cada grupo social que o advoga. Ele é empregado pelas igrejas de modo geral, quando da realização de ações de caridade. Conforme Enriquez (1978), na visão da igreja, a solidariedade faz parte da natureza social do próprio homem, sendo para este uma necessidade humana. Para este, a caridade, largamente promovida e incentivada pela igreja, é uma expressão de solidariedade. Outro exemplo da adoção deste termo para ações da igreja é o tema da Campanha da Fraternidade da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB de 2010. A campanha de forma ecumênica teve como tema para debates nas igrejas do país, a economia solidária, como o tema “Economia e vida”, pautando a solidariedade em preceitos divinos.

Uma das estratégias da campanha é educar as pessoas para uma economia de solidariedade, voltada para a preservação da vida. O conceito de solidariedade adotado na campanha refere-se a ela como uma cultura política que visa o atendimento das necessidades das pessoas e a preservação do meio ambiente, através da consciência de uma relação de interdependência (CNBB, 2010).

Da mesma forma, entidades de cunho beneficente presentes em nível mundial como Rotary e Lions Club, tratam suas ações como sendo solidárias. Um exemplo desta ligação entre o termo e ações assistenciais foi o programa Comunidade Solidária, capitaneado pela ex-primeira dama Ruth Cardoso. Com o advento da proposição neoliberal, fase tardia do capitalismo, promoveu-se um discurso de esvaziamento do Estado e a escassez de suas ações no que se refere às políticas sociais. Em contrapartida, estimulou-se, segundo Cardoso (2005), as ações do Terceiro Setor e da sociedade civil organizada, com vistas a promover a “responsabilidade empresarial”, juntamente com a promoção do voluntariado, apelando à solidariedade dos indivíduos. No meio empresarial, os projetos e ações na área da responsabilidade sócio-ambiental empregam o termo “solidária” para caracterizar suas ações.

Laville (2008) afirma que a solidariedade de cunho filantrópico baseia-se na caridade. No entanto, o caráter liberal e não recíproco destas ações torna-as um instrumento de manutenção da hierarquia social e das desigualdades.

Sociedades fechadas de cunho associativo, como a maçonaria, também usam o termo para definir a relação entre seus membros. Um exemplo desta ligação foi a participação de teóricos do socialismo utópico como Proudhon e o belga Colins de Ham, em círculos maçônicos (PETITFILS, 1977).

2.2 CONCEITO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

A Economia Solidária não é fruto de teorias, nem foi arquitetada na mente de um grande pensador, ela foi tomando forma através dos empreendimentos que surgiram em determinados momentos históricos como forma dos trabalhadores sobreviverem e ao mesmo tempo fazerem uma contraposição ao sistema econômico vigente. O desenvolvimento do conceito de Economia Solidária teve, no entanto, contribuições decisivas dos chamados *socialistas utópicos*, como Robert Owen, cujas idéias inspiraram os pioneiros da cooperativa de Rochdale², precursora do movimento cooperativista e seus ideais.

Neste contexto emergem as organizações e práticas que formam o conceito de Economia Solidária que, de acordo com Gaiger (2008), compreende as diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação dos trabalhadores, com base em princípios de autogestão, cooperação, eficiência e viabilidade. Aglutinando indivíduos excluídos do mercado de trabalho, ou movidos pela força de suas convicções, à procura de

² Primeira cooperativa de consumo, precursora dos princípios cooperativos, estabelecida no interior da Inglaterra no ano de 1844.

alternativas coletivas de sobrevivência, os EES desenvolvem atividades nos setores da produção ou da prestação de serviços, da comercialização, e do crédito de caráter permanente e coletivo.

As formas diferenciadas de gestão dos EES, como a cooperação e a autogestão, são importantes como base para a Economia Solidária. No entanto, é relevante a ressalva feita por Schütz (2008), de que se estas práticas estiverem integradas à dinâmica capitalista, perde-se a novidade e a oportunidade histórica de reformulação econômica proposta pela Economia Solidária. Ela compreende estas práticas de gestão diferenciadas, canais de comercialização justos, redes solidárias de produção e consumo, e serviços de crédito popular.

A cooperação, a autogestão, e a solidariedade são elementos fundantes das proposições da Economia Solidária. A igualdade e justiça na divisão dos frutos do trabalho, a não dissociação entre trabalho técnico-gerencial e o trabalho convencional, desenvolve a consciência dos trabalhadores e traz acréscimos consideráveis para os construtores da Economia Solidária.

A participação dentro do empreendimento solidário proporcionou também a idéia de associação com outros empreendimentos solidários e com movimentos . Hoje, o fator preponderante para o crescimento da Economia Solidária, segundo Mance, (2003), é a sua interligação em redes de empreendimentos solidários, o que sinaliza a possibilidade de um desenvolvimento integrado de empreendimentos dispersos em uma região.

De acordo com França Filho (2007), existem cinco caminhos que podem ser percorridos ao se discutir a economia solidária. Os caminhos descritos são os seguintes: discussão conceitual, discussão contextualizada, estudos de caso, metodologia de intervenção, e sua instituição como política pública.

Esta dissertação trata da economia solidária enquanto uma proposição estratégica de estado na dimensão de uma política social. Para França Filho (2007), esta é a abordagem mais recente para o tema, o que se justifica pelo pouco tempo que esta temática começou a figurar como política social e a estar inserida nos programas e órgãos de governo.

Para França Filho (2007), além de abranger o aspecto socioeconômico, a economia solidária é um campo de práticas em construção.

A economia solidária pode ser considerada, conforme Ortellado (2004), um fenômeno difuso, pois contém em si elementos de contestação ao capitalismo, ao passo que abarca o interesse concomitante de grupos distintos. Rosa Luxemburgo, com veemência em suas análises sobre este tema, também contesta o potencial destas organizações para a superação do sistema econômico vigente.

Por outro lado, outra lógica é aceita e disseminada entre nós. Segundo a SENAES (2008), a Economia Solidária aponta para:

“...uma nova lógica de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas. Seus resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade e raça. Implica na reversão da lógica capitalista ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais, considerando o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica...”

2.2.1 Os empreendimentos econômicos solidários

Neste contexto emergem as organizações e práticas que formam o conceito de Economia Solidária que, de acordo com Gaiger (2008), compreende as diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação dos trabalhadores, com base em princípios de autogestão, cooperação, eficiência e viabilidade. Aglutinando indivíduos excluídos do mercado de trabalho, ou movidos pela força de suas convicções, à procura de alternativas coletivas de sobrevivência, os empreendimentos econômicos solidários (EES) desenvolvem atividades nos setores da produção ou da prestação de serviços, da comercialização e do crédito de caráter permanente e coletivo.

Cabe ressaltar que os EES – Empreendimentos Econômicos Solidários são caracterizados, segundo a SENAES/MTE (2008), como organizações:

- a) coletivas e suprafamiliares (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.), cujos participantes são trabalhadores dos meios urbano e rural que exercem a autogestão das atividades e da alocação dos seus resultados.;
- b) permanentes (não são práticas eventuais), onde, além dos empreendimentos que já se encontram implantados, em operação, devem-se incluir aqueles em processo de implantação quando o grupo de participantes já estiver constituído definido sua atividade econômica;
- c) que podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização;
- d) que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e

serviços) e de consumo solidário. As atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a razão de ser da organização;

- e) são singulares ou complexas. Ou seja, deverão ser consideradas as organizações de diferentes graus ou níveis, desde que cumpridas as características acima identificadas. As organizações econômicas complexas são as centrais de associação ou de cooperativas, complexos cooperativos, redes de empreendimentos e similares.

A participação destes empreendimentos na economia regional ainda é reduzida, entretanto, estas organizações são vitalmente importantes, pois, como trata Hall (2004), embora pequenas, servem como incubadoras de idéias. Desta forma, em uma amplitude maior, essas organizações são integrantes ativas da sociedade, pois sofrem influência da sociedade e também a influenciam.

Elas também são identificadas como importantes para os países em desenvolvimento sob a forma da economia informal ou de microempresas. Nesse enfoque, salienta Hall (2004), as organizações possuem uma grande capacidade de produzirem impactos tanto benignos quanto maléficos. Podem gerar guerras, exploração e problemas, assim como podem promover a paz, a participação e o desenvolvimento social. Desta maneira, é importante para a sociedade o estudo sobre vários tipos de organizações como forma e expressão de produtividade dos vários grupos societários, pois, assim, idéias novas podem ser apreciadas e posteriormente adotadas por um maior número de organizações.

Os empreendimentos econômicos solidários utilizam ínfima quantidade de capital, no entanto, conseguem ter em seus quadros um contingente de recursos humanos abrangente, resultando assim em um custo reduzido. Isso ocorre pelo fato de que estes recursos humanos primam primeiramente pela oportunidade de trabalho e renda que os Empreendimentos Econômicos Solidários possibilitam. Da mesma forma constituem um diferencial competitivo, devido ao seu espírito de iniciativa, de organização e de inovação a estas pessoas acostumadas a “se arranjar” (TEVOEDJRE, 1982).

Segundo Tevoedjre (1982), as possibilidades de dinamizar este setor da economia são muitas, destacando-se o acesso ao crédito e a qualificação das pessoas de acordo com suas necessidades e as do empreendimento.

As formas diferenciadas de gestão dos EES, como, por exemplo, a cooperação e a autogestão, são importantes como base para a Economia Solidária. No entanto, é relevante a ressalva feita por Schütz (2008), que se estas práticas estiverem integradas à dinâmica capitalista, perde-se a novidade e a oportunidade histórica de reformulação econômica

proposta pela Economia Solidária. Ela compreende estas práticas de gestão diferenciadas, canais de comercialização justos, redes solidárias de produção, consumo e serviços de crédito popular.

A cooperação, a autogestão, e a solidariedade, são elementos fundantes das proposições da Economia Solidária. A igualdade e justiça na divisão dos frutos do trabalho, a não dissociação entre trabalho técnico-gerencial e o trabalho convencional desenvolve a consciência dos trabalhadores e traz acréscimos consideráveis para os construtores da Economia Solidária.

2.2.2 Visões diferenciadas sobre a economia solidária

A contraposição que os empreendimentos solidários fazem ao modo de produção vigente não consiste tão somente em retomar a unidade entre o trabalho, os meios de produção e seus frutos. De acordo com Singer (2002), a economia solidária é outro modo de produção baseada na propriedade coletiva e no direito a liberdade individual de seus membros. A lógica das organizações capitalistas prima por conceitos como a hierarquia, a submissão dos trabalhadores aos patrões e o desinteresse (ou interesse próprio, disfarçado) pelos problemas relacionados à preservação do meio ambiente.

Nas organizações de economia solidária, segundo Paez (2001), existem preceitos que de certa forma humanizam e tornam mais justas as relações entre os trabalhadores. Como o processo decisório é coletivo, os membros sentem-se integrantes e responsáveis pelas escolhas, assim como pelas conquistas. Esta participação real faz com que as pessoas desenvolvam seu potencial crítico que estava obscurecido nas organizações capitalistas tradicionais.

Luxemburgo (1999) ainda afirma que, para a transformação proposta no cooperativismo, é necessária a interdependência entre cooperativas de produção e consumo, porém, isto não ocorre na maioria dos casos. Os sindicatos, de acordo com o autor, são incapazes de organizar os trabalhadores para a produção, sendo restrita a busca de melhores condições de trabalho em uma luta inglória contra os patrões.

A participação dentro do empreendimento solidário proporcionou também a idéia de experiências associativas com outros empreendimentos solidários e com movimentos sociais. Hoje, o fator preponderante para o crescimento da Economia Solidária, segundo Mance (2003), é a sua interligação em redes de empreendimentos solidários, que trocam experiências, aprendizados e, sobretudo, um sentimento de que as relações de produção

podem se dar de forma mais humana, justa e responsável. Estes pensamentos explicam a estreita ligação que os empreendimentos solidários possuem com os movimentos nas diversas perspectivas de luta, tais como: agroecologia, movimentos de reivindicação por moradia e terra, grupos de luta pelos direitos das mulheres, entre outros, devido à maior liberdade de pensar e agir adquirida pelos integrantes da Economia Solidária, que faz com que encampem lutas globais e relevantes para toda a sociedade.

As disparidades causadas pela desigualdade de renda e de oportunidades relegam, como observado, uma grande massa populacional para trabalhos mal-remunerados, desprovidos de individualização e em muitos casos, para o desemprego. Essa precarização das relações de trabalho, afirma Barbosa (2007), está intimamente ligada ao desemprego, ocasionando com isso um aumento considerável da informalidade, bem como de alternativas que os indivíduos criam para obter renda. Dessa forma, a economia solidária expande-se como alternativa de geração de trabalho e renda para os trabalhadores, aumentando, nesse contexto, a precarização do trabalho, dado pela sua flexibilização, a ampliação crescente do desemprego, e das subocupações.

A economia solidária, como expressão dessa organização dos trabalhadores, também é motivo de divergências quanto a sua real capacidade para a transformação da sociedade a partir das mudanças internas na gestão dos empreendimentos.

Uma mostra de diferentes visões referentes às possibilidades de transformação da economia solidária é vista no artigo de Novaes e Dagnino (2005), onde os autores apontam o contraste entre as visões de Paul Singer e István Mészáros sobre a possibilidade de ação dentro dos moldes do sistema capitalista.

Evidencia-se a visão do economista brasileiro Paul Singer, de que a mudança no direcionamento social da organização produtiva, mesmo no moldes da sociedade capitalista, pode produzir uma transformação significativa e gradual na sociedade.

2.3 AUTOGESTÃO

Ao discutirmos autogestão, é preponderante observamos como ela combateu os sistemas vigentes e como foi combatida. Devemos considerar como foi desviada de seus objetivos, sabotada e, por vezes, combatida. Desta forma, a autogestão deixará de ser um termo difuso e permissivo, sendo vista como uma experiência plural e uma estratégia de luta. As experiências ensinam lições fundamentais para a história dos trabalhadores. Rosa

Luxemburgo em “Reforma ou Revolução” aborda que os trabalhadores devem aprender com os erros e as derrotas que permeiam a sua luta.

Antes de determinar o conceito de autogestão, devemos realizar uma distinção das idéias que contêm preceitos autogestionários, mas que não têm sua gestão pautada essencialmente na autogestão propriamente dita. Embora a autogestão requeira participação e controle emanados dos trabalhadores, estes dois fatores não a constituem por si só. Da mesma forma, a cooperação e co-gestão são formas que podem despertar os trabalhadores para a autogestão, mas não a contém de forma concreta em suas práticas.

2.3.1 Formas de gestão participativa

A participação é inerente a vida organizacional, no entanto, o grau de participação difere de acordo com as organizações. A intensidade deste componente organizacional varia de acordo com a maturidade da organização e, sobretudo, com os interesses (mesmo que velados) que recaem sobre ela. Como bem afirmam Guillerm e Bourdet (1976), participar não é autogerir.

Esta noção de participação faz parte da estratégia empresarial presente no *taylorismo* e ainda mais no *toyotismo* – modo de organização presente no desenvolvimento do processo de trabalho, que por meio de processos manipulatórios contribuem para o processo de adesão aos interesses da empresa, reproduzindo o projeto de produção e reprodução da sociabilidade burguesa. Gutierrez (1996) ressalta que este tipo de participação é cada vez mais freqüente nos países capitalistas desenvolvidos. Ela consiste na delegação de poder para grupos semi-autônomos, visando uma maior produtividade à partir do estabelecimento de ilhas de participação nas empresas e na tomada de decisões referentes ao processo de trabalho pelos empregados.

Conforme Correa e Amaral *apud* Albert *et.al*, (2004), na participação, o que ocorre é que o trabalhador passa a ter parte nos lucros da empresa, sem necessariamente ter participação nas decisões, passando assim, a apenas reproduzir a lógica do sistema, incorporando os interesses da empresa. Ele desejará que ela tenha cada vez mais lucros, sem entender a importância da sua participação nas decisões e de uma lógica diferente da postura da organização na sociedade. Sendo assim, para Guillerm e Bourdet (1976), esta forma de participação, ao invés de ser um passo para a autogestão, leva para uma subserviência ainda maior, do trabalhador à empresa, do trabalho ao capital. Como lembra Tragtenberg (2005), até Mussolini assinou um decreto em favor da participação do trabalhador na empresa.

Tragtenberg (2005) afirma que, tanto o conceito de participação quanto o de co-gestão tentam delimitar o lugar do trabalhador na empresa. A co-gestão é entendida como a participação dos trabalhadores tanto nos lucros como nas decisões técnicas e na política geral do local onde trabalham.

Diferentemente da participação, na co-gestão, de acordo com Correa e Amaral *apud* Albert *et.al.*, (2004), o trabalhador não é considerado apenas como um instrumento, mas pode contribuir com iniciativa e criatividade integradas ao processo de produção. No entanto, a definição das metas e os objetivos da organização não estão sob controle dos trabalhadores. Nessa forma de gestão, os trabalhadores são consultados sobre seus salários, demissões, tecnologias a serem utilizadas, planos e balanços da empresa, ficando o poder decisório real nas mãos da direção da organização.

Segundo Dal Ri e Vieitez (2001), na co-gestão, parte do capital pertence aos trabalhadores, porém, quem detém a maioria do capital é o empresário. Desta forma, ela é um passo á frente da participação, mas têm seu alcance facilmente limitado, pois, sobretudo, é uma adaptação interessante, e em geral com uma maior lucratividade para o empresariado. As idéias de participação e autogestão, segundo Mandel (1970), visam canalizar e desviar o potencial revolucionário dos trabalhadores.

No controle operário, o controle da produção ainda não é atribuição dos trabalhadores, e sim dos dirigentes. Todavia, ele contém um conflito entre os trabalhadores e o patronato, vislumbrando melhoria nas condições de trabalho, sendo geralmente suscitado por greves. Por ser derivado de conquistas dos trabalhadores e não de concessões patronais, o controle operário pode ser considerado como um passo adiante dos trabalhadores rumo à autogestão, se comparado com a co-gestão (CORREA e AMARAL *apud* ALBERT *et.al.*, 2004).

Para Mandel (1970), o controle operário é possível sob o regime capitalista, sendo que a autogestão só será possível após a sua derrocada. As formas de controle operário não são inteiramente novas a cada experiência, tão somente adaptam-se às características do momento histórico em que acontecem. A expressão “controle operário” conota que a propriedade e o poder decisório seguem nas mãos do capitalista (MANDEL, 1970).

No que tange aos princípios, de acordo com Guillerm e Bourdet (1976), os conceitos de autogestão e cooperação se assemelham, todavia, a história mostra a sua distinção. Segundo Rios (1987), o cooperativismo como forma de organização no mundo do trabalho é uma realidade em diversos países, e também já teve sua adoção ligada a interesses distintos, conforme a época e o local do seu emprego. Este modo de organização já foi recomendado

tanto pela Igreja Católica, quanto pelo governo de Kennedy, nos Estados Unidos, também esteve presente nos países socialistas da antiga União Soviética, na África miserável e nas principais potências mundiais, por cooperativas de pescadores artesanais e por grandes cooperativas agro-industriais exportadoras que faturam milhões de dólares.

Rosa Luxemburgo contestou o potencial destas organizações para a superação do sistema econômico vigente. Segundo Luxemburgo (1999), as cooperativas, por apresentarem uma pequena produção, embora que socializada, acabam tendo que fazer trocas de forma capitalista. Para a autora, no capitalismo, a troca predomina sobre a produção, estabelecendo um dilema para as cooperativas. Este imperativo faz com que a autogestão seja limitada, pela necessidade de viabilidade econômica do empreendimento, que faz com que os trabalhadores tenham de agir como capitalistas de si mesmos, para garantir a viabilidade do empreendimento. Luxemburgo (1999) ainda afirma que, para a transformação proposta no cooperativismo, é necessária a interdependência entre cooperativas de produção e consumo, porém, isto não ocorre na maioria dos casos.

Isto evidencia, conforme Guillerm e Bourdet (1976), que a participação, a co-gestão e o controle operário, bem como a organização de forma cooperativa estão restritas, têm seu impacto restrito a produção e a economia. Por serem isolados e, devido à necessidade das empresas, nestes regimes, de relacionar-se no mercado capitalista, acabam tendo seu teor político manipulado ou restringido. A autogestão, em contrapartida, traz em si, mesmo sendo mais um ideal a ser seguido do que uma prática facilmente aplicável, uma transformação não só econômica, mas também política, com uma amplitude muito maior.

2.4 FUNDAMENTOS DA AUTOGESTÃO

Tragtenberg (2005) coloca o seguinte questionamento: a autogestão se resume a gestão de produção pelos próprios trabalhadores? Para respondermos esta questão é necessário pautar o conceito de autogestão, a fim de superar a exploração do trabalho pelo capital. Mandel (1970) afirma que ao centrar sua luta na via econômica, os trabalhadores lutam em seu ponto mais fraco frente ao capital.

A autogestão surge da luta conjunta dos trabalhadores, que, quando trata da organização, contém em si um germe de desafio ao capitalismo. No entanto, seria uma apreensão teórico/prática considerar que, sobre seu domínio, sobretudo econômico, seria possível a emancipação dos trabalhadores. Este domínio está contido nas relações que estabelecemos diariamente. Estas relações, todavia, não são naturais e podem (e devem) ser

substituídas por relações que conduzam para a emancipação dos trabalhadores (MANDEL, 1970).

A emancipação dos trabalhadores requer, segundo Mandel (1970), que estes formulem sua própria forma de organização, estabelecendo uma nova ordem econômica. Os trabalhadores necessitam destas novas formas de organização, no entanto, elas não podem ser criadas ou construídas segundo modelos. Surgem mesmo que de forma embrionária, da necessidade dos trabalhadores em meio às lutas contra a ordem constituída.

Autogestão e heterogestão são palavras antônimas, enquanto a primeira significa a gestão pelos próprios membros, a segunda significa a gestão efetuada por outro, com interesses alheios aos da coletividade (GUILLERM E BOURDET, 1975). Para muitos, a autogestão está restrita ao plano do utópico, abrangendo toda uma sorte de iniciativas, cabendo a nós desvelar esta prerrogativa, contrapondo estas duas formas de gestão.

Para Berthier (2004), a autogestão consiste na aplicação da máxima: a emancipação dos trabalhadores dependerá de seus próprios esforços. Este princípio implica na constituição de estruturas organizacionais que possibilitem a aplicação deste princípio e que permitam a expressão simultânea dos trabalhadores nos campos econômico, político e produtivo.

Nesta forma de gestão, os trabalhadores decidem sobre a organização e sua gestão. As diferenças específicas de cada organização, de cada localidade, necessitam de modalidades diferentes de organização. De acordo com Dal Ri e Vieitez (2001) a autogestão caracteriza-se por ser o motor do empreendimento e não mais a maximização do lucro, servindo sim para manutenção da empresa; pela autonomia de gestão; por desenvolver processos de decisão democráticos, devido possibilitar que as pessoas coloquem-se no trabalho a frente do dinheiro na distribuição dos lucros. A organização autogestionada deve ser como as demais empresas, lucrativa e eficiente. Aliando estes fatores aos aspectos específicos da autogestão, priorizando seus membros e seu crescimento sócio-cultural. Para Barbosa (2007), a autogestão possibilita a individualização dos trabalhadores em dimensões não econômicas, como no que tange à autonomia, à liberdade e à subjetividade.

Para Mandel (1970), a autogestão ocorre de acordo com algumas premissas:

- a) a participação consciente do trabalhador em todas as decisões da empresa;
- b) o fim da hierarquia entre os membros do empreendimento, e na redução das relações mercantis com o exterior;
- c) a primazia pela satisfação das necessidades, de acordo com as prioridades eleitas de forma democrática.

A participação na autogestão difere sobremaneira da participação nas demais formas de gestão participativa. Tragtenberg (1987) afirma que uma participação real requer a auto-organização dos trabalhadores, o que não é possível em estruturas organizacionais hierarquizadas, sendo que ela só se realiza de forma integral e plena de sentido na autogestão.

A autogestão possibilita a integração do membro da sociedade coletiva, seja ela a cooperativa, associação de trabalhadores ou outro modo, nas decisões e crescimento do empreendimento, ocasionando, com isso, uma elevação cultural e social dos membros. Através disso, nota-se a amplitude de crescimento em todos os âmbitos que a organização autogestionária possibilita aos seus integrantes e também à libertação que ela representa para os trabalhadores. Com a democratização das relações de trabalho, há a ruptura com a ditadura do capital nas empresas, sendo esta substituída pela gestão coletiva e inclusiva dos membros. Assim, a autogestão se apresenta como um meio de transformação e crescimento para a massa de desempregados e trabalhadores informais, existente hoje (VIEITEZ, 1997).

A empresa autogerida deve primar pelos preceitos da autogestão, e ao mesmo tempo estabelecer as condições técnicas e administrativas que possibilitem a sua viabilidade. Para isto, além da vontade dos membros e sua compreensão das idéias da autogestão, é imprescindível o domínio das técnicas produtivas e de administração que dêem respaldo para as ações da empresa (GUTIERREZ, 1997).

A autogestão, tanto ontem quanto hoje, está limitada às características do momento histórico em que se realiza. Em meio ao contexto de uma sociedade voltada para a sujeição, a hierarquia e o autoritarismo, bem como uma educação castradora da individuação do ser social, conforme Gutierrez (1997), ainda torna a autogestão possível para hoje, mas requer um aprimoramento contínuo para a sua realização cada vez mais integral. Para Dal Ri e Vieitez (2001), os elementos que constituem as empresas de autogestão evidenciam sua potencialidade para democratizar e suprimir a alienação do trabalho.

Enquanto organismos econômicos, as empresas de autogestão ficam sujeitas, em tese, às regras do mercado econômico, que são voltadas, em sua grande maioria, para a valorização do capital. No entanto, como ressaltam Dal Ri e Vieitez (2001b), a forma como estas empresas estabelecem suas relações comerciais neste mercado é por vezes diferenciada. Da mesma forma, a aplicação das exigências para a competitividade são conduzidas de outra maneira nos empreendimentos autogestionários. Sendo que a principal transformação se dá na forma de organização do trabalho nestes empreendimentos.

A relação de trabalho, na autogestão, segundo Dal Ri e Vieitez (2001b), não está baseada no assalariamento. O trabalhador é um associado e não um assalariado. No entanto,

este, por vezes, não passa a ter a propriedade conjunta do empreendimento, mas tem sua estabilidade no emprego garantida, por fazer parte dele. A remuneração baseia-se nas retiradas feitas pelos sócios, sendo que benefícios como 13º salário, contribuição para o fundo de garantia e convênios, não estão presentes na maioria destas empresas (DAL RI e VIEITEZ, 2001b). Isto se deve inclusive à sua constituição legal que a desobriga de cumprir estas normas, bem como pela situação financeira dos empreendimentos, o que em grande parte é compreendido pelos seus membros. Sendo que as empresas autogestionárias remuneram o trabalho, e não o capital.

Dentre os aspectos relativos ao processo de trabalho nas empresas de autogestão, os elementos referentes ao uso de tecnologias, maquinário e a interação do trabalhador com estes, pouco diferem das empresas capitalistas. Isto se deve ao fato de que a tecnologia que impera hoje, constituída pelo interesse capitalista, não é facilmente substituída por organizações autogestionárias, que possuem uma série de outros desafios. Além disto, a exigência do mercado condiciona a perpetuação destas relações no processo de trabalho, como garantia de “competitividade”.

Um exemplo disto é a substituição do controle exercido do modelo taylorista, pela regulação pautada na responsabilidade dos membros, pela viabilidade do empreendimento que também lhes pertence (DAL RI e VIEITEZ, 2001). A divisão das tarefas e o controle do trabalho possuem, nas empresas autogeridas, características distintas das empresas capitalistas. O ritmo de trabalho que não exige as forças do trabalhador, bem como a execução de tarefas operacionais, não impede que o trabalhador participe das decisões gerenciais e técnicas da empresa. Segundo Dal Ri e Vieitez (2001b), o rodízio de funções também vem se tornando uma prática corrente nos empreendimentos autogestionários, sendo considerado um elemento crucial para a efetivação da autogestão.

Na empresa autogestionada, a tomada de decisão deve envolver todos, conforme Berthier (2002), independentemente do conhecimento técnico que possuam sobre o assunto. A participação na tomada de decisão deve ser proporcional ao quanto cada um é afetado pela mesma. Para isso, são necessárias informações repassadas de forma clara e compreensível para todos os membros, facilitando assim, a efetivação da autogestão. Os consumidores devem possuir ainda uma influência cada vez maior nas decisões tomadas pelas empresas que produzem os produtos que estes consomem.

A tecnologia também deve ocorrer de forma diferente na autogestão. É contraditório imaginar que seja possível retomar o imperativo do trabalho sobre o capital, utilizando as técnicas que são utilizadas para manter o julgo deste último. Para Berthier (2002), a

tecnologia na autogestão deve possibilitar que o trabalhador exerça o aspecto livre e criativo do trabalho, pois, do contrário, esta seria somente um engodo. A técnica não é neutra, acreditar que ele seja adaptável a interesses diversos é uma falácia. Por isto, a tecnologia na autogestão deve ser repensada, para que não tenhamos uma proposta revolucionária, fadada à mesmice do uso de técnicas alienadoras.

Uma problemática substancial que envolve a autogestão nas condições conjunturais atuais diz respeito à acumulação e às relações que perduram baseadas, mesmo que, em parte, sob a égide do capital. Como ressaltamos anteriormente, o empreendimento autogestionário, além de perpetuar a prática da autogestão, é obrigado a ser competitivo frente ao mercado, sendo esta uma necessidade para a manutenção de sua viabilidade, até o momento hipotético, onde haja mais redes solidárias de consumo e comercialização.

Para Dal Ri e Vieitez (2001b), a acumulação nos empreendimentos autogestionários se dá de forma diferenciada, pois se baseia na manutenção do empreendimento e não na acumulação individual, como ocorre nas empresas capitalistas. Quando ocorre a acumulação no empreendimento autogestionário, esta ocorre tendo como objetivo a comunidade de trabalho e seu benefício pautado na coletividade. No entanto, os autores ressaltam que este complicador carece de estudos mais detalhados, para que possa se estabelecer um aparato teórico capaz de comprovar esta hipótese.

2.5 HETEROGESTÃO

Na heterogestão, que também podemos chamar de gestão do capital, o trabalhador não concebe seu trabalho, não participa nas decisões a respeito da atividade que ele tem a desenvolver. Seu papel é limitado a tão somente “executar” as atividades designadas por outrem, que controle seu trabalho, atendendo majoritariamente a interesses alheios ao seu desenvolvimento (TRAGTENBERG, 1987).

A divisão do trabalho, baseada na separação entre o nível técnico e operacional, relegou a maior parte do contingente de trabalhadores a funções onde sua individuação como ser social eram dispensáveis e reprimidas. Isto contraria a visão que temos de que o trabalho é o momento fundante do ser social. De acordo com Antunes (2005), é por meio das ações do pensar e do refletir sobre e no trabalho que o ser social diferencia-se dos demais ao humanizar-se. Sob a vigência do sistema capitalista, o trabalho perde seu sentido original, sendo tratado como mercadoria e voltado para a valorização do capital. A relação de trabalho, de acordo com Faria (1985), são essencialmente relações de poder, sendo que no modo de

produção capitalista, estas são caracterizadas pela subordinação e a exploração do trabalhador ao detentor do capital.

A organização do trabalho, a partir do advento do modo capitalista de produção, é caracterizada pela distinção entre proprietários dos meios de produção e trabalhadores, ou seja, entre capital e trabalho. Faria (1985) explana que a distinção entre concepção e execução do trabalho passou a consolidar-se de maneira formal no início do século XX. O trabalhador foi destituído do seu domínio sobre o processo de trabalho, ampliando e diversificando o processo de alienação deste processo, que fundamenta a heterogestão.

Os trabalhadores ficaram restritos às funções ligadas à execução do trabalho, sendo cada vez mais distanciados das atividades gerenciais e do domínio dos processos de trabalho em sua totalidade. Em contrapartida, o planejamento, a coordenação e o controle dos empreendimentos foram cada vez mais centralizados nas mãos dos proprietários (PINTO, 2007).

Desta forma foi consolidando-se uma dicotomia entre trabalho gerencial e operacional, planejamento e execução, em meio a um domínio cada vez mais asfixiante do capital sobre o trabalho. Sendo assim, o balizador da organização do trabalho passou a ser o controle (nas suas diversas manifestações) dos detentores dos meios de produção sobre os trabalhadores responsáveis pela execução das atividades laborais.

A organização do trabalho tendo por objetivo preponderante o aumento da produtividade passou a configurar como campo de estudo de uma ciência que surgia no início do século XX: a Administração. Entre seus precursores, Taylor foi quem estabeleceu os primeiros princípios da administração. Estes princípios enfocavam principalmente a organização do trabalho de forma “racional”, com vistas ao aumento da produtividade. Devemos ressaltar que Taylor estabeleceu estes princípios sobre a premissa capitalista sobre o trabalho, desconsiderando e desqualificando o trabalhador enquanto ser social, bem como as particularidades que isto implica.

A verdadeira razão científica de Taylor, conforme Faria (1985), está na divisão do trabalho pautada na separação entre cérebro e mão. Isto estabeleceu um monopólio do conhecimento nas organizações, que reduz o trabalho do operário a nível animal. Ele concentrou seus estudos na divisão técnica do trabalho no espaço de produção (PINTO, 2007). O estudo detalhado do processo de trabalho no aspecto técnico realizado por Taylor possibilitou a sistematização do conhecimento necessário para a produção, por parte dos administradores e dos proprietários. Desta forma, os trabalhadores passaram a retroceder na história na relação do próprio trabalho. Passaram a dominar tão somente partes do processo de

trabalho, ficando reféns da organização do trabalho baseada no controle dos trabalhadores através da atomização das funções. Se na maquinaria há a possibilidade de reduzir o trabalho cotidiano, agora, no Taylorismo, retoma-se a quantificação das atividades sobre o próprio trabalhador. Ocorre ampliação dos desgastes físico e psíquico sobre cada trabalhador, retirando de cena a possibilidade da redução do trabalho repetitivo.

O empresário do setor automobilístico Henry Ford, incorporou a organização do trabalho taylorista, elementos que visavam reduzir ainda mais a independência dos operários e aumentar a rentabilidade das indústrias. Desta forma constitui-se o fordismo, o modelo da produção em massa, pautado em uma especialização cada vez maior das atividades, com o incremento da maquinaria e da linha de produção. O ritmo de trabalho deixou de ser determinado pela máquina na maioria dos setores de produção, subjugando ainda mais o trabalhador, restringindo assim o uso de sua capacidade criativa, de sua sociabilidade e individuação. Em virtude do esgotamento do trabalhador no taylorismo/fordismo, este sempre foi caracterizado por elevados níveis de rotatividade e absenteísmo, dada a dificuldade do trabalhador em permanecer neste modo de organização (PINTO, 2007).

Na heterogestão, propalada por teóricos da administração como Peter Drucker, o homem tem a sua individualidade levada ao nível mais extremo, sendo considerado como um recurso da empresa, reduzido tão somente a sua força de trabalho. Para Faria (1985), a teoria administrativa em grande parte constitui uma espécie de apologia e propaganda do capitalismo, calcando ilusões tanto para trabalhadores, quando para seus gerentes e administradores.

Estudos na área da administração, segundo Ortellado (2005), evidenciaram a elevação da produtividade, com o incremento da participação e do trabalho em equipe nas unidades produtivas. Nesta linha, o toyotismo constitui-se por uma série de inovações institucionais no seio da produção capitalista que visam capturar a subjetividade do trabalhador e estabelecer um controle social lucrativo para a reprodução do capital. Sua busca consiste em fazer com que o trabalhador assuma como seus, os interesses da empresa. Isto se dá através de medidas como o estímulo à participação nos lucros e o estímulo ao trabalho em grupo. Ao considerar o interesse da empresa como sendo seu, o trabalhador controla o trabalho de seus pares e se auto-controla, visando o aumento da produtividade (ALVES, 2006).

No fordismo, o controle do capital pautou-se sobre a capacidade produtiva do empregado. No entanto, no toyotismo, o capital busca controlar sua capacidade produtiva, subjetiva e organizativa. O toyotismo, enquanto modo de organização da produção, tem na

captura da subjetividade do indivíduo um objetivo claro: a valorização do capital (ALVES, 2006). Diferentemente do modelo japonês, que preza pela estabilidade do funcionário na empresa, sua adaptação ocidental elegeu a precarização e a flexibilização do trabalho como forma de reestruturar a produção. Ortellado (2005) afirma que o nível de desemprego elevou no ocidente em grande parte em função disto, mas, todavia, trouxe consigo um *revival* da alternativa autogestionária de organização produtiva para os trabalhadores.

3 HISTÓRICO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

3.1 NO MUNDO

A Economia Solidária não é fruto de teorias, nem arquitetada na mente de um grande pensador, ela foi tomando forma através dos empreendimentos que surgiram em determinados momentos históricos como forma dos trabalhadores sobreviverem e ao mesmo tempo fazerem uma contraposição ao sistema econômico vigente. O desenvolvimento do conceito de Economia Solidária teve contribuições decisivas dos chamados *socialistas utópicos* como Robert Owen. Suas idéias inspiraram os pioneiros da cooperativa de Rochdale³, precursora do movimento cooperativista e seus ideais.

As práticas da autogestão representam o histórico da economia solidária. Antes do conceito de economia solidária ser cunhado, práticas autogestionárias expressaram sua manifestação com diversas facetas. A autogestão – expressão primeira da economia solidária - combateu o sistema vigente. As experiências ensinam lições fundamentais para a história dos trabalhadores. Rosa Luxemburgo foi a primeira socialista a dizer que os trabalhadores devem aprender com os erros e as derrotas. Assim, nestas experiências não buscamos receitas ou modelos acabados, mas exemplos de organização dos trabalhadores, considerando que cada momento histórico tem suas particularidades e soluções que são específicas.

Se o termo “autogestão” é relativamente novo, mais especificamente do final dos anos 1960, as idéias em torno da autogestão vêm de longa data (NASCIMENTO, 2008). Os socialistas utópicos como Fourier, Proudhon e Owen, tinham entre os princípios de suas idéias e ações, a autogestão. Os falanstérios propostos por Fourier continham como base uma comunidade autogerida, sem a existência da propriedade e a prerrogativa do salário. Sendo estas últimas prerrogativas muito relevantes para a autogestão.

³ Primeira cooperativa de consumo, precursora dos princípios cooperativos, estabelecida no interior da Inglaterra no ano de 1844.

Experiências de cunho autogestionário foram várias na história da humanidade, porém tiveram maior ênfase após o início do movimento operário. Desde as sociedades denominadas primitivas, segundo Guillerme e Bourdet (1975), a gestão coletiva esteve presente em sociedades e grupos distintos. As comunas da idade média, a organização das cidades gregas (ainda que em parte) e as sociedades anteriores à colonização em diversos pontos, em diferentes países e continentes, tinham a gestão coletiva como prática preponderante. Para Gutierrez (1997) estas experiências representam a dicotomia entre capital e trabalho, caracterizando uma solução difícil, porém fundamental para a emancipação dos trabalhadores.

Realizando uma análise coesa das classificações das vias para a autogestão feitas por Gurvitch (1966) e Bayat (1991), podemos agrupar as experiências de autogestão em três grupos: as nascidas de uma revolução; as nascidas de governos socialistas e/ou governos populistas; nascidas em governos que são fruto de uma revolução social; e as que nascem em momentos de crise, principalmente na periferia do capitalismo.

Na longa história da classe operária, podemos traçar cinco ondas de longa duração que apontam na perspectiva do socialismo autogestionário, que contém: o movimento dos “visionários”, como Robert Owen e a gestão operária; Fourier e os falanstérios; Louis Blanc e as oficinas nacionais; Proudhon e o mutualismo; Rochdale e o surgimento do cooperativismo.

Os princípios cooperativos têm sua gênese em meados de 1844, em Rochdale, uma pequena localidade no interior da Inglaterra., cidade industrial perto de Manchester. Neste espaço europeu foi fundada uma sociedade cooperativa denominada *Society of Equitable Pioneers*, com um grupo formado por 28 tecelões. Os artigos de seu estatuto são tomados até hoje como os princípios cooperativos. De acordo com Namorado (1995), estes primavam pela articulação dos órgãos da cooperativa, da democracia interna e da decisão tendo como instância maior a assembléia geral entre todos os membros.

Os princípios cooperativos foram sintetizados em sete (NAMORADO, 1995):

- a) livre adesão;
- b) administração democrática;
- c) sobre capital emprestado a cooperativa pagaria taxa de juros fixa;
- d) repartição do excedente econômico (sem que constitua formas de lucro capitalista);
- e) neutralidade política e religiosa;
- f) educação dos sócios;
- g) integração cooperativa.

Ainda permeiam em Rochdale o princípio de “um membro, um voto”, onde todos os membros podem votar e ser votados. Os princípios e as idéias postas em prática em Rochdale foram fundamentadas no pensamento de Robert Owen, pensador social inglês do início do século XIX.

Quanto ao modo de produção e distribuição, Owen considerava que deveriam ser abandonadas ou modificadas da forma como se davam na época – que em parte permanecem até hoje – as seguintes idéias:

“... a prática de comprar e vender; o atual modo de produção e distribuição de riquezas, a existência de interesses isolados e o desacordo universal que daí decorre; a desigualdade da educação, do emprego e das condições; a opressão do fraco pelo forte; a prática da produção de toda sorte de bens de qualidade inferior em lugar de bens de qualidade superior, mais econômica e desejável...” (OWEN, 2002[1836-1844]).”

Estas idéias deveriam dar lugar a novos arranjos e disposição que deveriam considerar:

“... que os conhecimentos e a experiência da espécie humana sejam remunerados e concentrados, a fim de uma direção vantajosa a todas as forças e poderes, manuais e científicos, que foram acumulados nos séculos passados; que esses poderes sejam concentrados por parte para produzir a maior quantidade da riqueza mais preciosa, com um mínimo de trabalho manual é desagradável com a menor perda de tempo e capital possível; que os poderes artificiais e científicos sejam empregados, da maneira mais ampla, nos arranjos domésticos, tanto quanto em outros campos da vida social; que tudo o que é inferior, em todos os aspectos, seja substituído pelo que é superior. Assim, não haverá nada de inferior no cultivo do solo, na habitação, na preparação dos alimentos e das roupas, nem na educação e formação do caráter dos homens e das mulheres; que as riquezas produzidas sejam conservadas e distribuídas da maneira mais vantajosa para todos; que a educação e a condição sejam tão perfeitas quanto o permita a soma dos conhecimentos e meios, e que a única divisão seja a da idade...; que todos sejam assim empregados em ocupações ativas e atraentes, para aumentar a felicidade e o aperfeiçoamento da sociedade, sem ter consideração exclusivamente para si... (OWEN, 2002[1836-1844]).”

Além disto, Owen defendia a igualdade de gênero no trabalho, considerando que, com estas modificações, a sociedade seria igualitária. Owen começou a experimentar suas idéias de organização social e trabalho cooperativo na fábrica de New Lanark. Ele financiava suas experiências de comunidades-modelo com recursos próprios. Sua intenção era, a partir destas experiências, obterem métodos para propor a reforma da sociedade. A educação seria a base para a formação societária almejada por Owen, pois na sua concepção, a educação é a responsável por moldar o caráter do homem.

A Economia Solidária, a partir de suas diversas matrizes e de um longo processo histórico de práticas com afinidades entre si, incorpora diversas palavras que têm um significado profundo, tais como:

- a) a palavra “cooperar” vem do latim “*cum operari*”, que significa “trabalhar conjuntamente com alguém”;
- b) a palavra “sindicato” vem do grego através das línguas romanas e tem duas raízes: “com” e “justiça”, isto é, “os sindicalizados são os que têm por defesa a mesma causa”;
- c) a palavra “mutualidade” vem do latim “*mutuum*”, isto é, “troca”. Troca equitável de serviços;
- d) a palavra “solidariedade” tem sua etimologia em “o que é solidário”, ou “o que se torna sólido como o solo”.

Se “solidariedade” significa “sólido como o solo”. A economia solidária é um exemplo desta persistência dos trabalhadores que, em busca de sua autoemancipação, estão reinventando formas novas para a expressão de suas lutas pela autogestão.

Fourier, Owen e Blanc tinham a idéia de que a solução das questões estava na fundação de pequenos grupos fechados que empregariam toda a força de trabalho de seus membros. A instituição destes pequenos microcosmos autônomos foi o palco de todos estes inventores e socialistas.

Outro “visionário”, o pensador inglês Jhon Gray, trabalhou desde o início da adolescência, e considerava o trabalho como única fonte de riqueza. Em suas palavras o “... *fundamento de toda propriedade é o trabalho e não existe qualquer outro fundamento justo para ela...*” e completa “... *o único caso em que um homem pode dizer verdadeiramente 'isto é meu' é quando esta coisa é produto do trabalho de suas mãos. É a mão direita de um homem propriedade sua? Afirmamos que o é tanto quanto o produto do seu trabalho...*” (GRAY, 2002 [1825]).

Em sua obra “*Uma Exposição sobre a Felicidade Humana*” de 1825, John Gray expõe conceitos sobre o trabalho e a propriedade que ainda hoje acompanham o pensamento social que embasa a economia solidária. Conforme Gray:

“ Evidencia-se assim que o trabalho é o único fundamento da propriedade e que de fato, toda propriedade não é mais que trabalho acumulado; a questão que daí decorre é, 'podem as pessoas de que estamos falando consumir o produto do trabalho de outras pessoas, ou só podem consumir o produto do seu próprio trabalho?'
 ”Eles encontram-se no primeiro caso; mas dão o equivalente por ele, em forma de dinheiro, que é, em si mesmo, trabalho acumulado, ou seu representante. Mas será

que é deles esse dinheiro que dão? Será ELE produto de seu trabalho, ou de outras pessoas? Que equivalente deram por ELE? NÃO DERAM POR ELE, NENHUM EQUIVALENTE: e vamos mostrar claramente, para aqueles cujas mentes não se deixam influenciar por hábitos há muito tempo existentes, que as classes independentes da sociedade dependem apenas da injustiça para o seu pão de cada dia. Essas pessoas obtêm seus rendimentos, na maior parte dos casos, da renda da terra e do juro do dinheiro... (GRAY, 2002 [1825]).”

Com o passar dos anos, John Gray foi abandonando os princípios owenistas, tornando-se pragmático, deixando de defender o socialismo utópico, para propor reformas no capitalismo, a partir da regulamentação do capital.

A incorporação da luta política para que houvesse mudanças na organização dos trabalhadores para a produção e distribuição foi levada a frente por Louis Blanc. Espanhol, Blanc se tornou porta voz da classe operária francesa, estabeleceu um paralelo entre a luta política até por meio da atuação como deputado e a construção teórica baseada na historiografia e na contestação das condições de trabalho dos trabalhadores.

Louis Blanc defendia a formação de *fábricas*, que seriam fundadas pelo governo e teriam uma criteriosa seleção dos trabalhadores baseada na moralidade (BLANC, 2002 [1839]). Algo que se assemelha ao movimento pela estatização das fábricas recuperadas pelos trabalhadores. Na opinião de Blanc, estas *fábricas* eliminariam os reflexos nocivos da concorrência e contribuiriam sobremaneira para a sociedade, pois todo o conhecimento e inovações industriais seriam sociabilizados.

Saint Simon foi um dos grandes pensadores do socialismo utópico, influenciado até o filósofo Auguste Comte. Sua idéia central era de que o conhecimento e a técnica deveriam nortear a sociedade e serem seus balizadores. No entanto, não era um democrata e defendia a classe industrial, abrangendo nela desde os trabalhadores e camponeses até os banqueiros. Ele ressalta a importância das grandes mentes da ciência para a sociedade, enquanto colocava a classe política como irrelevante para o desenvolvimento.

As idéias de Fourier tiveram grande relevância no pensamento social de seu tempo, porém, em menor grau que Saint Simon e Owen. Embora não defendesse a igualdade, considerando a validade da propriedade privada e a naturalidade da existência da riqueza e da pobreza, Fourier era extremamente anti-autoritário, considerando que a organização da sociedade devia ser pautada em associações livres dos trabalhadores. Sobre as associações Fourier escreveu:

“... Há algum tempo que já se escreve sobre o tema *associação* sem conhecer o assunto, sem mesmo determinar a finalidade do vínculo societário, as formas e métodos que deve adotar, as condições que deve preencher, os resultados que deve

atingir. Este tema tem sido tratado tão confusamente que não se pensou em realizar um debate sobre o caminho a seguir em estudo tão novo... a palavra associação foi profanada, desconsiderada... a verdadeira associação – a arte de aplicar a indústria todas as paixões, todos os caracteres, gostos e instintos – constitui um novo mundo social e industrial... (FOURIER, 2002[1829]).”

Esta idéia de associação defendida por Fourier seria a base de suas falanges industriais, comunidades que, a partir do trabalho de forma associada, dariam base para que os homens exercessem em plenitude suas aptidões para o trabalho e para a vida em sociedade, instaurando uma sociedade plena em realização.

Pierre Joseph Proudhon foi um pensador de cunho anarquista, com obras relevantes até os dias de hoje, com enorme participação nos acontecimentos políticos de seu tempo, tendo inclusive influenciado Karl Marx, com o qual veio a romper posteriormente.

O operário Proudhon, em seus escritos, destacou objetivos abrangentes a serem alcançados pela sociedade por meio da autogestão. O *mutualismo* propunha a organização de unidades autogeridas de produção, de forma que, a partir da representação, todas as pessoas participassem das decisões da sociedade, em nível geral sendo pautado pelo *federalismo*. Em seu livro *A propriedade é um roubo?* Proudhon demonstra nesta passagem toda sua aversão a propriedade:

“... Se tivesse que responder, com uma única palavra, à seguinte pergunta: *o que é a escravatura?* – responderia: é um *assassinato* - e meu pensamento seria imediatamente compreendido... tornar um homem escravo é assassiná-lo. Porque então a esta outra pergunta – *o que é a propriedade?* – não posso responder da mesma forma - *é um roubo* - sem ter a certeza de ser entendido, ainda que essa segunda proposição não seja senão a primeira transformada?... (PROUDHON, 2002 [1840]).”

Proudhon rechaçava a influência dos demais teóricos ligados a Economia Social, como Fourier e Saint Simon, por considerar que estes defendiam a propriedade e não queriam eliminar a estrutura atual da sociedade (PROUDHON, 2002 [1840]). Proudhon destacava importância da gestão coletiva em toda a sociedade para o alcance da sua harmonia e a supressão das desigualdades.

2) Grupos e movimentos, como, marxismo, anarquismo, sindicalismo, socialismo cooperativo.

Entre as expressões anarquistas de organização dos trabalhadores, Santillán (1980) sintetiza as expressões da organização econômica propostas por seus principais pensadores:

“... queremos, portanto um regime econômico em que a abundância e o bem-estar, o desfrute, estejam ao alcance de todos. ...Esta pode realizar-se numa multiformidade

de acertos econômicos, individuais e coletivos. Proudhon a realizava no mutualismo; Bakunin no coletivismo; Kropotkin no comunismo; Malatesta previu a possibilidade acordos mistos...Tarrida de Mármol e Mella propugnaram a anarquia a seco, sem adjetivos econômicos, o que supõe a liberdade de experimentar ou estabelecer, a título de experiência, o que cada época e cada localidade julgarem mais conveniente... Santillán(1980)

3) Revoluções ou experiências práticas de autogestão: a comuna de Paris (1871); a revolução russa (1905); a revolução socialista de outubro de 1917; a revolução húngara de 1919; a revolução alemã de 1919; a revolução italiana de 1919;a revolução espanhola de 1936-1939; a revolução argelina de 1962; as revoluções no leste europeu: na Hungria em 1956, na Polônia em 1956, a revolução Tcheca da “Primavera de Praga” em 1968, o movimento social Solidarnosc, na Polônia em 1980-81.

Todavia, Mandel (1970) destaca as experiências que ocorreram na Comuna de Paris, nos Sovietes durante a Revolução Russa. Ao final do século XIX, na Comuna de Paris, conforme Guillerm e Bourdet (1970), podemos encontrar o autogoverno em sua base de organização. A supressão da propriedade e do salário também ocorreu, juntamente com a expansão das liberdades individuais.

Mandel (1970) destaca que, na Comuna de Paris, as fábricas que foram abandonadas pelos patrões deviam ser tomadas pelos trabalhadores, mantendo sua produção para atender as necessidades da sociedade revolucionária.

Na revolução húngara a socialização das terras e da indústria foi dificultada, conforme Mandel (1970), pela resistência de setores da sociedade húngara em aceitar a produção proveniente de terras socializadas. Sendo que os trabalhadores tinham um interesse dúbio que se confundia entre a socialização das atividades e o desejo por posse e manutenção da ordem vigente.

Em meio ao regime fascista do ditador Franco, ocorre uma aglutinação de forças de comunistas, anarquistas, liberais e com forte respaldo sindical. Desta forma, este grupo de esquerda obteve uma significativa vitória eleitoral. Esta vitória nas urnas resultou em uma disputa intensa pelo poder com o fascismo, sendo que o aparelho do Estado não conseguiu em meio ao imbróglgio atender as demandas da população e nem combater o levante fascista.

A resposta dada pelos trabalhadores organizados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores – CNT, ocorreu com organização das atividades produtivas na cidade e no campo por meio da coletivização. As coletividades agruparam trabalhadores, ferramentas e meios de produção, expropriando os fascistas e organizando a produção e o consumo, dentre as coletividades e mediante os espanhóis que não estavam integrados a elas. Na coletividade,

a propriedade, conforme Tragtenberg (1987) pertencia àqueles que a formavam, não caracterizando uma estatização das propriedades.

Tragtenberg (1980) afirma que na revolução espanhola as comissões de fábricas transformaram esta expressão dos trabalhadores em uma experiência sem paralelo, com nenhuma outra revolução social. Tragtenberg afirma que: “a base era o fundamento da direção centralizada que integrava os elementos a ela fornecidos, tinha somente uma função de coordenação (Tragtenberg, 1980)”. Os trabalhadores, homens do povo, foram os que tomaram em mãos a economia espanhola. Lembra que: “... Não havia patrões. Os trabalhadores não só tinham que retomar o trabalho nas linhas de produção na indústria (...) tinham que se encarregar da direção das empresas... (Tragtenberg, 1980).”

A organização da produção, da distribuição e do consumo pelos produtores, conforme, juntamente com o salário médio social básico, dava forma aos conselhos de ramo que eram os organismos produtivos na revolução espanhola. A estrutura da organização econômica na Espanha revolucionária, conforme Santillán (1980), era a seguinte:

“... No lugar do proprietário... teremos um conselho de empresa... constituído por operários, empregados e técnicos que representem o pessoal da empresa...ele dá coesão e coordena o trabalho em sua esfera de atividade e liga-a às atividades semelhantes de outros empreendimentos ou grupos produtivos... Santillán (1980).

Sobre a autonomia nos conselhos Santillán (1980) explica que:

“... existe autonomia completa, sem que esta autonomia seja entendida como capricho na produção, pois esta deve corresponder às necessidades e possibilidades e há de ser feita em vista de um conhecimento exato das condições de cada estabelecimento e das necessidades e demandas da população. Santillán(1980) “

Santillán (1980) demonstra que estes conselhos estavam reunidos em um conselho local de economia que coordenaria a confluência destas ações e realizaria estudos e ações para melhorar a economia local e melhor atender as demandas da população.

4) Diversas experiências de práticas autogestionárias na Europa nos anos 60 e 70, sobretudo na França (tipo LIP), na Itália, em Portugal.

5) Novos sistemas de autogestão, como experiências de organização na produção (cogestão, consultas coletivas, delegados sindicais, etc), a autogestão como sistema na Iugoslávia, a partir de 1950.

As experiências de participação operária na gestão das empresas iugoslavas culminaram no decreto governamental que estabeleceu a co-gestão como forma de organização das empresas no país. Em meio à centralização do capitalismo de estado de

cunho stalinista na Iugolásvia, esta foi uma medida visando uma série de reformas no país (MANDEL, 1970). A autogestão na Iugoslávia é tema de discussões polêmicas, os teóricos de cunho marxista a vêem como uma experiência desprovida de cunho revolucionário, enquanto os de cunho libertário consideram esta uma experiência chave para a supressão do estado.

No que tange ao trabalho nestes empreendimentos, Mandel (1970) aponta como elementos centrais na autogestão iugoslava:

- a) a participação na gestão dos empreendimentos pelos trabalhadores, porém sem ocorrer a participação na propriedade dos mesmos;
- b) poder centrado na base;
- c) abolição do salário e da distinção entre nível técnico e operacional.
- d) o trabalho na empresa dá direito a participação na gestão e ao direito de ser eleito.

A forma base da autogestão iugoslava, conforme Gutierrez (1997), consistia na eleição feita pelos trabalhadores a cada dois anos de conselho, composta por pessoas próximas ao governo. Por sua vez, este conselho nomeava uma comissão que geria a empresa. No entanto, havia dentro dos moldes desta experiência traços *tayloristas* que desconsideravam o potencial dos trabalhadores e geraram diversas críticas. Dentre as críticas a autogestão iugoslava, Gutierrez (1997) destaca as seguintes:

- a) mesmo com o ideal de abolição dos salários, o governo mantinha um salário mínimo para os trabalhadores, sendo que, por pressão destes muitos empreendimentos, posteriormente, passaram a pagar salários não compatíveis com a realidade econômica dos empreendimentos;
- b) a centralização do Estado iugoslavo se contrapunha ao ideal em tese das empresas autogeridas;
- c) havia a possibilidade da reprodução da heterogestão nestes empreendimentos, dada a disposição administrativa estabelecida, bem como do individualismo de seus membros.

6) Uma onda mais recente, caracterizada pela existência em diversos países do movimento da Economia Solidária.

O saber econômico não deve se estabelecer sobre as premissas da vontade de poder e da busca do lucro, mas sobre os princípios da boa organização da vida dos grupos humanos. Do modo atual, a economia se reduziu a uma arte de obter dinheiro. Em contraposição a esta lógica, temos a busca por uma “outra economia”.

Historicamente, é possível perceber que os trabalhadores buscaram formas alternativas de produção e consumo a fim de enfrentar os dilemas impostos pelo capitalismo. Há uma ampla gama de experiências em diversos momentos históricos e realidades, tais como os Kibutz, as cooperativas de Mondragón, os beneficiários do Grameen Bank em Bangladesh, as cooperativas de produção do Movimento dos Sem Terra no Brasil, entre outras iniciativas espalhadas pelo mundo, com proporções diferentes, mas com uma idéia central em comum: o elo entre os trabalhadores e os meios de produção.

O mundo do trabalho vem sofrendo uma série de metamorfoses nas últimas décadas, com reflexos consideráveis em todos os setores da sociedade, assim como trata Antunes (1995), seu resultado mais brutal é o aumento do desemprego estrutural. Resultado de uma série de fatores, dentre os quais a crescente automação do trabalho, a precarização das relações trabalhistas e uma exploração ainda maior da capacidade produtiva de cada trabalhador. Dentre os dilemas do desemprego, Beatriz (2007) destaca sua característica de originar diversas perturbações aos trabalhadores, as quais vão além do ponto de vista econômico, sendo que a vida social e a sua afirmação enquanto sujeito é afetado drasticamente.

Cabe ressaltar que a maioria dos pobres no Brasil, segundo Carneiro (2003), trabalham no setor informal, na condição de autônomos, ou permanecem na condição de desempregados efetivos. Desta forma, políticas que visam o emprego formal não contemplam esta população. Além de que o emprego nos moldes atuais na grande maioria das empresas pouco contribui para o desenvolvimento dos indivíduos enquanto sujeitos críticos e atuantes nas questões tocantes a sua vida em comunidade.

3.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

No Brasil, as primeiras expressões de empreendimentos correlatos a Economia Solidária, segundo Singer (2002), deram-se através das cooperativas agrícolas e de consumo fomentadas pelos imigrantes europeus. No entanto, atualmente, grande parte destas cooperativas agrícolas não podem ser consideradas integrantes da Economia solidária, dado o seu desvirtuamento dos princípios cooperativos para atender ao mercado.

Na década de 1980, dois importantes focos de apoio aos empreendimentos econômicos solidários surgiram. A Cáritas, entidade ligada a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) passou a financiar e apoiar diversos empreendimentos nesta

perspectiva. Outro exemplo em vigor até hoje são as cooperativas agrícolas do Movimento dos Sem-Terra (MST).

Ainda de acordo com Singer (2000), outros projetos como as ITCP's, a Agência de Desenvolvimento Solidária (ADS) da Central Única dos Trabalhadores (CUT), e o movimento de Ação da Cidadania contra a fome, tiveram um papel importante no fomento a Economia Solidária no país. Destacamos ainda as diversas iniciativas locais, com apoio do poder público ou fomentado pelas próprias comunidades, foram preponderantes para o avanço da Economia Solidária no Brasil.

Em meio ao contexto da expansão do neoliberalismo na década de 1990 no Brasil, a autogestão passa a ser mais expressiva no país. Vieitez (1997) destaca a formação em 1994 da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária - ANTEAG. Conforme Nakano (2000), a Anteag surgiu como uma associação civil sem fins lucrativos congregando associações e cooperativas de trabalhadores em empresas de autogestão e co-gestão.

Nakano (2000) destaca que a Anteag surgiu da expressão dos trabalhadores na luta pela manutenção dos seus postos de trabalho aliada a um novo direcionamento do movimento sindical que ia de encontro à autogestão. A associação surgiu para apoiar os trabalhadores na transição da cultura estritamente técnica quando da posse das mesmas pelos proprietários para o caminho da autogestão.

Na época de sua criação, a Anteag congregava 36 empresas autogestionárias, que se organizavam como associações de trabalhadores e/ou como cooperativas de base autogestionária. No entanto, a motivação dos empreendimentos autogestionários e da Economia Solidária no Brasil remete, segundo Vieitez (1997), mais a questões pragmáticas do que a inspirações ideológicas.

Segundo Singer (2000), a Anteag elaborou uma metodologia própria para viabilizar empresas geridas pelos trabalhadores, logrando êxito em capacitar estes para assumir o controle das empresas.

A crise do emprego após a reestruturação produtiva na década de 1990, fez com que os trabalhadores se organizassem para salvar seus empregos em empresas que haviam falido, bem como empreender atividades produtivas de forma coletiva, como alternativa ao desemprego. No entanto, tratava-se agora também de trabalhadores que já possuíam um histórico profissional integrado a produção industrial. Trabalhadores que já possuíam conhecimento técnico e/ou tácito sobre as atividades que se dispunham a empreender (JUVENAL, 2006).

A constituição da economia solidária no Brasil, segundo Pochmann (2004), ocorreu devido à junção de um grande excedente de mão-de-obra qualificada e organização de movimentos críticos que buscavam criar alianças com grupos excluídos do mercado de trabalho, viabilizando alternativas de geração de trabalho e renda. Esta expressão multifacetada da economia solidária no Brasil pode ser visualizada na Figura 1.

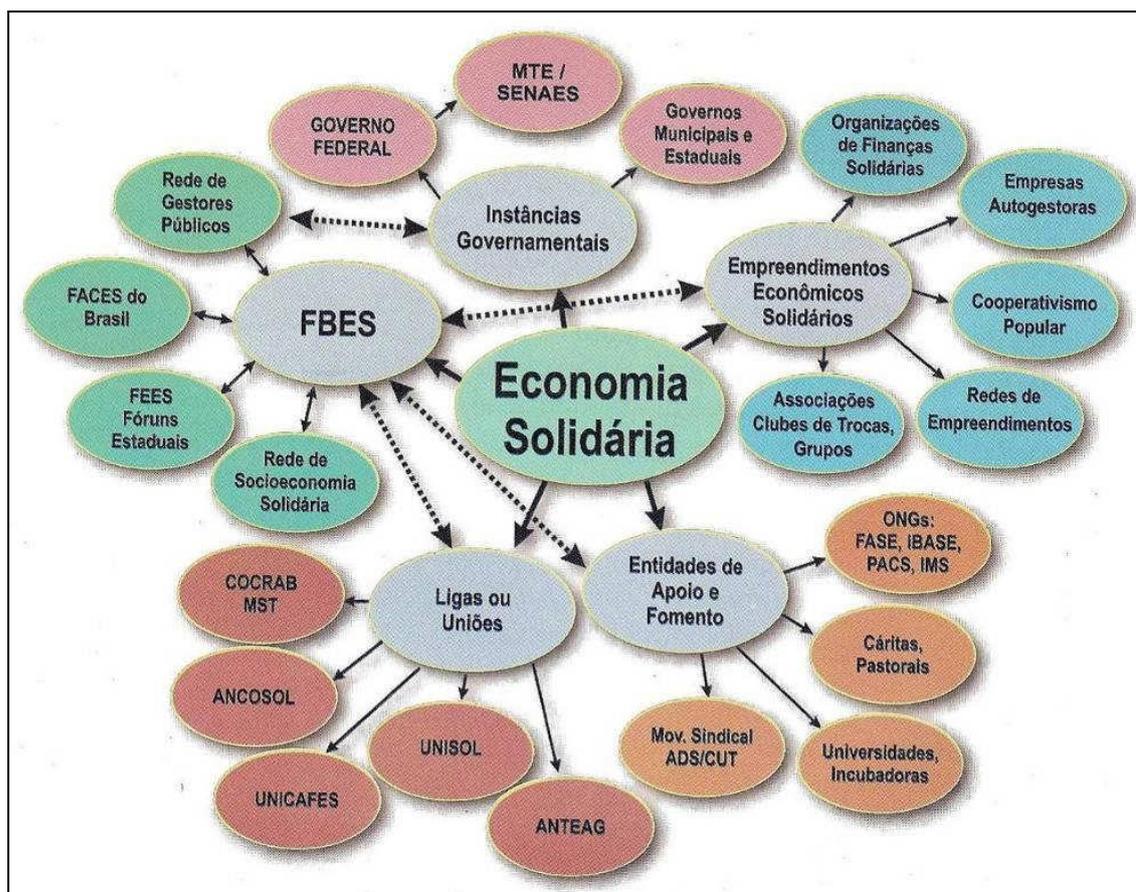


Figura 1 – Representação do Campo da Economia Solidária no Brasil

Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil (2007)

A explosão da Economia Solidária no Brasil ocorre a partir da década de 1990. Dos EES em atividade em 2007, cerca de 90 % havia surgido durante a década de 1990 e nos primeiros anos do século XXI. No entanto, ela não foi resultado primeiramente de projetos sindicais, políticos ou acadêmicos como o Banco da Aldeia⁴. Isto se deu, de acordo com (Coutrot, 2001), pela necessidade dos indivíduos. Na década de 1990 o mercado de trabalho sofreu os efeitos da chamada “crise do emprego”, conforme se observa no Gráfico 1. Nos dois cálculos o índice praticamente dobra ao longo desta década. O desemprego aumentou como

⁴ O Grameen Bank em Bangladesh, uma iniciativa do professor e nobel da paz Muhammad Yunus. Ver mais em “O banqueiro dos Pobres”. Muhammad Yunus. Ed. Ática, 2002.

fruto do processo de globalização, da reestruturação das empresas e da incorporação de inovações tecnológicas que fizeram com que diversos postos de trabalhos e empresas fossem extintos.

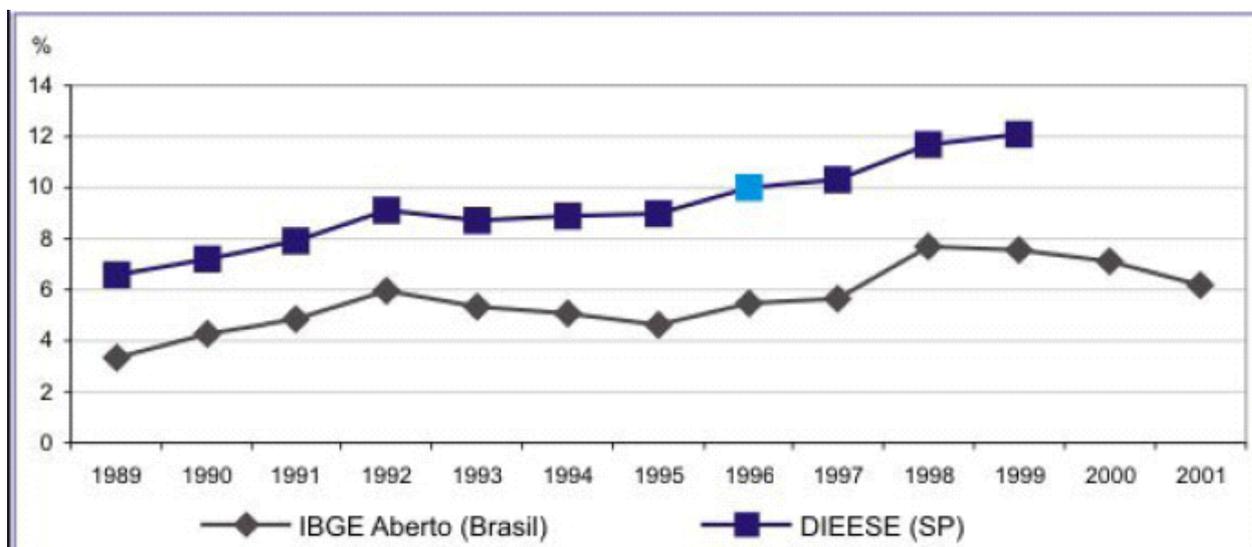


Gráfico 1 – Índices de desemprego – Brasil – 1989 -2001

Fonte: IBGE/DIEESE.

Essas disparidades causadas pela desigualdade de renda e de oportunidades relegam uma grande massa populacional para trabalhos mal-remunerados, desprovidos de individualização, e em muitos casos para o desemprego. Barbosa (2007) afirma que essa precarização das relações de trabalho está intimamente ligada ao desemprego, ocasionando com isso um aumento considerável da informalidade, bem como de alternativas que os indivíduos criam para obter renda. Assim, com a crescente precarização do trabalho, dado pela sua flexibilização, pelo aumento crescente do desemprego e das subocupações, a Economia Solidária expande-se como alternativa de geração de trabalho e renda para os trabalhadores.

3.2.1 Economia Solidária na região Sul do Brasil

Historicamente os trabalhadores buscaram formas alternativas de produção, consumo e ainda de organização social, como maneira de sobreviverem em condições adversas. Na região Sul do Brasil, isto também ocorreu desde as primeiras ações de colonização.

Exemplos históricos como a Colônia de Santa Cecília, inspirada em princípios anarquistas no Paraná, o Falanstério do Saí, em Santa Catarina, segundo os princípios de

Fourier⁵, e as experiências de solidarismo mútuo da colônia russa no Rio Grande do Sul, foram as primeiras experiências nos moldes do que hoje tratamos por Economia Solidária na região. No entanto, as experiências de produção coletiva até a década de 1980 eram constituídas de ações isoladas e dispersas, considerando que apenas cerca de uma centena dos EES surgidos nesta época estão em atuação ainda hoje.

Somente a partir desta década que ações efetivas visando a cooperação como forma de geração de emprego e renda, começaram a borbulhar pela região, ainda que timidamente.

Na Região Sul, este processo também teve a participação de uma série de atores. Sindicatos, Organizações-Não-Governamentais (ONG's), entidades religiosas, universidades e movimentos rurais e urbanos envolveram-se, a partir de seus limites, no processo de discussão e intervenção às EES. Ao mesmo tempo, as administrações municipais e estaduais do Partido dos Trabalhadores (PT), segundo (Coutrot, 2001), tiveram um papel importante no fortalecimento destas ações.

Uma das primeiras experiências de destaque ligadas a Economia Solidária na Região Sul deu-se no Rio Grande do Sul, através dos Projetos Alternativos Comunitários (PACS), fomentados pela Cáritas – entidade ligada à igreja católica.

Estes projetos frutificaram e deram lugar a empreendimentos econômicos solidários como, por exemplo, a Cooesperança, na região de Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul. Ela é uma organização de referência da Economia Solidária no Brasil, que realiza há mais de 15 anos a Feira do Cooperativismo Popular e da Economia Solidária, um evento internacional e em contínua expansão (Balbinot, 2007).

A Economia Solidária no Paraná é recente. A experiência histórica da Colônia Cecília, de cunho socialista, teve lugar no estado. Um grupo de imigrantes italianos, liderados pelo idealista Giovanni Rossi, veio ao Brasil, devido à facilidade de acesso a imigrantes, para criar uma colônia de cunho socialista, que desse lugar as suas idéias quanto à vida e a produção em comunidade. Seu objetivo inicial era instalar-se no Rio Grande do Sul, mas devido a problemas no decorrer da viagem, com alguns integrantes do grupo, aportaram no Paraná. Sua instalação deu-se nas imediações do que é hoje o município de Palmeira, próximo a Curitiba. No entanto, em decorrência de dificuldades de organização e de coesão entre seus membros, a Colônia Cecília foi extinta em pouco tempo, deixando seu legado e entrando para a história do estado (ROSSI, 2000).

Tempos depois, o cooperativismo serviu de base para as grandes cooperativas

⁵ Socialista utópico francês que propunha o cooperativismo como forma de organização sobre a forma dos falanstérios (construções comunais), que possibilitariam o desenvolvimento pleno do ser humano.

agropecuárias exportadoras presentes em quase todo o estado. No entanto, com o crescimento destas cooperativas e seu direcionamento majoritário para fins mercadológicos, em detrimento da doutrina cooperativista e do papel social da cooperativa, as mesmas não fazem parte no universo da Economia Solidária no estado.

Ao adotar estas práticas de empresas capitalistas convencionais, alcançaram segundo dados da Ocepar (2008), resultados expressivos, como 55% da economia agrícola do estado e um faturamento de 22 bilhões de reais em 2007. Isto tudo à custa do trabalho de forma não-associada, com diversos trabalhadores mal remunerados, entre os milhares de empregados em trabalhos desgastantes atuando em “cooperativas”, principalmente no ramo frigorífico (FINKLER, 2007).

Os empreendimentos de Economia Solidária no Paraná começaram a despontar na década de 1990, frutos de ações comunitárias voltadas para a geração de trabalho e renda. Os clubes de mães, atividades desenvolvidas em associações de moradores e iniciativas apoiadas por programas de governo e não políticas públicas foram os primeiros EES do estado.

Duas das primeiras entidades a apoiar a Economia Solidária no Paraná foi o Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (CEFURIA) e o Instituto de Filosofia da Libertação (IFIL), ambos de Curitiba, que fomentaram entre 1999 e 2000 o cadastro de atividades produtivas, a organização de seminários e feiras de Economia Solidária. Ao mesmo tempo, surgiram clubes de trocas na região metropolitana de Curitiba e em outros pontos do estado, bem como a ITCP da Universidade Federal do Paraná (BEATRIZ, 2007).

No entanto, o estado apresentou em 2007, 32,75% dos EES dispostos atuando na área rural e 20,22% com atividades nas áreas rural e urbana. Isto se deve em grande parte pela atuação das associações de pequenos produtores rurais e das cooperativas de produção do Movimento dos Sem Terra (MST), que atuam nas mais diversas regiões do estado.

Entre os EES que tiveram origem em fábricas recuperadas pelos trabalhadores, destaca-se a COOPERBOTÕES, na cidade de Curitiba, uma das maiores empresas produtoras de botões da América Latina. Desde 2004, os trabalhadores vêm lutando e atuando sob a lógica da Economia Solidária, inclusive apoiando outros EES através da troca de experiências – um exemplo dos EES urbanos que perfazem 55% do total do estado.

Em 2007, o Paraná contabilizava cerca de 808 empreendimentos ligados a Economia Solidária, contando com 49.908 participantes, a grande maioria em empreendimentos com até 10 participantes, dispersos em 149 municípios, 35% do total do estado. Segundo Zanchet (2008), estes se concentram na Região Metropolitana de Curitiba e na cidade de Londrina.

Os empreendimentos econômicos solidários no estado de Santa Catarina tiveram sua

formação de modo diferenciado dos demais estados da região sul. À margem de políticas públicas efetivas, os empreendimentos econômicos solidários catarinenses surgiram devido à luta dos trabalhadores pela manutenção de seus postos de trabalho no processo de falência de uma série de empresas nas décadas de 80 e 90. Conforme Nascimento (2003), o PACS organizou em Criciúma, ainda no ano 1988, um seminário sobre autogestão, ajudando a fomentar a discussão sobre este tema, no estado.

Um dos primeiros empreendimentos foi a COOPERMINAS, empresa extrativa de carvão do município de Criciúma que hoje conta com 800 cooperados e é a única empresa carbonífera do Brasil sob a gestão dos próprios trabalhadores. Outro exemplo é a Bruscor da cidade de Brusque que, de acordo com Pedrini (2000), é fruto da consciência coletiva de jovens ligados a teologia da libertação, que resolveram se organizar de forma horizontal para produzir cadarços, cordas e elásticos, sendo sua forma de organização objeto de diversos estudos acadêmicos. As fábricas ocupadas em Santa Catarina seguem sua luta em busca de trabalho e renda, apontando para novos horizontes nas lutas dos trabalhadores. Exemplo recente encontra-se na resistência das indústrias do setor de plásticos em Joinville, INTERFIBRA e CIPLA. Santa Catarina ainda tem como exemplo a COOPERVECTRA, oriunda da massa falida de uma cerâmica no município de Içara.

No que tange ao apoio ofertado a Economia Solidária em Santa Catarina, segundo Pedrini, Prim e Santos (2004), as principais entidades e fóruns de apoio da economia solidária no meio rural de Santa Catarina são: a Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (APACO), a Confederação Nacional de Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), o Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores Rurais (CEPAGRI), a Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (AGRECO), o Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO), o Centro Vianei de Educação Popular (VIANEI), os Miniprojetos Alternativos (MPAs/CNBB), a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Regional de Blumenau (ITCP/FURB), a Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários da Universidade Federal de Santa Catarina (INTECSOLI/UFSC), a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF-SUL) e o Fórum Catarinense de Economia Solidária (FCES). Em 2007 o estado contava com 690 EES, com mais de 127 mil participantes, principalmente em EES que possuem entre 20 e 50 integrantes, com uma leve predominância dos que atuam na zona rural. A Economia Solidária está presente em 175 municípios, cerca de 60% do total das municipalidades do Estado.

Na história remota do Rio Grande do Sul destacam-se as iniciativas das reduções indígenas baseadas no trabalho associativo e, posteriormente, a articulação dos escravos nas comunidades quilombolas que primavam pela produção em comunidade. As experiências das reduções jesuítas também fazem parte deste histórico solidário do estado.

Uma das primeiras experiências de destaque ligadas a Economia Solidária no Rio Grande do Sul foram os Alternativos Comunitários (PACS) fomentados pela Cáritas – entidade ligada à igreja católica. Conforme Adams (2008), a Cáritas atua desde o ano de 1983 com experiências de geração de trabalho e renda, sendo que no Rio Grande do Sul este trabalho teve início nos municípios de Santa Maria, Passo Fundo e Novo Hamburgo

Posteriormente, diversos programas de governo apoiaram ações ligadas a Economia Solidária, possibilitando a criação de EES em diversos municípios.

Desta forma, o estado foi pioneiro em diversas ações ligadas a Economia Solidária, chegando a constar como programa de governo, junto à Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais. Assim, diversos projetos, juntamente com o apoio das prefeituras, foram apoiados em todo o estado.

Estes projetos frutificaram e deram lugar a empreendimentos econômicos solidários como, por exemplo, a rede Cooesperança na região de Santa Maria no Estado do Rio Grande do Sul. Tornando-se uma organização de referência da Economia Solidária no Brasil e que realiza há mais de 15 anos a Feira do Cooperativismo Popular e da Economia Solidária, um evento internacional e em contínua expansão (BALBINOT, 2007).

Em 2007 o Rio Grande do Sul contava com 2.085 EES, com mais de 364 mil participantes. Estes EES estão dispostos em 303 municípios gaúchos, que correspondem a 61,08% do total de municípios do estado. Do total destes EES, 38,15% atuam na zona rural, 41,58% na zona urbana e o restante (20,26%) atua nas duas áreas, rural e urbana. O estado, pioneiro no que tange a Economia Solidária, possui um número expressivo de EES e costumeiramente é tratado como referência em relação à Economia Solidária no Brasil. Grande parte deste pioneirismo e avanço se deve às entidades de apoio, aos programas de governo e políticas públicas que apoiaram a Economia Solidária no estado.

No entanto, de acordo com Gaiger (2000):

“... não se pode afirmar que exista no Rio Grande do Sul uma economia solidária configurada como um campo integrado e sistêmico, mas uma teia enorme e variada de iniciativas econômicas de cunho associativo, diversamente organizado, aglutinado por vezes em segmentos que gravitam normalmente em órbita própria...”

Gaiger (2000) afirma que esta pluralidade da economia solidária no estado já era visível desde os primeiros estudos elaborados pela Cáritas no início da década de 1990, a fim de compreender a expressão destes empreendimentos no estado. O contexto regional para a expansão da economia solidária é destacado pelo autor, evidenciando o destaque da região de Santa Maria, devido à articulação que as ações ligadas à economia solidária vêm tendo no município há anos.

Devemos destacar o protagonismo do movimento da Economia Solidária em Santa Maria para a expansão da mesma em toda a região sul, tanto em termos de formação, quanto de visibilidade, troca de conhecimentos e espaço de comercialização. Conforme Balbinot (2007), o projeto Esperança/Cooesperança foi levado a cabo pela arquidiocese católica em meados da década de 1970. Este projeto rendeu diversos frutos. Destacam-se as feiras nacionais e internacionais de economia solidária realizadas em Santa Maria enquanto organização da rede de economia solidária na região central do estado. Uma característica relevante do projeto foi a de integrar desde seu início o apoio ofertado pela Cáritas e a igreja, com o apoio ofertado pela Universidade Federal de Santa Maria e órgãos públicos, com destaque para a formação ideológica e técnica dos empreendimentos.

De acordo com Balbinot (2007), atualmente, o projeto Esperança/Cooesperança engloba a realização de feiras de comercialização permanentes, mensais e a feira internacional que acontece uma vez a cada ano; a Teia esperança que é uma rede de EES; além de apoio iniciativas de EES da região na coleta de recicláveis, agricultura familiar e em produções alternativas a cultura do fumo.

A feira do cooperativismo popular e da economia solidária de Santa Maria já teve mais de 15 edições realizadas até o ano de 2008. Segundo a revista da feira, esta surgiu de iniciativas dos PACs, para buscar a comercialização direta dos produtos dos empreendimentos ainda no ano de 1989. O apoio dos governos nas esferas municipal, estadual e federal é ressaltado como preponderante para o sucesso e a perenidade da feira (SANTA MARIA, 2008).

Podemos observar a expansão do número de EES participantes da feira, EES representados no Gráfico 2, onde o número de empreendimentos que expuseram seus produtos passou de 27, em 1994, para 730 em 2007, em uma relação de que para cada EES presente na primeira feira veio a se juntar até 2007, mais 27 EES. Quanto aos EES que visitam a feira em busca de formação e de novos conhecimentos em relação à economia solidária, tivemos um salto de 60 EES para 1338 em 2007, um crescimento de 2230%.

Reflexo disto é o fato de que a variedade de produtos expostos na feira passou de 40 em 1994 para 775 em 2007.

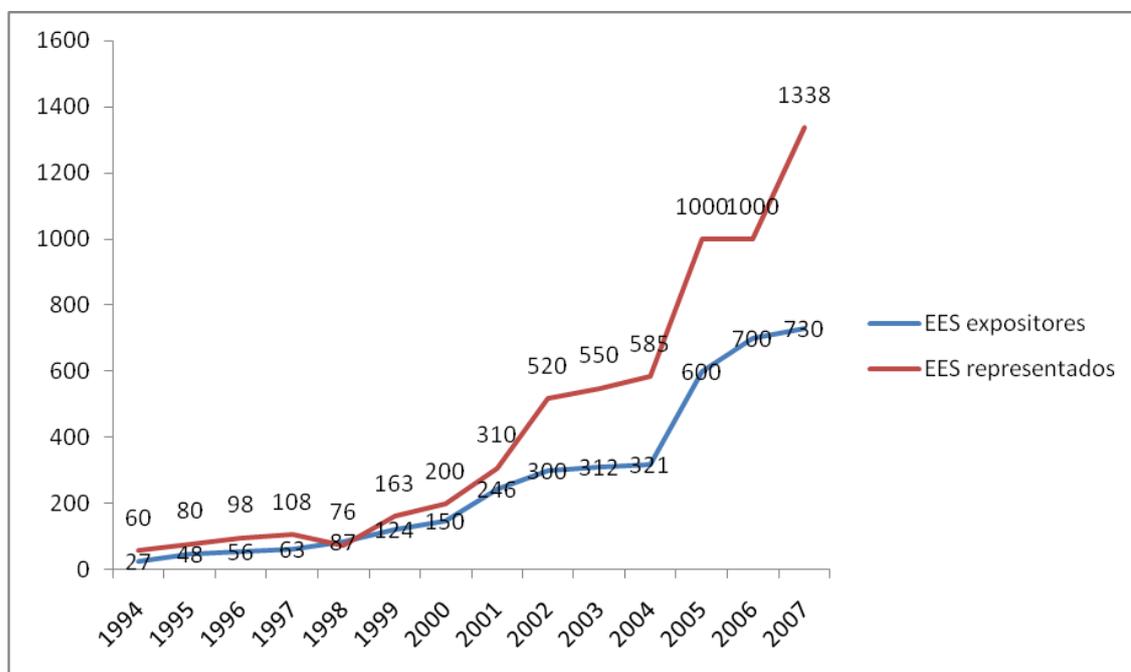


Gráfico 2 – Expansão da Feira de Economia Solidária de Santa Maria – RS.

Fonte: Revista de 15 anos da Feira de Santa Maria (2008).

O número de pessoas envolvidas com a feira, entre consumidores, produtores e visitantes passou de 4 mil pessoas em 1994, para mais de 100 mil pessoas em 2007. A expansão do número de municípios da região presentes, de estados do Brasil e de países visitantes em busca de intercambiar saberes e experiências em torno da economia solidária é percebida no Gráfico 3, estados e países na Feira de Santa Maria, já no Gráfico 4, está representado o aumento da presença de outros estados e países na feira.

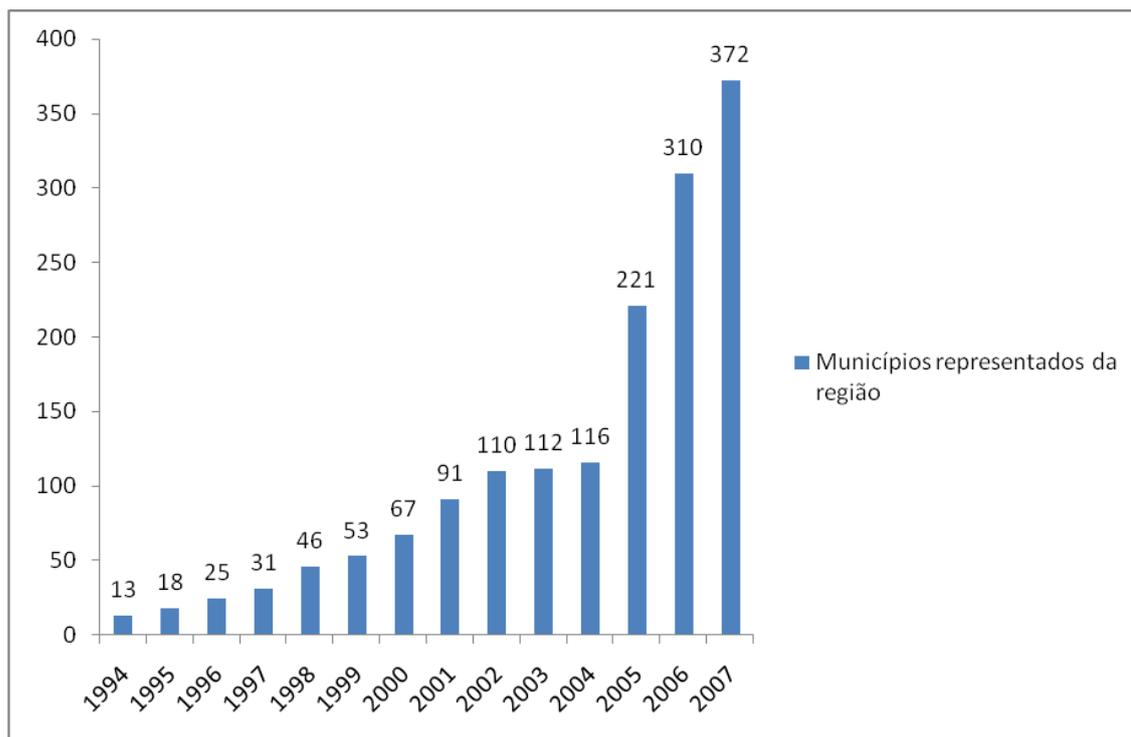


Gráfico 3 – Presença de municípios da região na Feira de Santa Maria

Fonte: Revista de 15 anos da Feira de Santa Maria (2008).

A presença de municípios da região Sul na feira é crescente, sendo perceptível o acréscimo na participação de EES da região após a instituição da economia solidária no programa de governo gaúcho após 2001.

A importância do apoio do poder público para a participação na feira de economia solidária também é visível ao considerar que o crescimento na presença de EES de outros estados é crescente após 2003, ano em de criação da SENAES. O pioneirismo da Feira de Economia Solidária de Santa Maria fez com que esta secretaria do ministério do trabalho oferecesse apoio à vinda de EES de outros estados, possibilitando um aprendizado e troca de saberes com a experiência de economia solidária vivenciada em Santa Maria. Este apoio também possibilitou uma maior articulação internacional, oportunizando a vinda de delegações de um número ainda maior de países após o ano de 2003.

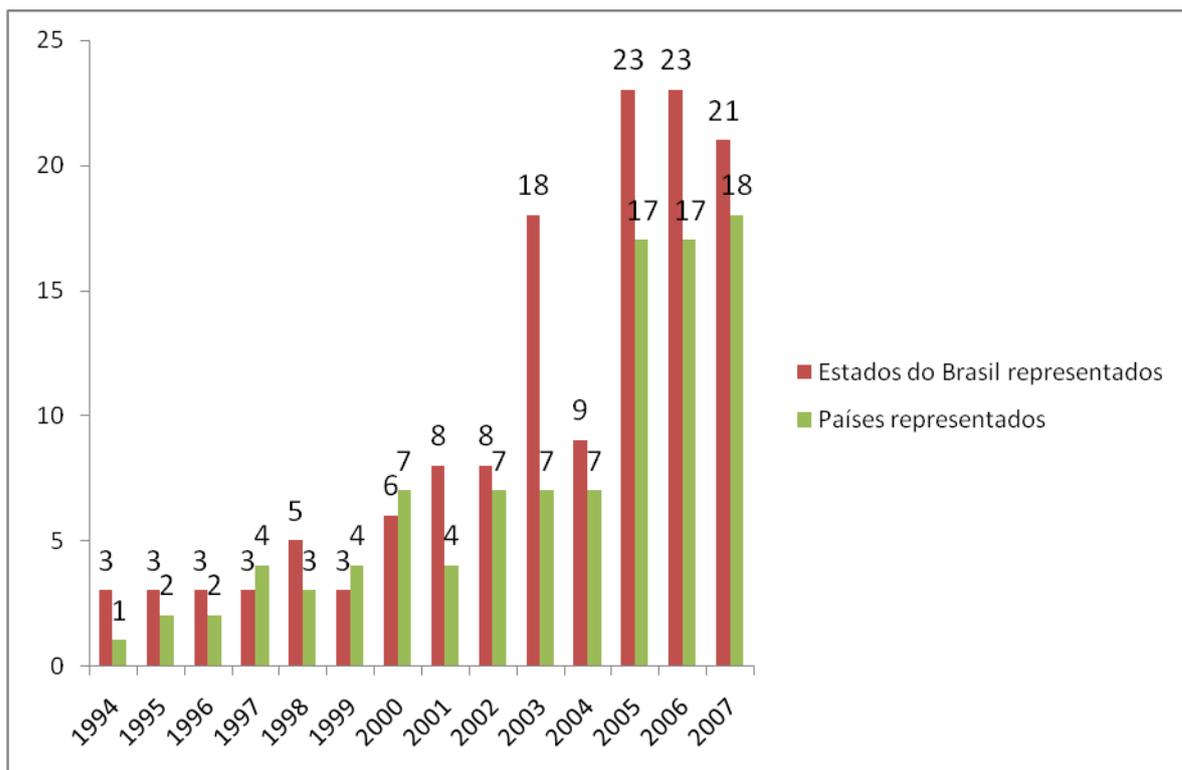


Gráfico 4 – Presença de estados do Brasil e países na Feira de Santa Maria

Fonte: Revista de 15 anos da Feira de Santa Maria (2008).

Cabe ainda ressaltar a crescente inserção de entidades de apoio a economia solidária presentes na Feira de Santa representados no Gráfico 5.

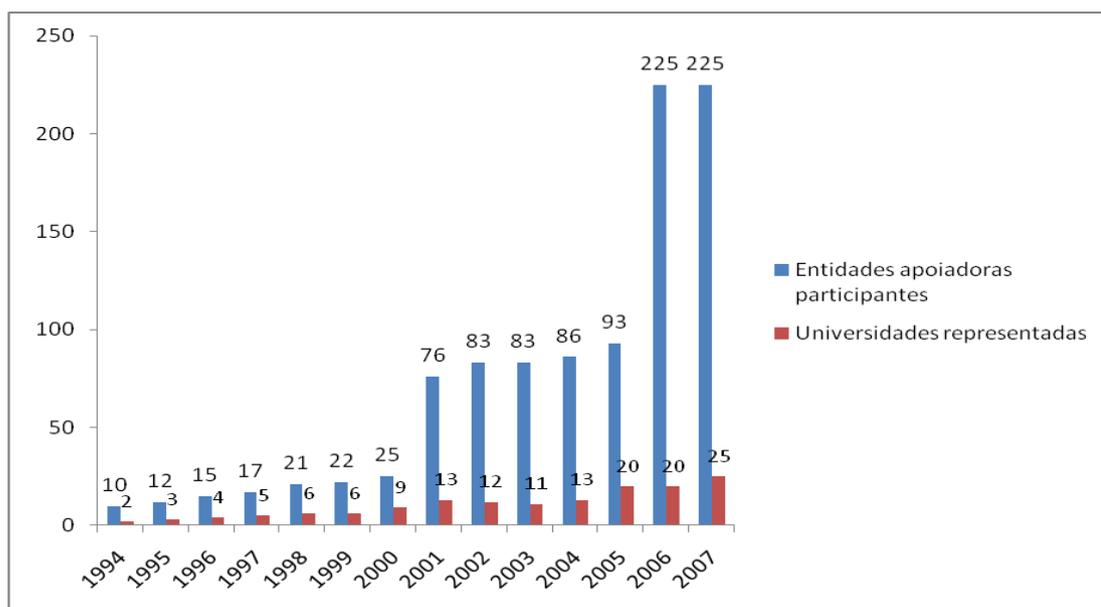


Gráfico 5 – Presença de entidades de apoio na feira de Santa Maria

Fonte: Revista de 15 anos da Feira de Santa Maria (2008).

Sendo que a presença das universidades passou de apenas duas universidades, em 1994, para 25 em 2007, o que demonstra o crescimento interesse acadêmico pela economia solidária, que resultou na criação das incubadoras de cooperativas populares, como é demonstrado no decorrer deste estudo. Já a presença das demais entidades de apoio teve um aporte espantoso, passando de 10 entidades de apoio presentes na primeira feira, para 225 entidades de apoio presentes em 2007. Isto demonstra o crescente incremento de apoio aos EES e como a visibilidade obtida pela feira com o passar dos anos, atraindo para si boa parte dos agentes envolvidos com a economia solidária na região sul e no país.

4 PESQUISA ESTATÍSTICA EM MOVIMENTO

4.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS EES: PARTICIPANTES E SETORES DE ATIVIDADE

A participação nos EES envolve questões ligadas à faixa etária, por envolver trabalhadores excluídos em sua maioria do mercado de trabalho formal. No entanto a inexistência de dados quanto a faixa etária dos integrantes dos EES é uma lacuna nos dados existentes sobre a economia solidária no Brasil.

Todavia, a diferenciação dos participantes dos EES em relação ao gênero, representados no Gráfico 6, demonstra que na região sul, quando analisado a participação por gênero nos EES da região sul é possível afirmar que os empreendimentos são compostos majoritariamente por homens.

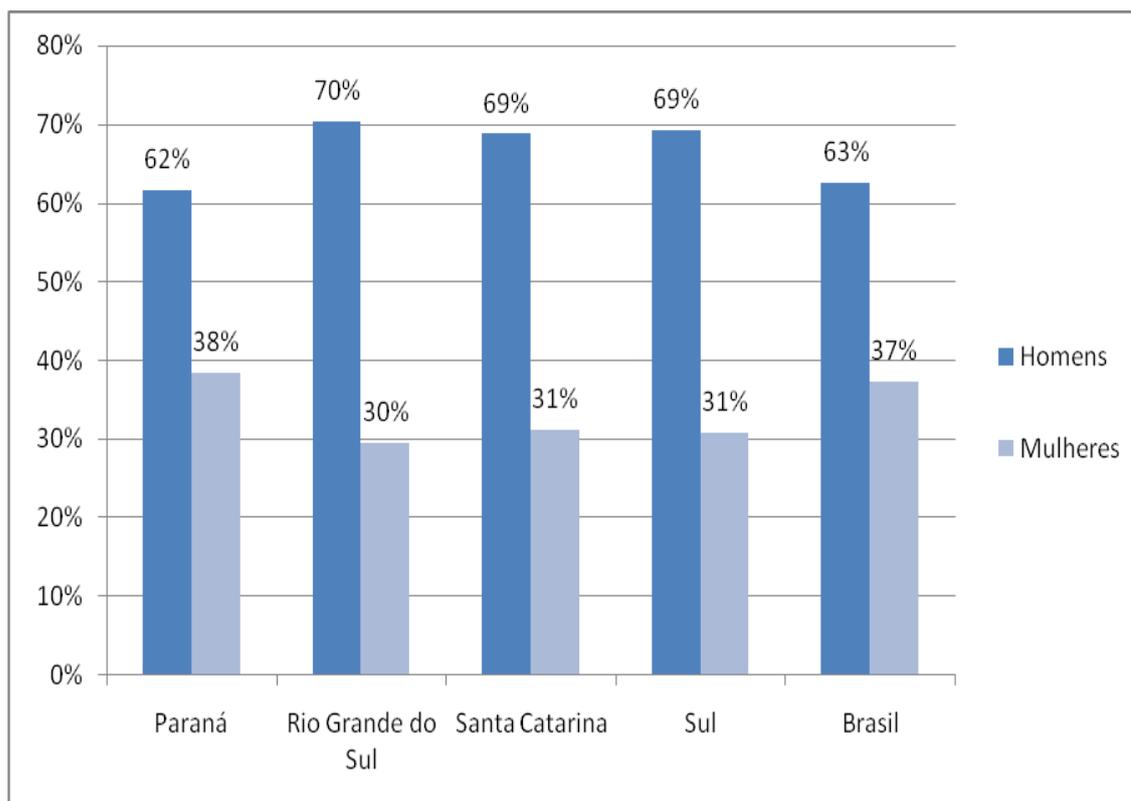


Gráfico 6 – Participação por gênero nos empreendimentos por gênero

Fonte: Dados do SIES, compilados pelo autor.

Entre os estados da região sul pode-se destacar que o Paraná é o estado que apresenta um percentual mais elevado de mulheres compreendendo 38%, similar ao apresentado na média nacional. Os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina têm uma presença feminina menor nos empreendimentos próximo aos 30%, o que faz com que a média da região sul seja de 69% de homens e 31% de mulheres nos EES, enquanto a média nacional é de 63% de homens e 37% de mulheres. Assim a presença masculina nos EES é maior na região sul do que no restante do país, exceto no Paraná, o que se deve ao reduzido número de participantes por EES no estado e a característica predominante de grupos informais, como veremos posteriormente.

O fato dos empreendimentos econômicos do Paraná possuírem um número menor de participantes e terem uma forte presença no setor de produção de alimentos e bebidas explica seu destaque na participação feminina nos EES. Nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina predominam EES de maior porte com mais participantes em áreas onde a presença masculina é maior como na indústria por exemplo.

No que diz respeito ao setor de atividade em que os EES atuam, o Gráfico 7 evidencia a diversidade de atuação dos EES e a predominância dos EES em setores com baixo

padrão tecnológico, caracterizados por serem intensos em mão-de-obra e com retorno reduzido.

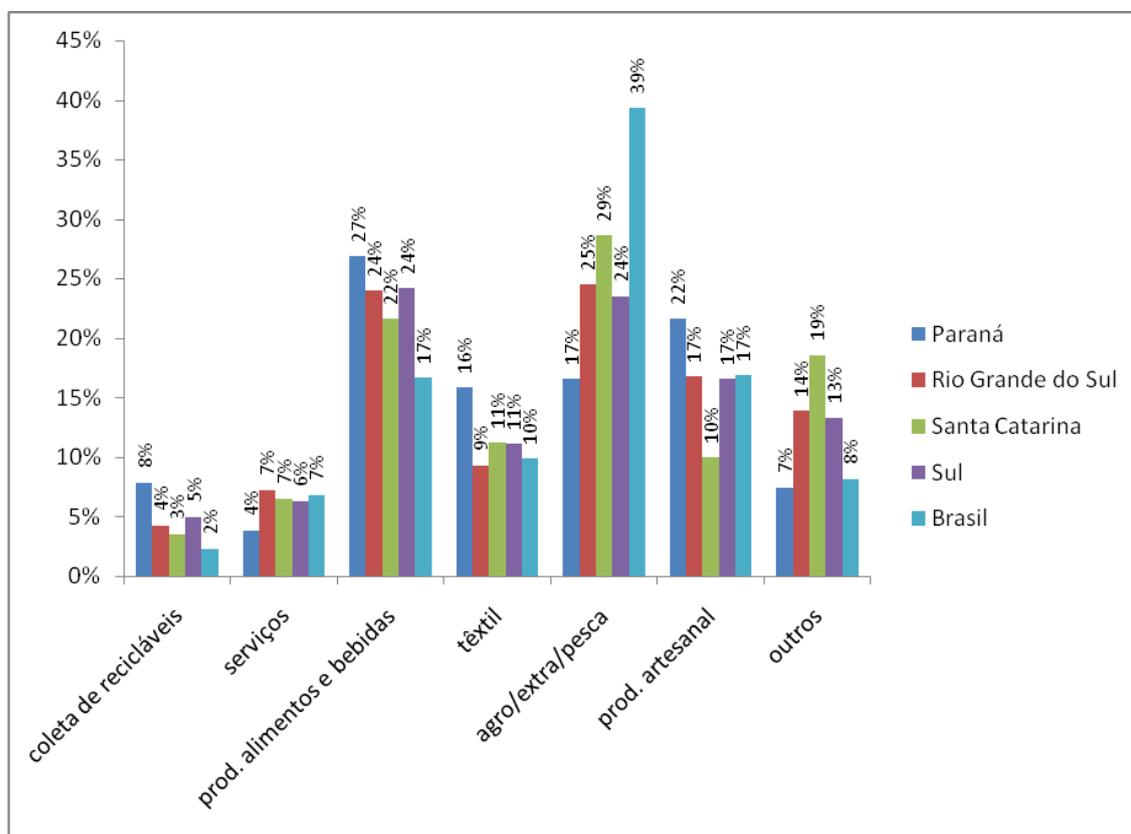


Gráfico 7 – Setores de atividade dos EES da região sul – 2007

Fonte: Dados do SIES, compilados pelo autor.

Predominam na região as atividades ligadas ao setor primário, envolvendo atividades agrícolas, extrativistas e ligadas a pesca, juntamente com a produção de alimentos e bebidas o que geralmente com estes próprios produtos do campo. Estes dois setores abrangem 48% dos EES da região. O setor de produção artesanal também é representativo na região, sobretudo nos estados do Paraná e Rio Grande do Sul. Em Santa Catarina outras atividades têm destaque como a produção industrial.

4.2 MOTIVAÇÃO PARA CRIAÇÃO DOS EES E FORMAS DE ORGANIZAÇÃO

A motivação para a criação do empreendimento é determinante para a sua atuação e perenidade. O Gráfico 8 expõe o motivo de criação dos EES validando a relação entre a crise do emprego, com o advento de atividades de baixa remuneração muitas vezes às margens da legislação trabalhista. Os três principais motivos apontados na região sul para a criação dos

empreendimentos econômicos solidários foram: três em cada dez casos ter uma alternativa ao desemprego, seguido pela busca de complementação da renda e uma forma de obter um maior ganho por parte dos trabalhadores, exceto em Santa Catarina onde este percentual fica em 20%.

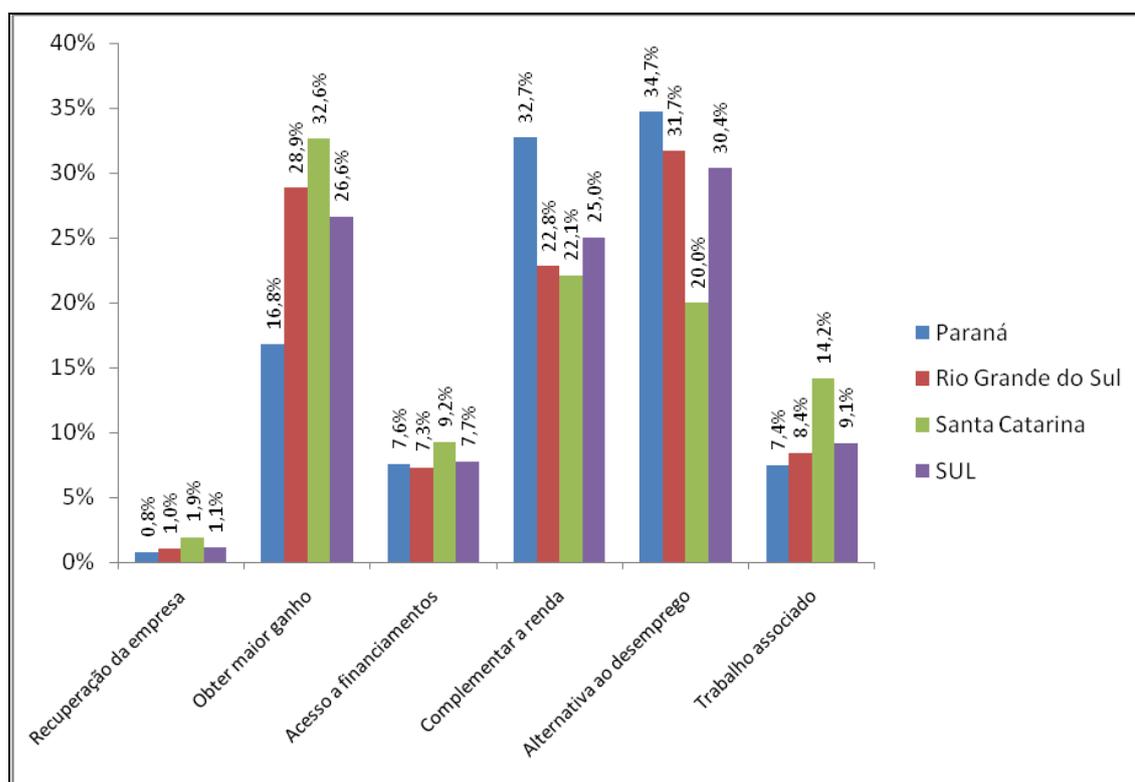


Gráfico 8 – Motivos para criação do EES

Fonte: Dados do SIES, compilados pelo autor.

Os estados da região sul apresentam quadro semelhante quanto ao motivo para a criação dos empreendimentos, quando a motivação é a recuperação da empresa ou ao acesso a financiamentos. No EES do Paraná “obter um maior ganho” é um ponto menos relevante que em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, sendo que a complementação da renda destaca-se como motivação para a criação do EES em maior grau do que nos outros estados.

Cabe destacar ainda que a busca pelo trabalho associado constituísse como motivação para criação de apenas 9,1% dos EES da região sul, com um valor um pouco mais expressivo somente em Santa Catarina com 14,2% dos respondentes. Este é um aspecto muito importante para a afirmação dos preceitos da economia solidária no empreendimento.

Pode-se afirmar que os elementos de cunho ideológico e formativo como buscar a recuperação de empresa em que trabalham, ou novas formas de sociabilidade no trabalho a partir do trabalho são motivações menos relevantes para os participantes. A luta pela

sobrevivência e a busca por obter rendimento para suprir suas necessidades são seus maiores anseios. Desta forma a construção da economia solidária não está na motivação inicial da maioria dos EES da região, sendo posteriormente incorporada dada às características dos grupos que a compõem.

Esta situação impacta na forma de organização dos empreendimentos, como se observa no Gráfico 9, onde predomina entre os empreendimentos da região a organização como grupo informal. Além de ser uma etapa que carece de respaldo legal e garantias trabalhistas, a “informalidade” transpassa para maior fragilidade na organização da empresa visando sua viabilidade econômica e na vivência dos preceitos da economia solidária.

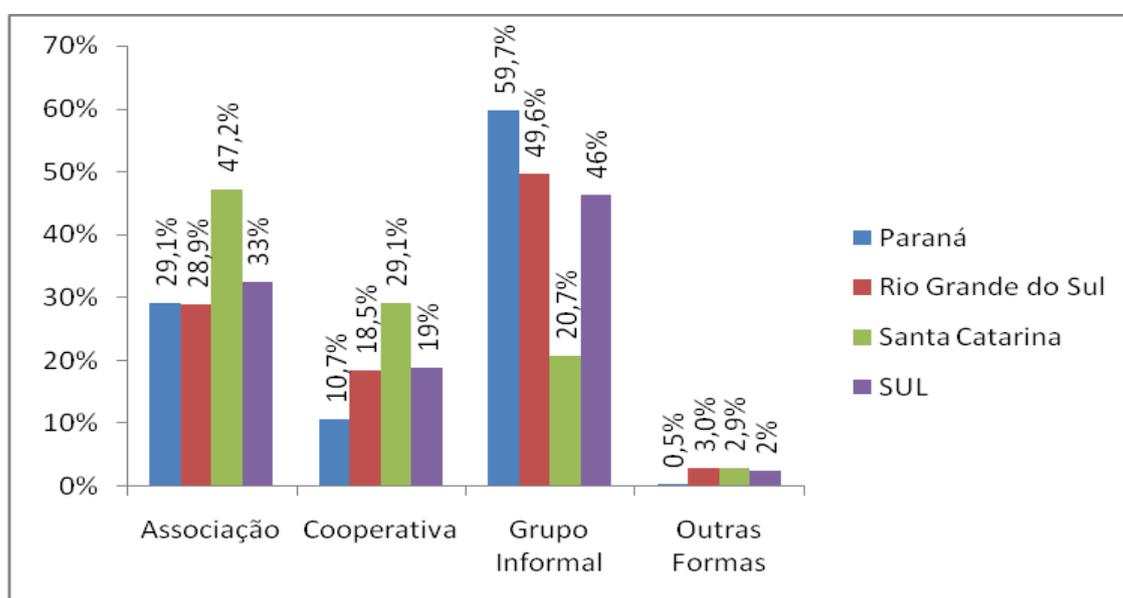


Gráfico 9 – Forma de organização dos EES

Fonte: Dados do SIES (2007), compilados pelo autor.

As formas de organização mais ligadas aos princípios da economia solidária (associação e cooperativa) se apresentam de forma majoritária somente em Santa Catarina, sendo a forma como se organizam 76,3 % dos EES deste estado. Nos estados do Paraná e Rio Grande do Sul predomina o grupo informal, que no Paraná abrange cerca de 60% dos EES. Desta forma 46% dos EES da região não apresentam uma organização estabelecida formalmente.

O reflexo da falta de estruturas mais sólidas de organização reflete no acesso a crédito e a realização de investimentos, devido às exigências burocráticas e a dificuldade para emissão de notas, acesso a documentação, entre outros fatores. Conseqüentemente, isto gera efeitos no nível de faturamento e a remuneração obtida pelos integrantes dos EES como veremos a seguir.

4.3 ACESSO A CRÉDITO E REALIZAÇÃO DE INVESTIMENTOS

Um fator preponderante para que os EES possam continuar gerando trabalho e renda a uma parcela significativa da população é o acesso ao crédito e a realização de investimentos. Para que isto ocorra é necessário o acesso a fontes de recursos financeiros a fim de custear o investimento inicial e melhorias e incrementos a serem realizados nos EES.

Uma condição por primazia para o acesso a crédito é a existência jurídica do empreendimento, enquanto pessoa jurídica, necessitando assim, do cadastro do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas dos EES. No Quadro 1 – EES com CNPJ é possível observar que a situação de formalização destes empreendimentos ainda é bastante restrita, o que limita em grande parte o acesso dos mesmos a obtenção de crédito e a realização de investimentos.

	Com CNPJ	Sem CNPJ	Total	% com CNPJ
Paraná	290	518	808	36%
Rio Grande do Sul	757	1328	2085	36%
Santa Catarina	419	271	690	61%
Sul	1466	2117	3583	41%
Brasil	10902	10957	21859	50%

Quadro 1 – EES com CNPJ

Fonte: Dados do Atlas de Economia Solidária compilados pelo autor

Dentre os estados da região sul, o estado que tem um maior percentual de EES com CNPJ é Santa Catarina. No estado onde três em cada quatro EES é constituído na forma de associação ou cooperativa, 61% dos EES possui CNPJ. Paraná e Rio Grande do Sul, estados os a forma predominante de organização de EES é o grupo informal, possuem apenas 36% de seus EES com CNPJ cadastrado. Desta forma a região apresenta apenas 41% de seus EES com CNPJ, o que faz com ela fique abaixo da média nacional, que é de um em cada dois EES com registro de CNPJ.

A origem dos recursos para a criação dos EES evidencia um dos impactos da ausência de registro de CNPJ, que é possível notar no Gráfico 10 que se registra que a maioria é criada com recursos dos próprios associados. Em toda a região apenas 14% dos EES nascem com recursos obtidos a partir de empréstimos, sendo que 23% têm recursos oriundos de

doações, geralmente obtidas das entidades de apoio, e 62% provêm de recursos dos próprios associados. Neste fator, a estrutura de origem dos recursos na região sul se assemelha ao que ocorre em nível nacional. A única disparidade ocorre no Paraná, onde o percentual de EES que surgiram com recursos provenientes de doações é de 35%.

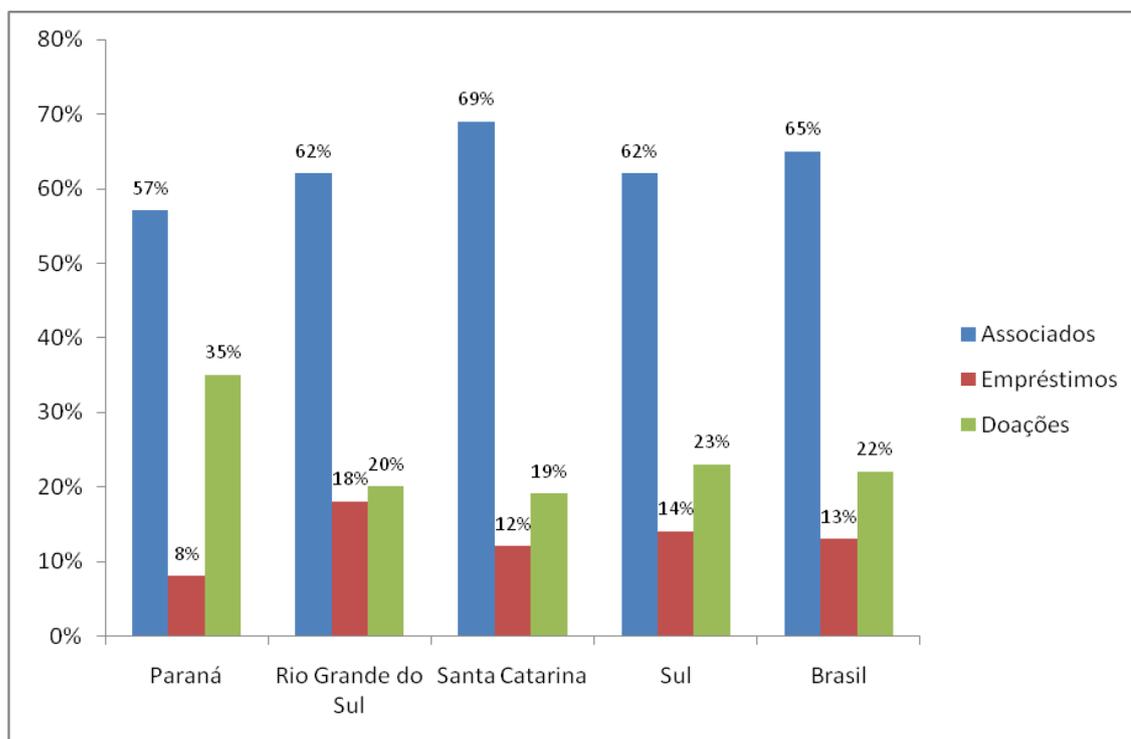


Gráfico 10 – Origem dos recursos para criação dos EES

Fonte: Dados do Atlas de Economia Solidária compilados pelo autor

No entanto, o percentual de EES que afirma ter dificuldades de acesso a crédito na região sul é baixo, como podemos ver no Quadro 2 – Dificuldade de acesso a crédito dos EES da região sul.

	Com dificuldade	Sem dificuldade
Paraná	26%	74%
Rio Grande do Sul	38%	62%
Santa Catarina	41%	59%
Sul	36%	64%
Brasil	47%	53%

Quadro 2 – Dificuldade de acesso a crédito dos EES da região Sul

Fonte: Dados do Atlas de Economia Solidária compilados pelo autor

Entre estes, os EES que alegam dificuldade no acesso a crédito estão em Santa Catarina, com 41%, e no Rio Grande do Sul, com 38%. No entanto, no Paraná, 26% dos EES

alegaram ter dificuldade ao acesso ao crédito. Isto por ocorrer em função da maior procura de crédito pelos EES de Rio Grande do Sul e Santa Catarina, enquanto no Paraná pelo fato de a procura ser baixa, não foi percebido a dificuldade. No cenário a nível nacional, a dificuldade de acesso a crédito dos EES é maior do que na região sul.

Entre os EES que alegaram possuir dificuldades de acesso a crédito, as dificuldades têm causas diversas, como é possível visualizar no Quadro 3 – Dificuldades dos EES da região sul no acesso ao crédito.

	Não possui documentação	Taxa de juros elevadas	Prazo de carência inadequado	Não tem aval ou garantia	Dificuldade de elaborar projeto	Exigências burocráticas	Escassez de linhas de crédito	Outras dificuldades
Paraná	29%	14%	5%	10%	14%	14%	8%	6%
Rio Grande do Sul	31%	23%	2%	14%	9%	8%	9%	4%
Santa Catarina	14%	22%	2%	17%	10%	15%	12%	7%
Sul	27%	21%	3%	14%	10%	11%	9%	5%
Brasil	23%	15%	4%	14%	17%	17%	5%	6%

Quadro 3 – Dificuldades dos EES da região sul no acesso ao crédito

Fonte: Dados do Atlas de Economia Solidária compilados pelo autor

Nos estados do Paraná e do Rio Grande do Sul, a maior dificuldade para obter acesso ao crédito é a ausência de documentação, o que condiz com o fato destes estados apresentarem um percentual baixo de EES com CNPJ cadastrado. Como observado, este deve ser um dos alvos das políticas sociais de economia solidária para, através de um marco jurídico próprio, possibilitar a legalização destes empreendimentos.

Em Santa Catarina, onde o percentual de EES com CNPJ é de 61%, esta dificuldades afetam apenas 14% dos EES, sendo que a maior dificuldade para a obtenção de créditos pelos EES deste estado são as taxas de juros elevadas.

Outras dificuldades que se destacam são a necessidade de aval ou garantia, a dificuldade para a elaboração de projetos, as exigências burocráticas, e a escassez de linhas de crédito. Dentre estas dificuldades, pode-se perceber que a fragilidade organizacional dos EES

dificulta sua legalização e documentação, questões preponderantes para o acesso a crédito, sendo que, para isto, é necessária a ação das entidades de apoio (inclusive as públicas) no sentido de auxiliar os EES neste processo.

A dificuldade em relação à elaboração de projetos, também reflete na reduzida capacidade de gestão dos EES e requer o auxílio das entidades de apoio. Neste setor, as oportunidades de repasses de recursos em nível nacional e organismos internacionais por meio de organizações não governamentais, agências de fomento e órgãos promotores do desenvolvimento existem, porém requerem projetos com grau de exigências, na maioria das vezes, quase impossível de serem atendidas.

A escassez de linhas de crédito pode ser reduzida por meio de políticas sociais como os fundos de fomento a economia solidária, instituídos por legislações municipais como vimos anteriormente.

Em meio a estas dificuldades fica prejudicado o acesso dos EES a crédito, o que afeta seu crescimento e perenidade. Ocorre um hiato entre demanda e acesso a crédito pelos EES – conforme dados representados no Quadro 4 – Demanda e acesso a crédito – EES Região Sul.

	Demanda	EES com acesso a crédito no último ano	Total	Demanda/ Total EES	Acesso/Demanda
Paraná	471	116	808	58%	25%
Rio Grande do Sul	1396	357	2085	67%	26%
Santa Catarina	461	126	690	67%	27%
Sul	2328	599	3583	65%	26%
Brasil	16698	3458	21859	76%	21%

Quadro 4 - Demanda e acesso a crédito – EES Região Sul

Fonte: Dados do Atlas de Economia Solidária compilados pelo autor

A demanda dos EES por crédito é grande, praticamente dois em cada três EES, tem demanda por crédito na região sul. No entanto apenas um em cada quatro destes demandantes conseguiu obter crédito no último ano. Os percentuais para os estados são semelhantes, exceto a menor demanda dos EES paranaenses por crédito, o que explica que estes percebam, de forma reduzida, a sua dificuldade.

Em comparação ao cenário da economia solidária no Brasil, os EES da região sul possuem um demanda menor por crédito, 65% contra 76%. No que diz respeito a obtenção de crédito, o sucesso dos EES da região, mesmo sendo baixo é maior do que a média nacional, 26% contra 21%. Isto se explica em função de que a economia solidária na região, embora com suas dificuldades, possua um grau de organização e apoio mais elevado do que o que ocorre no restante do país.

Os maiores fornecedores de crédito aos EES da região, de acordo com o Quadro 5 – Fornecedor de crédito aos EES da região Sul, são os bancos públicos que ofertam crédito para 37% dos EES que conseguiram obter crédito na região. Este percentual se apresenta consideravelmente abaixo da média nacional, onde 53% da obtenção de crédito dos EES vêm de bancos públicos.

	Banco público	Cooperativa de crédito	Fundo Rotativo/Banco Popular	Outras Fontes
Paraná	39%	18%	11%	32%
Rio Grande do Sul	36%	21%	13%	30%
Santa Catarina	36%	15%	11%	39%
Sul	37%	19%	12%	32%
Brasil	53%	5%	13%	28%

Quadro 5 – Fornecedor de crédito aos EES da região sul

Fonte: Dados do Atlas de Economia Solidária compilados pelo autor

A obtenção de crédito por meio de fundos rotativos ou bancos populares são similares nos estados da região, representando 13% do crédito ofertado aos EES da região. O crédito obtido por meio de outras fontes é elevado, alcançado 32% do crédito ofertado na região. Estas outras fontes são geralmente recursos dos próprios integrantes dos EES, das comunidades onde estes estão inseridos, obtenção de crédito de forma individual pelos integrantes do EES.

O destaque evidenciado se expressa na obtenção crédito junto a cooperativas de crédito, que representa 19% da fonte de crédito aos EES da região. O histórico de cooperativas de crédito na região em todos os estados é responsável por este percentual. A obtenção de crédito é importante para a economia solidária, devido fortalece os EES e também outras formas solidárias de organização econômica como as cooperativas de crédito.

O crédito é essencial para os empreendimentos, no entanto, seu montante ainda é baixo, sendo que apenas uma parcela reduzida de EES obtém crédito de valores mais

elevados. O montante de crédito obtido pelos EES que obtiveram crédito concentra-se entre R\$ 1.000,00 e R\$ 10.000,00, o que abrange custeio, manutenção e estoques e na faixa entre R\$ 10.000,00 e R\$ 10.000,00, o que possibilita o crescimento e consolidação dos EES, como é possível observar no Quadro 6 – Classes de crédito - EES Região Sul.

Qtde/Percentual	0	R\$ 1 a R\$ 1.000	R\$ 1.001 a R\$ 10.000	R\$ 10.001 a R\$ 100.000	R\$ 100.001 ou mais
Paraná	5 (4%)	17 (15%)	46 (40%)	29 (25%)	19 (16%)
Rio Grande do Sul	20 (6%)	18 (5%)	131(37%)	129 (36%)	57 (16%)
Santa Catarina	3 (2%)	2 (2%)	35 (28%)	52(41%)	34 (27%)
Sul	28 (5%)	37 (6%)	212 (36%)	210 (35%)	110 (18%)
Brasil	447 (13%)	300 (8%)	1141(32%)	1141(32%)	527 (15%)

Quadro 6 – Classes de crédito - EES Região Sul

Fonte: Dados do Atlas de Economia Solidária compilados pelo autor

No Paraná, os EES que obtiveram crédito, obtiveram valores em sua maioria entre R\$ 1.000, 00 e R\$ 10.000,00 reais. Em Santa Catarina a classe de crédito entre R\$10.000,00 e R\$100.000,00 abrangeu 41% dos EES que tiveram acesso a crédito, com destaque para 27% dos EES com acesso a crédito que obtiveram mais de cem mil reais. No Rio Grande houve um predomínio do acesso a crédito nas faixas entre R\$ 1.000, 00 e R\$ 10.000,00 reais e R\$10.000,00 e R\$100.000,00, com 37% e 36% respectivamente. Desta forma, é possível averiguar que o acesso a crédito em montantes maiores predomina em Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Com isto, a região sul apresenta um acesso a classes de crédito mais elevadas, levemente superior ao obtidos pelos EES do restante do país.

O investimento, por parte do EES, é muito importante para o seu crescimento e para o fortalecimento da economia solidária, possibilitando melhorar as atividades realizadas e aumentar a oferta de produtos da economia solidária e a remuneração dos integrantes dos EES. Na região sul, conforme percebe-se no Quadro 7 – EES da região sul e investimento no último ano, que menos da metade dos EES realizou investimentos. Sendo que o único estado onde a maioria dos EES investiu foi o estado de Santa Catarina com 53% dos EES investindo.

	Investiu (qtde)	Investiu (%)	Não Investiu (qtde)	Não Investiu (%)
Paraná	310	38%	498	62%
Rio Grande do Sul	937	45%	1148	55%
Santa Catarina	369	53%	321	47%
Sul	1616	45%	1967	55%
Brasil	8541	39%	13318	61%

Quadro 7 – EES da região sul e investimento no último ano

Fonte: Dados do Atlas de Economia Solidária compilados pelo autor

No Rio Grande do Sul e no Paraná apenas 45% e 38% dos EES, respectivamente, conseguiram investir no último ano. Em relação ao Brasil o nível de investimento dos EES é maior na região sul do que no restante do país, 45% contra 39%. Todavia, 55% dos EES da região não puderam investir no último ano.

As classes de investimento dos EES da região sul assemelham-se ao das classes de crédito dos EES da região, bem como é observado no Quadro 8 – Classes de investimento - EES região sul.

	0	R\$ 1 a R\$ 1.000	R\$ 1.001 a R\$ 10.000	R\$ 10.001 a R\$ 100.000	R\$ 100.001 ou mais
Paraná	5%	23%	41%	27%	5%
Rio Grande do Sul	4%	19%	41%	27%	8%
Santa Catarina	2%	14%	36%	37%	11%
Sul	4%	19%	40%	29%	8%
Brasil	8%	25%	39%	25%	6%

Quadro 8 – Classes de investimento - EES região sul

Fonte: Dados do Atlas de Economia Solidária compilados pelo autor

No Paraná predomina o investimento na faixa entre R\$ 1.000,00 e R\$ 10.000,00, com 41% dos investimentos nesta faixa e outros 27% entre R\$ 10.000,00 e R\$ 100.000,00. No Rio Grande do Sul a distribuição do investimento nestas faixas é a mesma, mas há um nível maior (8%) de investimentos acima dos R\$ 100.000,00.

O estado de Santa Catarina apresenta os maiores níveis de concessão de crédito aos EES, em virtude disto apresenta os maiores percentuais de investimentos nas faixas mais

elevadas, com 37% de R\$ 10.000,00 e R\$ 100.000,00 e 11% dos investimentos ultrapassando os R\$ 100.000,00. Em seguida, é possível observar o reflexo do acesso ao crédito e da realização de investimentos pelos EES, no seu faturamento e na remuneração destinada aos seus integrantes.

4.4 FATURAMENTO E REMUNERAÇÃO NO EES

A intenção de gerar trabalho e renda para os seus integrantes, o que ainda se mostra como fator importante para os EES, conforme o texto das políticas sociais e ações de apoio a economia solidária. Todavia, a geração de renda fica prejudicada quando analisado, de acordo com o Gráfico 11, que muitos EES não possuem um faturamento permanente, o que prejudica seu crescimento e perenidade.

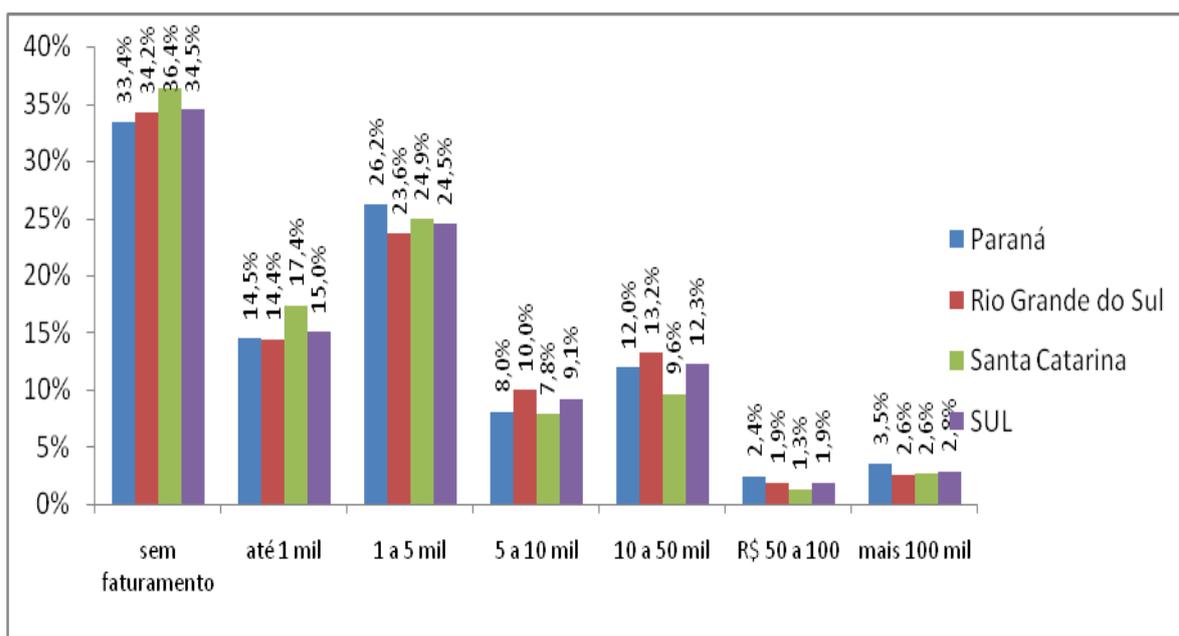


Gráfico 11 – Faixas de faturamento mensal dos EES

Fonte: Dados do Atlas de Economia Solidária compilados pelo autor

O percentual de EES sem faturamento contínuo ultrapassa os 30% em todos os estados da região sul. Além disto, o faturamento mensal de cerca de metade dos EES fica abaixo de mil reais mensais. Além disto, a faixa de faturamento com maior concentração de empreendimentos ocorre àqueles que declararam não possuir um faturamento mensal. Esta situação é expressiva de saturações, pois, conforme verificado anteriormente, o motivo de criação dos empreendimentos estava ligado a três causas principais (obter maior ganho, complementar a renda e como alternativa ao desemprego). É possível afirmar que em parte

estas motivações foram frustradas, considerando que a busca por trabalho, como alternativa ao desemprego, também envolve o anseio por uma remuneração compatível com as necessidades do trabalhador juntamente com a busca por complementar a renda e obter um maior ganho não estão contempladas com um faturamento de até mil reais.

Os EES dos três estados da região sul apresentam faturamento mensal semelhante em todas as faixas, com os EES do Paraná e Rio Grande do Sul obtendo uma participação levemente maior nas faixas de faturamento mais elevado.

O reflexo do percentual elevado de EES que afirma não possuir faturamento é percebido quando analisado se os EES conseguem remunerar seus integrantes. O Gráfico 12 demonstra que 82% dos EES da região Sul consegue remunerar seus integrantes.

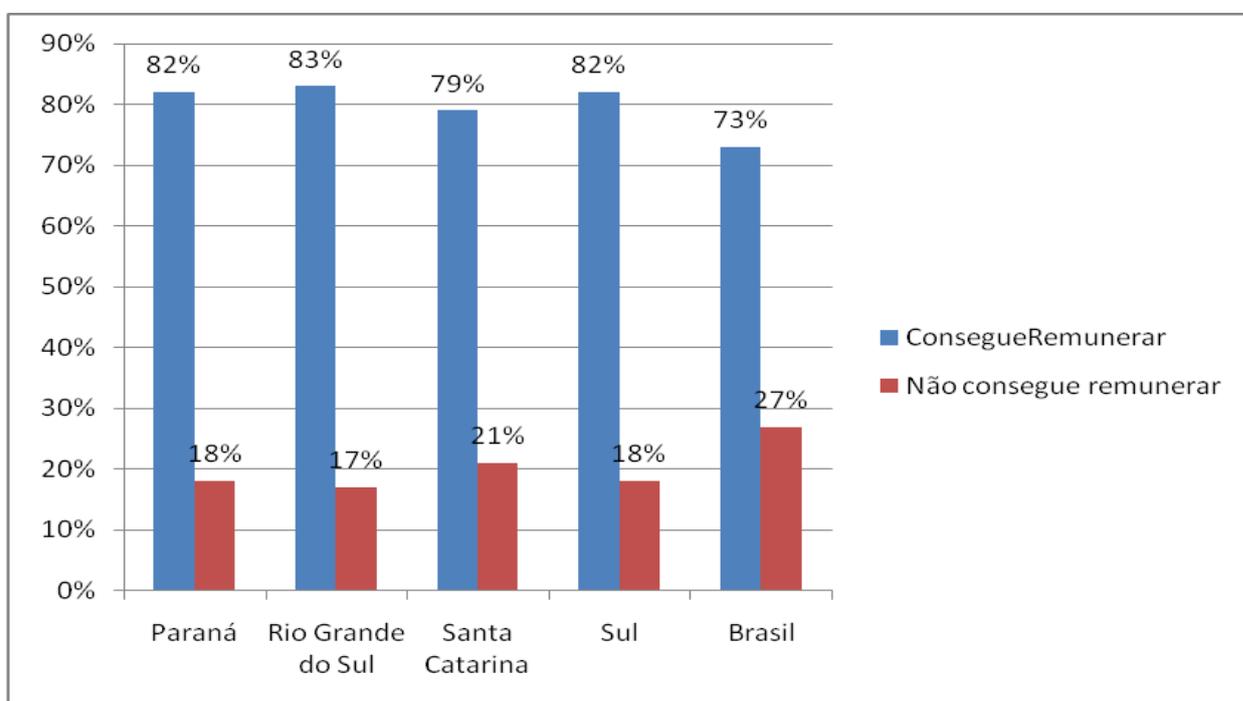


Gráfico 12 – EES e remuneração

Fonte: Dados do Atlas de Economia Solidária compilados pelo autor

Os estados do Paraná e do Rio Grande do Sul são os que mais conseguem remunerar seus integrantes, respectivamente 82% e 83% dos seus integrantes. Já no estado de Santa Catarina, apenas 79 % dos EES consegue remunerar seus integrantes. De maneira geral, os EES dos estados da região sul têm uma capacidade maior de remunerar seus integrantes do que os EES do restante do país. A média nacional aponta que apenas 73% dos EES conseguem remunerar seus integrantes, sendo que uma parcela importante de 27% não consegue remunerá-los.

A faixa de remuneração nos EES expressa no Gráfico 13 demonstra que apesar de possuir um grupo percentual de EES que não remunera constantemente seus integrantes, a região apresenta uma faixa de remuneração mais elevada do que a média nacional. O salário mínimo considerado era o valor vigente do ano de 2007, ano da pesquisa, equivalente a R\$ 380,00.

O Paraná, em função das características e do nível de faturamento de seus EES é o estado com maior prevalência na faixa que vai até meio salário mínimo, com um total de 29,8% dos integrantes recebendo remunerações nesta faixa. O Rio Grande do Sul tem 13,7% dos integrantes dos seus EES nesta faixa de remuneração e Santa Catarina é o estado com menor número de integrantes de EES recebendo nesta faixa, com apenas 9%.

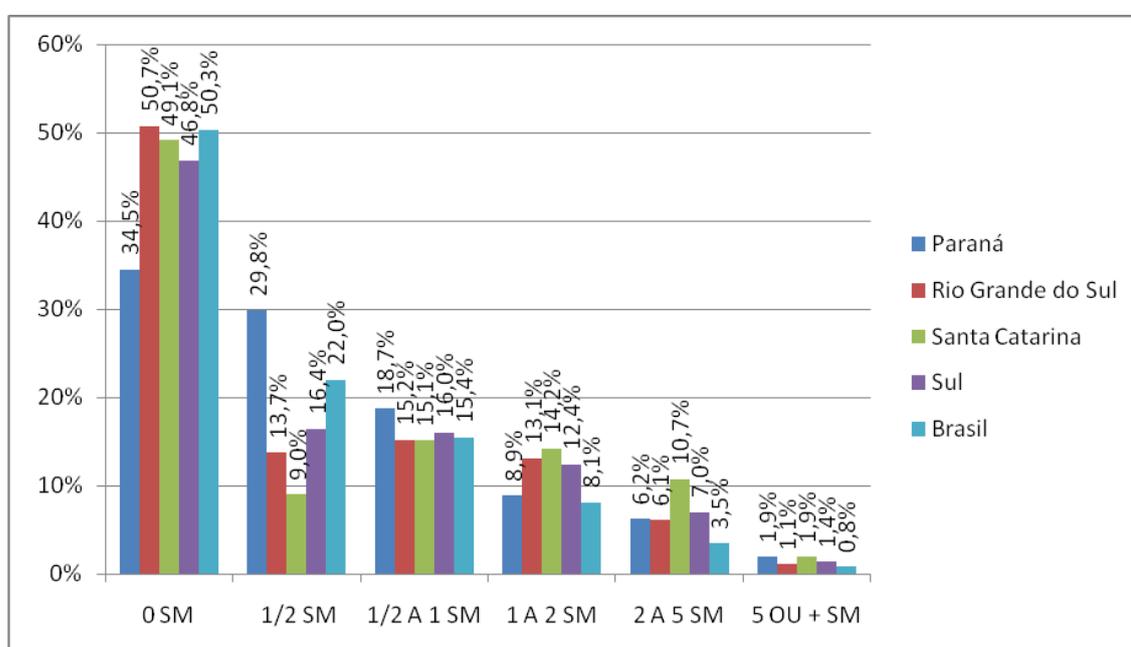


Gráfico 13 - Faixa de remuneração nos EES

Fonte: Dados do Atlas de Economia Solidária compilados pelo autor

Na faixa de remuneração entre meio salário mínimo e um salário mínimo, os estados da região apresentam uma similaridade, com cerca de 15% dos integrantes nesta faixa, no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e 18,7% no Paraná.

Uma disparidade maior é evidenciada nas faixas de remuneração mais elevadas. Na faixa entre 1 e 2 salários mínimos, enquanto Santa Catarina e Rio Grande do Sul apresentam taxa de 14,2 % e 13,1% respectivamente, o Paraná possui apenas 8,9% dos EES remunerando seus integrantes nesta faixa. Na faixa que compreende remunerações entre 2 e 5 salários, o estado de Santa Catarina se destaca com 10,7%, enquanto Paraná e Rio Grande do Sul ficam

na faixa dos 6%. Na faixa de remuneração mais elevada, de 5 salários mínimos ou mais, os estados de Santa Catarina e Paraná prevalecem.

Após analisar as faixas de remuneração nos estados da região sul, podemos afirmar que existe uma distinção clara, entre os três estados no que diz respeito à remuneração. Santa Catarina, que compreende um número menor de EES, apresenta os melhores níveis de remuneração com 27% dos seus EES, remunerando seus integrantes com um salário mínimo ou mais, enquanto no Paraná isto ocorre em apenas 17% dos EES e 20,3% dos EES do Rio Grande do Sul.

A região sul apresenta, exceto nas faixas de ausência de remuneração e de até meio salário mínimo, percentuais mais elevados do que a média nacional. Embora a remuneração na região fique em até um salário mínimo em 78% dos EES, o que é um valor baixo, deve ser considerado que os EES da região sul remuneram melhor seus integrantes do que os EES do restante do país.

4.5 PARTICIPAÇÃO SOCIAL E RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

A participação social é um elemento característico dos EES, pois diz respeito a preocupação com a sociedade e a luta por uma economia mais justa o que interfere em diversos outros eixos da vida. A realização de ações comunitárias e a participação em movimentos são importantes, pois ajudava na formação dos integrantes dos EES. No Quadro 9 é possível observar a participação social dos EES da região sul, onde apresenta que mais da metade dos EES realiza ações integradas com a comunidade, o que se equivale em parte a média nacional.

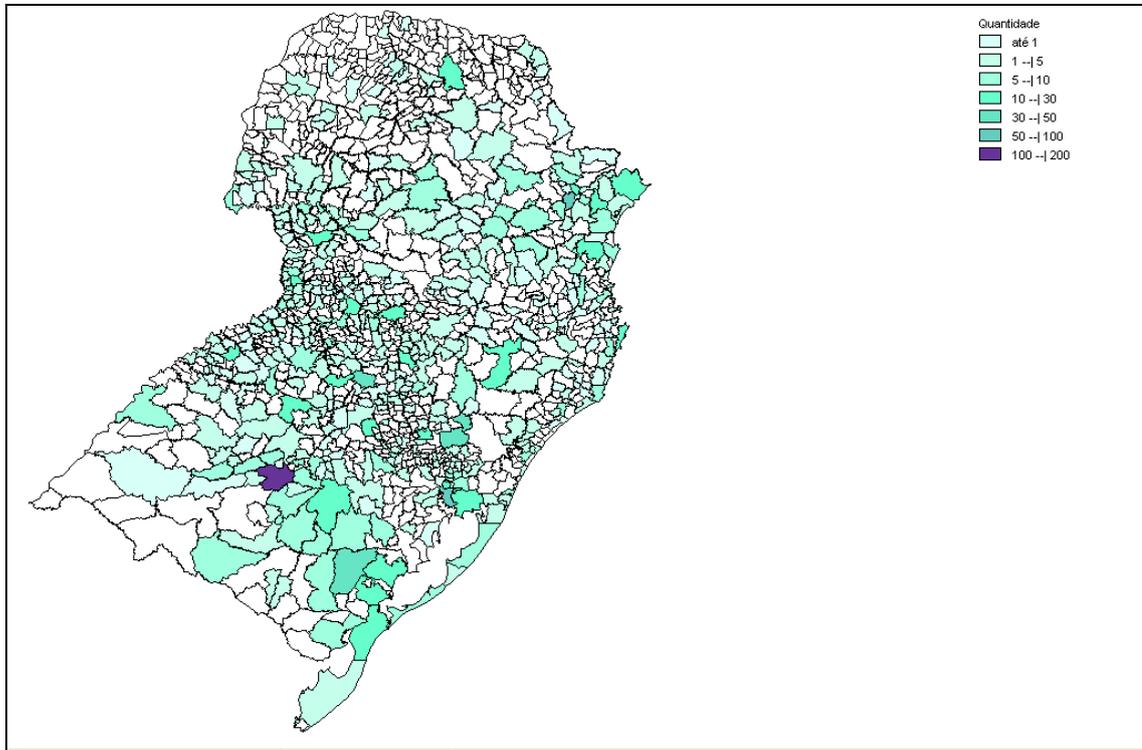
	Ação Comunitária	Movimento Social	Redes e Fóruns
Paraná	54%	53%	46%
Rio Grande do Sul	56%	54%	53%
Santa Catarina	59%	56%	54%
Sul	56%	54%	52%
Brasil	57%	58%	46%

Quadro 9 – Participação social dos EES da região Sul

Fonte: Dados do Atlas de Economia Solidária compilados pelo autor

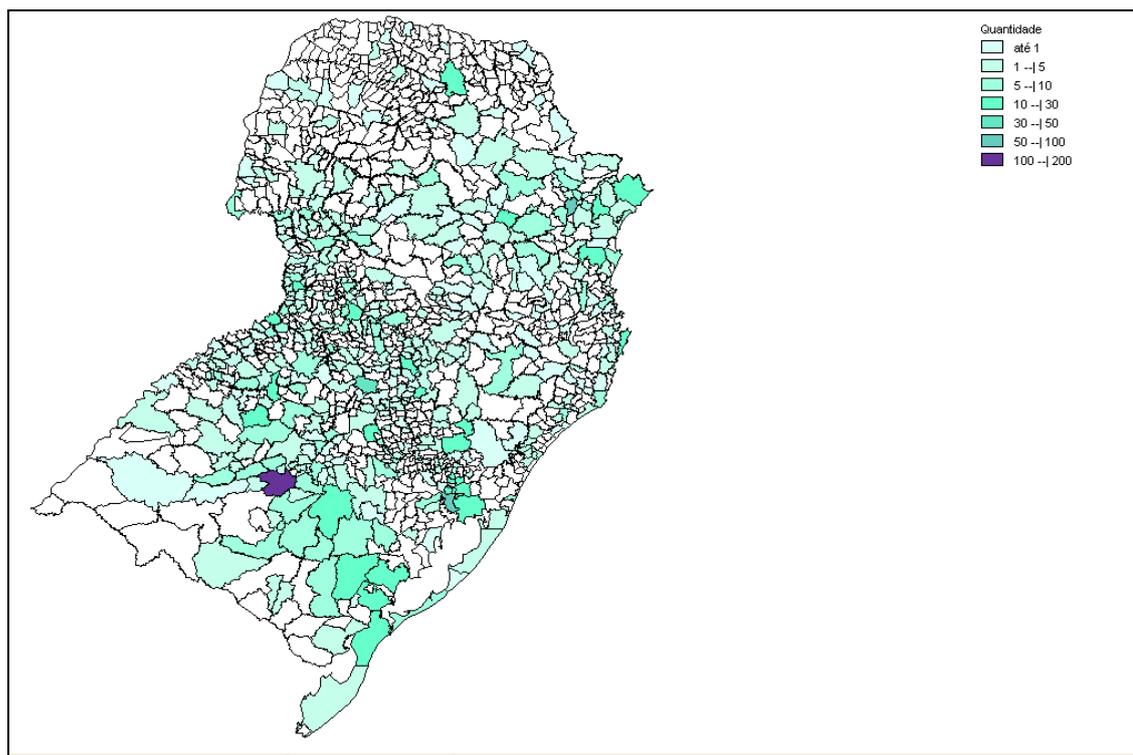
A distribuição da ação comunitária dos EES na região - Mapa 1 - Ação Comunitária dos EES da Região Sul – mostra que em municípios como Santa Maria a ação comunitária

realizada pelos EES é expressiva. No Rio Grande do Sul este ação ainda se destaca em Porto Alegre e Caxias do Sul. Em Santa Catarina, Chapecó, Blumenau e Florianópolis tem o maior número de EES realizando ações comunitárias.



Mapa 1 – Ação Comunitária dos EES da região sul
 Fonte: Dados do Atlas de Economia Solidária compilados pelo autor

A participação dos EES em movimentos sociais também é uma constante, sendo que em todos os estados do sul mais da metade dos EES está ligado a demais movimentos, representando 54% dos EES ligados aos mesmos, um valor abaixo da média nacional, que é de 58%. Esta participação está concentrada, nos centros urbanos, em movimentos ligados ao trabalho e reciclagem, já no interior, em movimentos ligados à agricultura familiar, conforme aponta o Mapa 2.

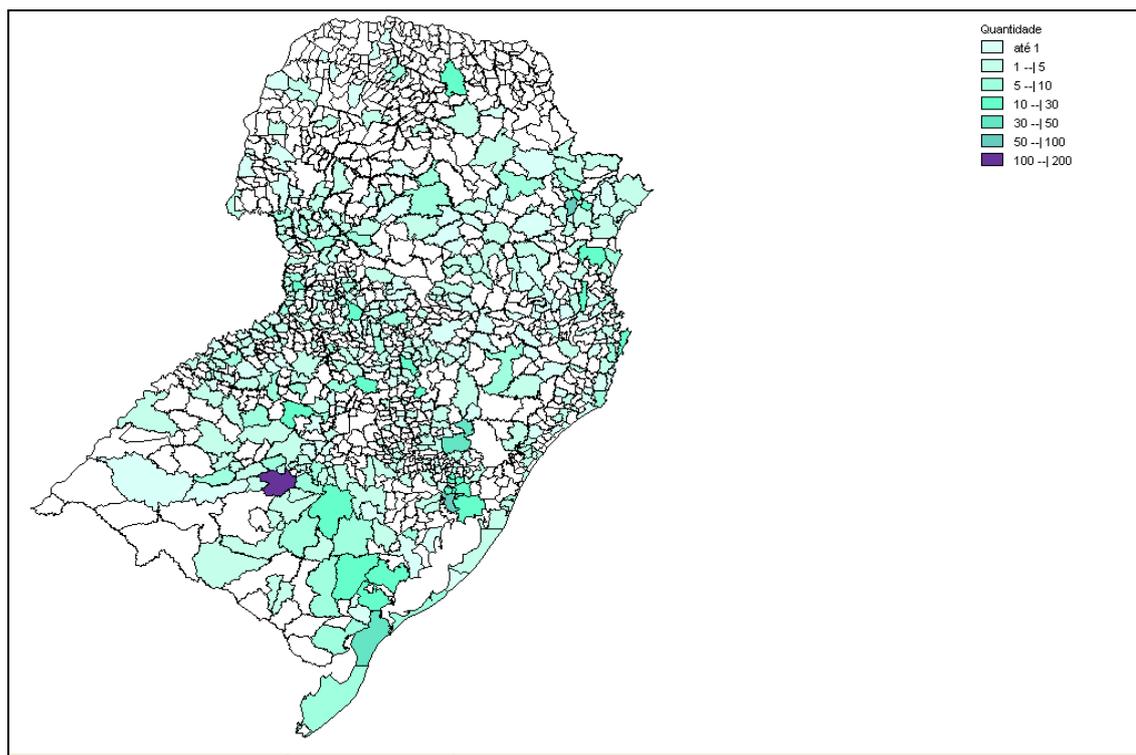


Mapa 2 – Participação dos EES em movimentos sociais - Região Sul (2007)

Fonte: Dados do Atlas de Economia Solidária compilados pelo autor

A participação em redes e fóruns organizativos é de suma importância para o desenvolvimento da economia solidária. Por meio das redes e fóruns, os EES realizam alianças visando a troca, compra e venda de produtos, dinamizando suas atividades. Além disto, o intercâmbio de saberes ajuda na capacitação dos EES, aumentando sua possibilidade de sucesso e perenidade.

Na região sul, os dados indicam que 52% dos EES estão ligados a redes e fóruns de economia solidária, de acordo com o Mapa 3, que trata da participação social dos EES em redes e fóruns, o percentual se apresenta acima da média nacional, que é de 46%. No Rio Grande do Sul e Santa Catarina esta participação corresponde a 54% e 53% dos EES, devido ao maior número de fóruns de economia solidária existentes neste estados, bem como da existência da rede coopesperança no Rio Grande do Sul. No Paraná, apenas 46% dos EES estão ligados a fóruns e redes de economia solidária, o que se deve a recente articulação em torno da economia solidária.



Mapa 3 – Participação social dos EES em Redes e Fóruns Região Sul – 2007

Fonte: Dados do Atlas de Economia Solidária compilados pelo autor

Novamente, o destaque é o município de Santa Maria, sendo que, em Passo Fundo, Porto Alegre e Caxias do Sul a participação em redes e fóruns é expressiva. Em Santa Catarina os municípios de Blumenau, Joinville, Florianópolis e Chápeco apresentam a maior participação de EES em redes. No Paraná, as cidades de Curitiba e Londrina apresentam uma maior articulação dos EES em forma de redes.

No entanto, esta articulação em torno de redes e fóruns não se traduz em alianças em torno de cadeias produtivas e arranjo produtiva entre EES. Dos total de 1860 EES que alegam participar de redes e fóruns de economia solidária, apenas 26 empreendimentos afirmaram vender produtos a outros EES. Neste sentido, uma maior articulação dos EES em torno de cadeias produtivas – proposta vigente da SENAES – deve ocorrer para que os EES possam se fortalecer e estabelecer laços que permitam a expansão da comercialização de forma solidária.

O cuidado e atenção ao meio ambiente fazem parte dos preceitos da economia solidária e deve diferenciar as práticas dos EES dos demais empreendimentos econômicos. Os dados referentes a responsabilidade ambiental dos EES - Quadro 10 - Responsabilidade ambiental dos EES Região Sul - dizem respeito a produção sem agrotóxicos, o tratamento de resíduos e ao reaproveitamento dos materiais utilizados.

	Produção sem Agrotóxicos	Tratamento de Resíduos	Reaproveitamento
Paraná	26%	35%	3%
Rio Grande do Sul	29%	34%	8%
Santa Catarina	36%	26%	6%
Sul	30%	33%	6%
Brasil	28%	33%	3%

Quadro 10 – Responsabilidade ambiental dos EES região sul

Fonte: Dados do Atlas de Economia Solidária compilados pelo autor

Os EES da região sul apresentam uma responsabilidade ambiental semelhante à média dos EES a nível nacional. A produção sem o uso de agrotóxicos atinge 30% dos EES, considerando que há uma série de EES que não atuam na área da produção de alimentos e na agricultura, podemos considerar este percentual expressivo. Destacando o estado de Santa Catarina, onde 36% dos EES produzem sem o uso de agrotóxicos. O sudoeste do Paraná e o extremo oeste catarinense têm um número expressivo de EES ligados à produção sem agrotóxicos, o que se deve a articulação da região em torno da agroecologia. O tratamento dos resíduos é realizado por um em cada três EES da região, um percentual expressivo em comparação com as organizações tradicionais. Já o reaproveitamento dos materiais ainda é baixo, alcançando somente 6% dos EES da região.

4.6 ENTIDADES DE APOIO Á ECONOMIA SOLIDÁRIA NA REGIÃO SUL

Os EES muitas vezes, antes do apoio do poder público, ou quando este é inexistente, são apoiados por entidades da sociedade civil que colaboram para o fortalecimento de suas atividades. Este apoio vai desde a disponibilização de recursos tanto físicos e financeiros como humanos, na organização dos empreendimentos econômicos solidários. Grande parte destes projetos apoiam ações ligadas ao cooperativismo e ao associativismo, a preservação do meio ambiente e a grupos em situação de pobreza ou vulnerabilidade social.

A Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do trabalho considera como entidades de apoio, assessoria e fomento á Economia solidária “organizações públicas e privadas sem fins lucrativos que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto, capacitação, assessoria, incubação, assistência técnica e de gestão e acompanhamento junto aos Empreendimentos de Economia Solidária” (SENAES, 2009).

O acesso dos EES da região sul ao apoio é tratado no Gráfico 14, o qual demonstra que este índice, equivalente a 80,4%, é mais elevado do que os 72,7% da média nacional.

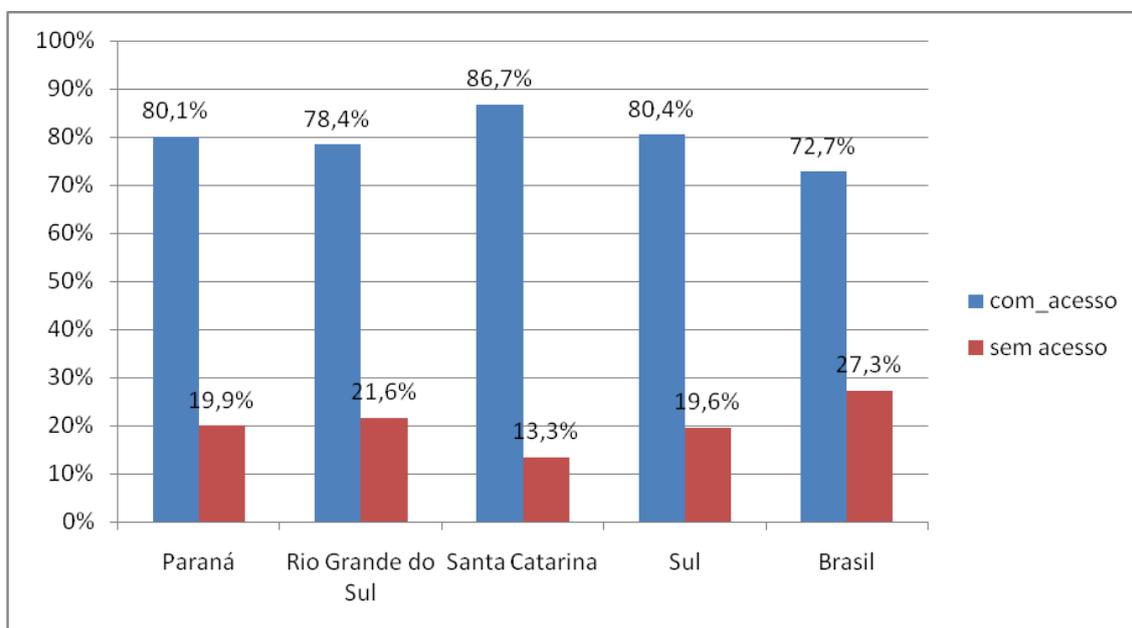


Gráfico 14- Acesso dos EES da região sul a apoio

Fonte: Dados do Atlas de Economia Solidária compilados pelo autor

Os dados apontam que cerca de 80% das EES dos estados do Paraná e Rio Grande do Sul receberam algum tipo de assessoria, assistência ou capacitação, enquanto em Santa Catarina 86,7% dos EES obtiveram este apoio. Baseado nos dados, foi possível constatar que a grande maioria dos EES nos três estados contou com algum tipo de apoio no decorrer de sua história.

4.6.1 Apoio Governamental

As fontes de apoio aos EES são constituídas de organizações não-governamentais de diversas áreas de atuação, o que é tratado no Gráfico 15, que expõe as fontes de apoio, como órgãos governamentais, entidades ligadas ao movimento sindical, e entidades ligadas á igreja.

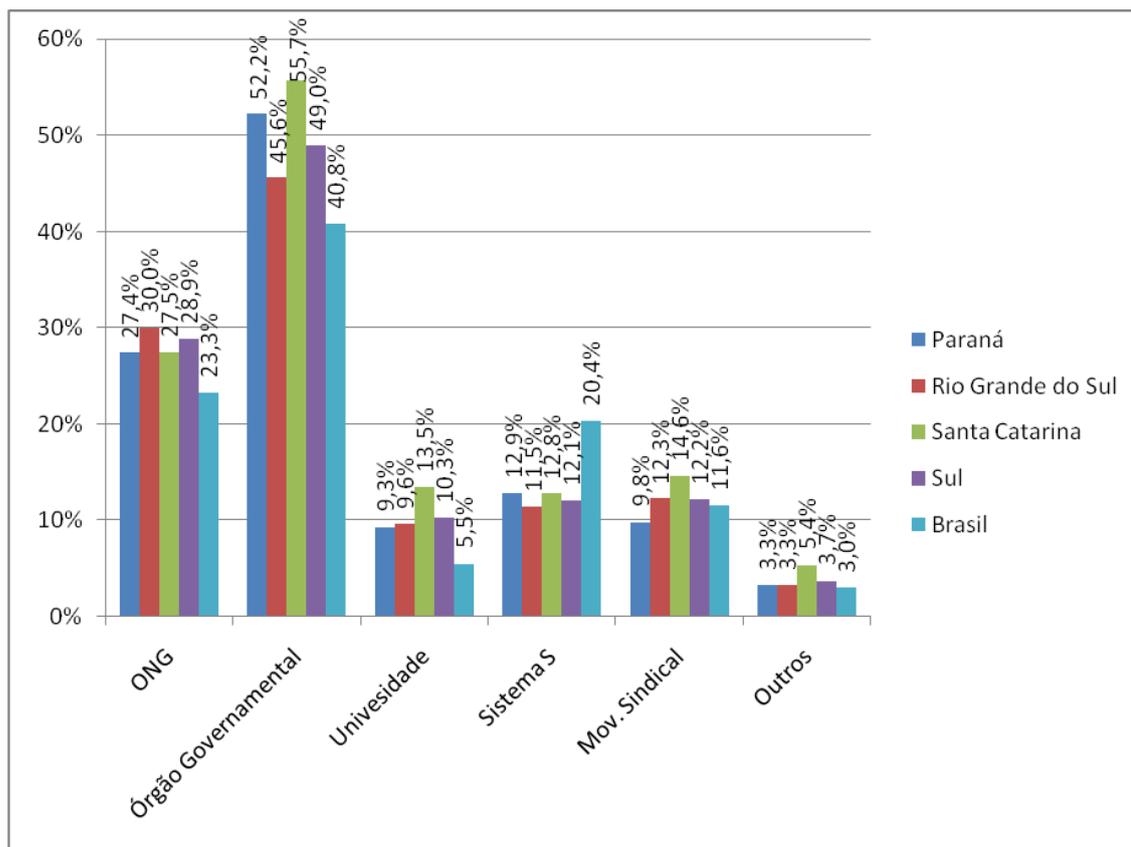
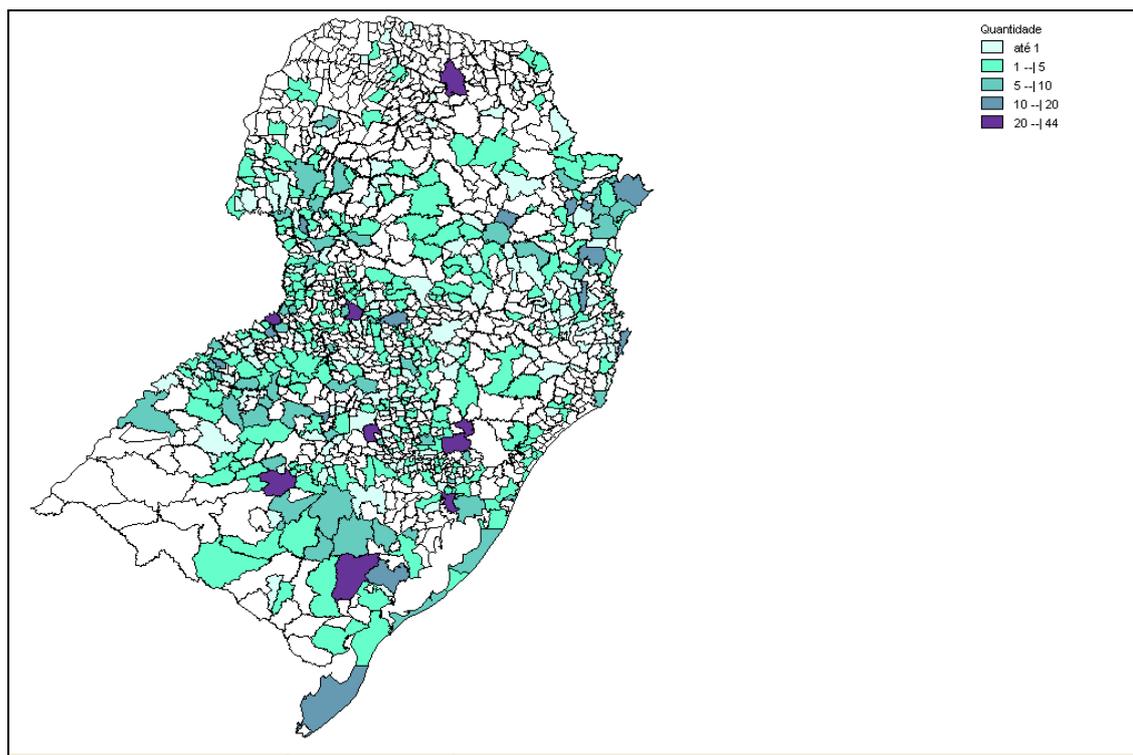


Gráfico 15 – Fontes de apoio aos EES

Fonte: Dados do Atlas de Economia Solidária compilados pelo autor

Predomina na região sul o apoio aos EES por meio de órgãos governamentais, assim como no restante do país. Este tipo de apoio alcança mais de 50% dos EES nos estados do Paraná e de Santa Catarina. O apoio aos EES proveniente de órgãos governamentais prevalece nos estados da região sul, tal qual se apresenta na região, isso se repete no restante do país. Nos estados do Paraná e Santa Catarina, este tipo de apoio ultrapassa os 50%, com 52,2% e 55,7% respectivamente.

O apoio governamental é o que, além de apoiar um maior número de EES, está presente em um maior contingente de municípios, assim como se apresenta o Mapa 4, que trata do apoio específico de órgãos governamentais aos EES da região estudada, o qual aponta presença em 107 municípios do Paraná, 125 municípios de Santa Catarina e 238 municípios do Rio Grande do Sul. Desta forma, o apoio governamental é visto em 39,56% dos municípios com EES da região sul.



Mapa 4 – Apoio de órgãos governamentais aos EES da região sul.

Fonte: Dados do SIES, compilados pelo autor.

No Paraná, o apoio dos órgãos governamentais é obtido por mais de 50% dos EES, sendo preponderante para o desenvolvimento da economia solidária no estado. Os municípios de Londrina – que atualmente tem a economia solidária como política social – e Curitiba, apresentam o maior contingente de EES apoiados por órgãos públicos, com destaque também para os municípios do litoral e do sudoeste do estado. No entanto, em regiões como o norte pioneiro, o centro e o noroeste do estado, o apoio público a economia solidária é mínimo. Desta forma, apenas 107 municípios, o que representa 27% dos municípios do estado, prestam apoio a economia solidária.

No Rio Grande do Sul este apoio abrange 45% dos EES, estando presente em todas as regiões do estado, exceto na parte oeste da metade sul. Em municípios como Santa Maria, Porto Alegre e Caxias do Sul o apoio público é expressivo, assim como em pequenos municípios que passaram por gestões de cunho popular, como Derrubadas, Fontoura Xavier e Canguçu. Dos 496 municípios do estado, 238 prestam apoio á economia solidária. Este apoio, ofertado por 48% dos municípios, se deve a política pública de apoio á economia solidária, instituída no estado em 2001, o que fez com que diversos municípios fossem incentivados a apoiá-la.

Em Santa Catarina 55,7% dos EES contam com o apoio governamental. Sendo que os municípios de Chapecó, Joinville, Blumenau, Florianópolis e Concórdia apresentam o

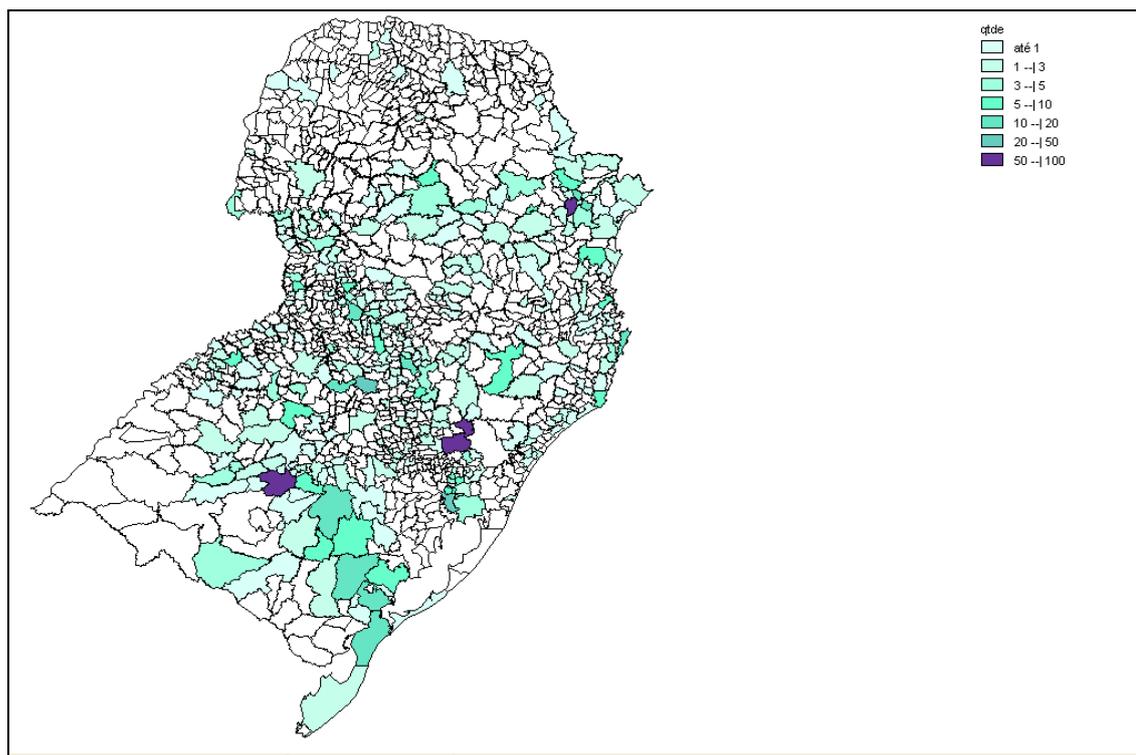
maior número de EES apoiados por órgãos públicos. Em 125 municípios a economia solidária é apoiada por órgãos públicos em Santa Catarina, o que perfaz 42% dos municípios do estado.

No quadro apresentado, é perceptível que o apoio de órgãos governamentais é estratégico e necessário para a expansão e desenvolvimento da economia solidária na região sul. Sendo que a presença do mesmo é mais forte no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, onde 48% e 42% dos municípios, respectivamente, apoiam os EES. No Paraná, somente em 27% dos municípios este apoio é existente, o que evidencia que uma política pública voltada para a economia solidária em todo o estado tem um longa margem para expandir-se.

O apoio governamental deve-se materializar na aquisição pelo poder público de produtos dos EES, fomentando as atividades, garantindo suporte financeiro e saída aos produtos da economia solidária. Todavia, na região sul, apenas 14 municípios no Paraná, 17 em Santa Catarina e 23 no Rio Grande do Sul, adquirem produtos dos EES. Isto deve ser observado e contemplado quando da criação das políticas voltadas para a economia solidária.

4.6.2 Organizações não-governamentais e Sistema “S”

O apoio oriundo de organizações não governamentais é maior na região sul do que no restante do país. A distribuição deste apoio, conforme apresentado no Mapa 5, compreende um número considerável de EES e municípios, somente atrás do apoio governamental. No estado do Paraná este apoio abrange 27,4% dos EES, com predomínio nos EES da região metropolitana de Curitiba, por organizações como o Cefúria. Esse apoio na região metropolitana compreende 56 EES em Curitiba, 14 em Piraquara e 11 em Colombo, perfazendo mais de um terço do apoio ofertado por ONG's no estado.



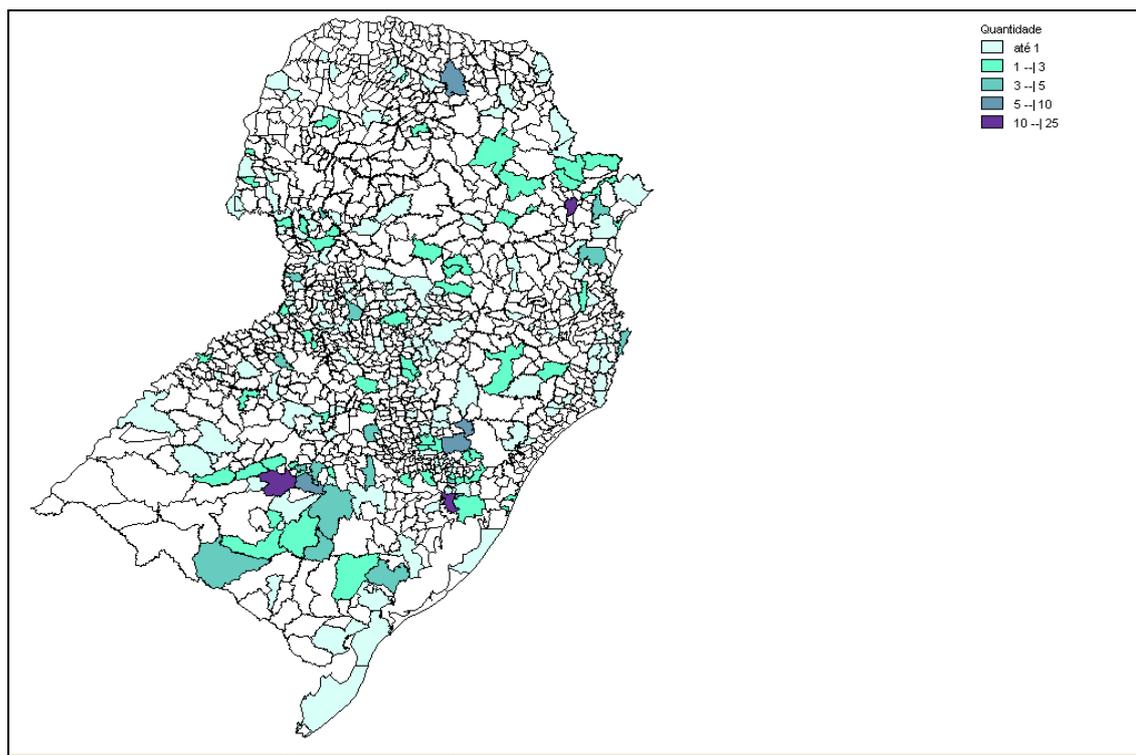
Mapa 5 – Apoio das ONG's aos EES da Região Sul

Fonte: Dados do SIES, compilados pelo autor.

No Rio Grande do Sul 30% dos EES contam com este tipo apoio. Ele concentra em cidades de grande porte no estado como Caxias do Sul, Porto Alegre e Passo Fundo, além de Santa Maria, onde 86 EES possuem esse tipo de apoio em função da Rede Esperança, que torna a economia solidária nesta cidade um modelo para as demais cidades.

Em Santa Catarina o apoio das ONG's abrange 27,5%, cujo o número é distribuído em 90 municípios, com presença pouco maior na capital Florianópolis e na cidade de Chapecó, no oeste do estado.

O apoio oriundo do Sistema “S”, que compreende os sistemas SESI, SENAI, SESC, SEBRAE, SENAR, e SESCOOP, é baixo na região, em comparação com o restante do país, ele representa apenas 12,1% do apoio ofertado, enquanto o índice ultrapassa os 20% no restante do país. A baixa presença deste apoio, conforme é possível visualizar no Mapa 6, prejudica os EES, pois geralmente este apoio envolve questões ligadas ao negócio, às condições necessárias para o sucesso do empreendimento, e às técnicas de gestão, temas cujos EES, em sua maioria, carecem de formação.



Mapa 6 – Apoio do Sistema “S” aos EES da região Sul – 2007

Fonte: Dados do Atlas de Economia Solidária compilados pelo autor

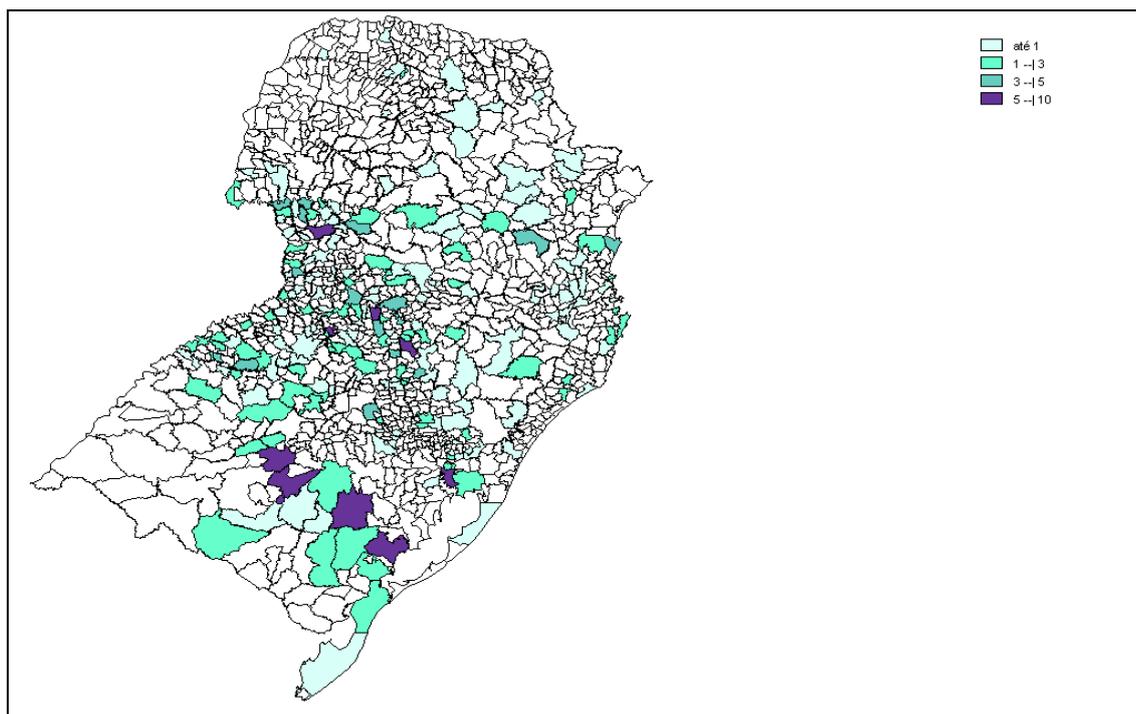
No Paraná, este apoio, apesar de estar presente em apenas 57 municípios, alcança 12,9% dos EES do estado. Os municípios que contam com mais EES com este apoio são a capital do estado Curitiba e o município de Londrina.

Em Santa Catarina este apoio atinge 12,8% dos EES do estado, sendo que ele alcança um número maior de EES no municípios de Florianópolis, Joinville e Chápeco.

No Rio Grande do Sul o apoio do Sistema “S” atinge apenas 11,5% dos EES, com uma presença maior em Santa Maria e Porto Alegre, onde a articulação do poder público com a economia solidária é histórica. Esta articulação possibilita uma aproximação maior do Sistema “S” destas cidades dos EES.

4.6.3 Movimento Sindical

O alcance do apoio ofertado pelo movimento sindical é reduzido na região sul. Apenas 12,2% dos EES da região contam com este tipo de apoio, sendo que sua presença é levemente maior em Santa Catarina, com 14,6%, e consideravelmente baixa no Paraná, alcançando menos de 10% dos EES. A distribuição geográfica deste apoio, ilustrado no Mapa 7 mostra que no Paraná este apoio alcança somente EES de 48 municípios, sendo que a Economia Solidária está presente em 139 municípios do estado.



Mapa 7 – Apoio do Movimento Sindical aos EES da região Sul - 2007

Fonte: Dados do Atlas de Economia Solidária compilados pelo autor

É possível observar uma concentração do apoio sindical vindo de diversas organizações no sudoeste do Paraná. Nesta região encontram-se as organizações de apoio à agricultura familiar e à agroecologia, como nos municípios de Francisco Beltrão e Capanema, onde está o maior apoio sindical aos EES no Paraná.

Em Santa Catarina este apoio está presente em 62 municípios, alcançando 14,6% dos EES. Há uma concentração deste apoio de forma semelhante que ocorre no Paraná, na região oeste do estado, onde predomina a agricultura e movimentos sindicais ligados ao campo. Os municípios com maior apoio do movimento sindical aos EES são Concórdia, São Miguel do Oeste, Chápeco e São Francisco do Sul.

No Rio Grande do Sul este apoio está presente em 125 municípios, alcançando 12,3% dos EES do Estado. Percebe-se que, embora a presença do apoio do movimento sindical no estado seja menor que em Santa Catarina, este apoio é mais abrangente nos municípios, sendo que, em 7 destes, alcança mais de 5 EES. Porto Alegre e Santa Maria, cidades onde há organização em torno da Economia Solidária, encabeçam esta lista juntamente com São Sepé, Encruzilhada do Sul, São Lourenço do Sul, Sananduva, Aratiba e Constantina, locais que o movimento em torno da agricultura familiar está mais presente.

4.6.4 Articulação acadêmica e a vivência dos EES

Quermes (2002) afirma que a universidade deve perceber a importância dessas experiências no âmbito da Economia Solidária para sobrevivência, e no alcance da cidadania de seus integrantes. Apoiá-las através de suas atividades de pesquisa e extensão faz parte do seu compromisso com a sociedade para a superação do sistema vigente, a melhoria das condições de vida e a construção do conhecimento.

Por ser um fenômeno recente no Brasil e na região Sul, como pôde ser observado ao longo do estudo, a Economia Solidária vem sendo inserida, ainda que de forma tímida, no meio acadêmico. Cursos têm apresentado disciplinas focadas na Economia Solidária, tanto na graduação, quanto na pós-graduação.

Um dos principais pólos de pesquisa acadêmica voltada para a Economia Solidária em todo o Brasil encontra-se na região Sul, a Universidade do Vale dos Sinos – UNISINOS. Localizada no Rio Grande Sul, esta instituição conta com pesquisadores pioneiros e destaques na área, integrando redes nacionais e internacionais de pesquisa e organização da Economia Solidária. O mapeamento dos EES feito pela SENAES/MTE contou com a participação desta Universidade. Isto contribuiu para a expansão das atividades acadêmicas ligadas a Economia Solidária.

O surgimento das incubadoras de cooperativas populares nas universidades brasileiras é um fato recente e atrelado a expansão da Economia Solidária e do debate sobre esta temática nos meios acadêmicos a partir de meados da década de 1990 (GIRELLI, 2007).

A região Sul conta com 15 Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCP's, segundo a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (2009), distribuídas nos três estados da seguinte forma: 4 no Paraná, 5 em Santa Catarina e 6 no Rio Grande do Sul. A maioria destas universidades fazem parte da rede Unitrabalho, uma rede universitária que promove estudos ligados ao mundo do trabalho e de apoio aos trabalhadores. A participação nesta rede é importante, pois fornece a experiência e conhecimento inicial necessário para a efetivação das ITCP's nas universidades. Na há uma distinção perceptível entre universidades públicas e privadas, sendo que as universidades engajadas no apoio á Economia Solidária, independentemente deste aspecto, atuam com o mesmo compromisso.

Diversas outras ITCP's foram articuladas nas universidades da região, mas não seguiram em frente. Isto se deu por serem projetos somente de gestões universitárias, de

pesquisadores que não as integram mais apenas por falta de apoio institucional e ainda pelo caráter oportuno, visando o recebimento de recursos, com que algumas foram criadas.

Todavia, a cada dia, novas iniciativas vêm surgindo, fazendo com que seja impossível traçar um quadro estático da Economia Solidária na região. Diversas atividades de extensão, como o programa Universidade Sem Fronteiras, conduzido pelas universidades públicas estaduais do Paraná, contemplam a Economia Solidária como foco principal, ou complementar a seus objetivos. No Rio Grande do Sul e Santa Catarina o mesmo fato ocorre.

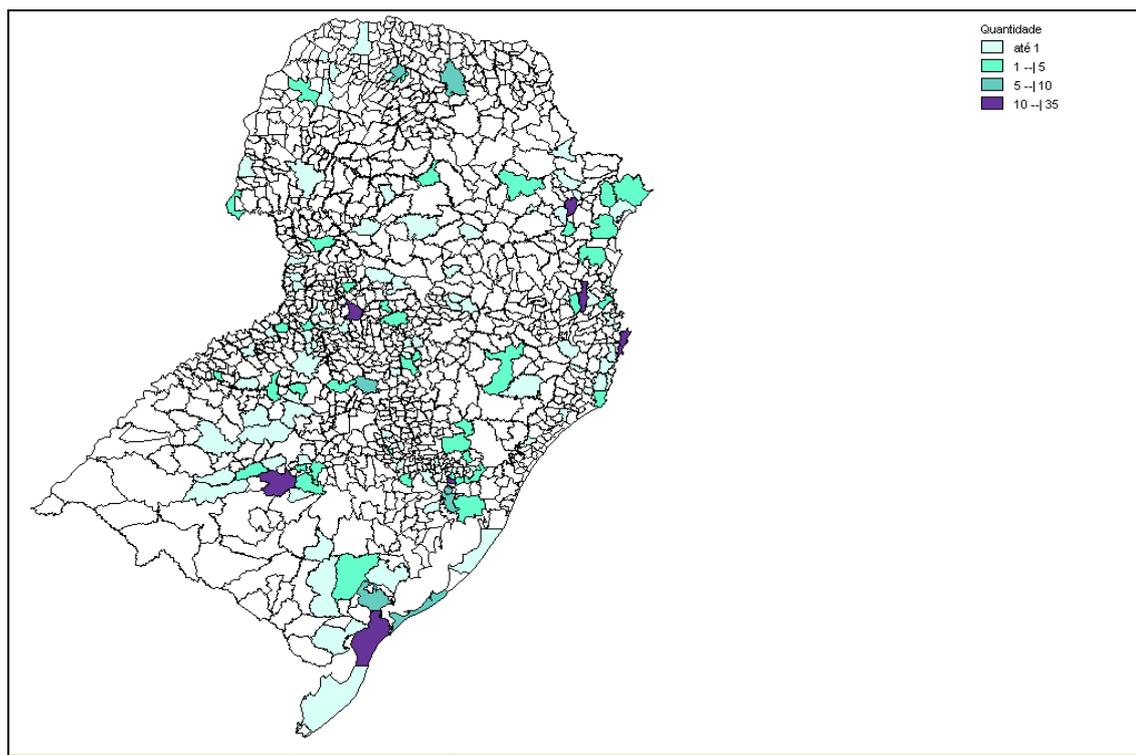
As ITCP's têm destaque relevante neste estudo, pois ao trazerem este debate para o meio acadêmico, reduzem abordagem transitória e fragmentada que se dá à economia diversos municípios e regiões. Ao atingir um espaço amplo, a universidade possibilita a integração entre EES, gestores públicos, entidades de apoio e o meio acadêmico.

Como forma de compreender a atuação das ITCP's no apoio aos EES, e na consolidação da Economia Solidária, foi enviado um questionário as 15 ITCP's da região sul, sendo que somente 4 destas retornaram os questionários respondidos. As questões foram referentes ao ano de criação do empreendimento e ao número de EES incubados, como forma de compreender a relação entre as ITCP's e a expansão da Economia Solidária no sul do Brasil.

Neste aspecto, foi constatado que, embora hajam ITCP's pioneiras criadas no final da década de 1990, a grande maioria nasceu no início do século XXI, majoritariamente após 2003, ano de criação da SENAES pelo MTE. O número de empreendimentos incubados por cada ITCP é baixo, entre 10 e 20 em média. No entanto, se constituem em EES com maior viabilidade de atuação na organização do movimento da Economia Solidária.

O apoio provindo das universidades alcança a ordem de 10,3% do apoio obtido pelos EES da região Sul, sendo consideravelmente superior à média nacional, que é apenas 5,5%, o que representa a distância entre a universidade e as iniciativas populares.

É possível observar, no Mapa 8, que a presença das ITCP'S é preponderante para o apoio das universidades aos EES, sendo que todos os municípios com um número de EES considerável com apoio das universidades, contam com ITCP's.



Mapa 8 – Apoio das universidades aos EES

Fonte: Dados do Atlas de Economia Solidária compilados pelo autor

No Paraná, o apoio das universidades é obtido por 9,3% dos EES. Sendo que nos municípios de Curitiba, Londrina, Maringá e Ponta Grossa estão o maior número de EES com este tipo de apoio o que diz respeito a presença das ITCP's nestas cidades. Com destaque para a cidade de Curitiba que tem um dos maiores números de EES apoiados por universidades da região sul.

Em Santa Catarina, onde este apoio alcança 14,6%, o mesmo fato é observado, sendo que os municípios com ITCP's Chapecó (duas ITCP's), Blumenau e Florianópolis também estão na faixa que compreende os municípios com maior número de EES com apoio das universidades. O município de Itajaí também conta com a existência de uma ITCP, assim, este apoio também é obtido pelos EES.

No Rio Grande do Sul, estado com o maior número de ITCP's, este apoio é obtido por mais de 200 EES, o que representa 10,3% dos EES do estado. Nos estados de Santa Catarina e Paraná, este apoio é obtido por apenas 93 e 75 EES, respectivamente. A relação entre apoio da universidade e presença de ITCP's também é vista, sendo que os municípios com maior número de EES com apoio deste tipo de entidades são Rio Grande, São Leopoldo e Santa Maria, onde a presença de ITCP é observada nos dois primeiros, sendo que Santa Maria é um pólo de economia solidária, onde as universidades estão integradas nesta rede de colaboração. Ainda cabe ressaltar que nos municípios do Vale dos Sinos e na região Noroeste

do estado, este apoio existe, abrangendo um número maior de municípios, embora com menos EES por município, o que ocorre em função das ITCP's existentes nestas regiões.

Outras duas questões trataram de como as ITCP's visam sua importância para o desenvolvimento da Economia Solidária em suas regiões de atuação e qual a sua articulação com os gestores públicos e os fóruns de Economia Solidária. De maneira geral, as ITCP's consideram que foram importantes para o desenvolvimento da Economia Solidária, ao articularem os EES e trazerem a discussão para o meio acadêmico. A sensibilização dos gestores públicos através das ITCP's possibilitou também o apoio público a Economia Solidária. Da mesma forma, diversas ITCP's atuam como executoras de ações voltadas para a Economia Solidária em todos os níveis de governo, recebendo recursos para a formação de trabalhadores e incubação de EES, bem como a execução de pesquisas e mapeamentos sobre o tema. Foi destaque também a articulação das ITCP's com as demais entidades de apoio a Economia Solidária, com destaque para a Cáritas e o movimento sindical.

ITCP's de Santa Catarina e Rio Grande do Sul ressaltaram que este processo culminou na participação destacada para a criação dos fóruns de Economia Solidária nos âmbitos municipal, regional, estadual e até nacional. O mesmo não ocorre no Paraná, que não conta ainda com fóruns municipais e regionais. Destaca-se que o fórum estadual foi criado apenas em 2006.

No entanto, o fórum gaúcho de Economia Solidária conta com 11 fóruns microrregionais e cerca de 50 fóruns municipais distribuídos por todo o estado, que possibilitam uma integração imprescindível entre os componentes da Economia Solidária no estado. Em Santa Catarina o fórum estadual foi criado em 2000, contando hoje com aproximadamente dez fóruns microrregionais presentes em diversas regiões do estado, contando ainda com um fórum municipal de Economia Solidária no município de Itajaí.

4.6.5 Apoio ofertado

O apoio ofertado é distribuído de forma semelhante nos três estados, considerando os quesitos: assistência técnica e “gerencial”; qualificação profissional, técnica e gerencial, atingindo 56,41% dos EES apoiados no Paraná, 64,54% em Santa Catarina e 57,12% no Rio Grande do Sul. Mostra-se, assim, razoável a qualificação ofertada aos EES, embora em sua totalidade sejam necessárias ações de qualificação que a viabilidade econômica dos EES seja obtida, através da qualidade dos produtos/serviços e na gestão dos mesmos.

No que tange á formação sócio-política (autogestão, cooperativismo, Economia Solidária), o Paraná teve 24,57% do EES sendo apoiados desta forma, enquanto os EES do Rio Grande do Sul e Santa Catarina obtiveram, respectivamente, 15,65% e 12,87% de apoio, neste aspecto. A relevância deste aspecto tem relação direta com ações que visam a viabilidade econômica dos EES. Como apresentado anteriormente, é imprescindível a formação pautada nos princípios da Economia Solidária. Somente assim os membros dos EES poderão internalizar a proposta da Economia Solidária e fazer com que esta cresça enquanto forma de produção e consumo distinto e contrário às das empresas convencionais.

Demais ações de apoio, como assistência jurídica; assessoria em marketing e na comercialização de produtos e serviços; diagnóstico e planejamento (viabilidade econômica); assessoria na constituição, formalização ou registro, alcançaram 13,6% dos EES apoiados no Paraná, 19,39% dos EES de Santa Catarina e 19,20% dos EES gaúchos. Estes dados são preocupantes, pois justamente estas ações, que alcançaram uma parcela mínima dos EES da região Sul, são essenciais para a consolidação dos EES, sua viabilidade econômica e para a constituição das redes e cadeias solidárias.

O apoio fornecido por diversas organizações, como tratado anteriormente, é primordial para que os EES possam dar seus primeiros passos. Os trabalhadores, na sua maioria, possuem baixo nível de instrução e escolaridade, além de estarem acostumados às lógicas das empresas capitalistas, precisam compreender a proposta da Economia Solidária e adquirir qualificação técnica e gerencial para o sucesso dos empreendimentos.

Muitas vezes os EES recebem apoio de mais de uma organização ou entidade, como representado no Quadro 11, onde é explanado sobre as entidades de apoio, fomento e assessoria em Economia Solidária, apoiadores e suas práticas e ações junto aos EES na região.

Nos três estados do sul do país predomina o apoio concedido por órgãos governamentais; ONG's OSCIP'S⁶; associações comunitárias, igrejas, associações religiosas; e o sistema 5 "S", especialmente o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP. Em menor número, os EES recebem apoio de movimentos, principalmente o sindical, e de cooperativas de técnicos, geralmente no meio rural. O incentivo realizado pelas universidades tem crescido nos últimos anos, expressando sua relevância para a expansão da economia solidária na região sul.

⁶ Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, criadas pela iniciativa privadas e amparadas legalmente para estabelecer convênios com o poder público, recebendo assim recursos públicos para a execução de suas atividades. Diferencia-se pela transparência exigida para a celebração dos convênios e parceiras firmadas.

Entidades de assessoria e fomento à economia solidária	Caracterização do apoio ofertado e abrangência
Anteag – Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão	Atua na assessoria das empresas recuperadas por trabalhadores. Teve participação importante na consolidação da Economia Solidária no Rio Grande do Sul. Apoiando com ênfase hoje as empresas recuperadas de Santa Catarina.
Cáritas Brasileira	Organismo vinculado a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, atuando nos 3 estados da região Sul. Desenvolveu a partir de 1980 os Projetos alternativos comunitários (Pacs), que foram de suma importância para a Economia Solidária no Rio Grande do Sul.
Concrab – Confederações das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil	Apoia as cooperativas da reforma agrária em toda a região Sul.
Entidades da Sociedade Civil e Organizações Não-Governamentais	Apoiam atividades que geram trabalho e renda. No entanto a idéia de Economia Solidária, entre estas vai desde a filantropia e medidas paliativas, a proteção ao meio ambiente, até a concepção de um outro padrão desenvolvimento. Muitas vezes recebem recursos públicos para a execução de qualificações e apoio aos EES.
Movimento Sindical/ ADS/CUT – Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores	Os sindicatos de maneira geral apoiam grupos de trabalhadores excluídos para a realização atividades produtivas de forma associada. Bem como atuam em fábricas recuperadas para que os trabalhadores conduzi-las sobre os preceitos da autogestão.
Movimentos e populares	Contribuem para a formação sócio-política dos integrantes da Economia Solidária, com o apoio de iniciativas contra-hegemônicas de produção/consumo e a luta pelos direitos dos cidadãos.
SEBRAE E SESCOOP	Apoiam EES tanto no aspecto formativo quanto gerencial em toda a região.

Quadro 11 – Entidades de Apoio, Fomento e Assessoria em Economia Solidária

Fonte: Adaptado do FBES e de (Barbosa, 2007).

4.7 ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA SOCIAL

A implementação de políticas públicas para a economia solidária, de acordo com Kapron e Fialho (2003), representa uma oportunidade de ampliação dos espaços para a economia solidária. Desta forma, a economia solidária passa a configurar uma relação mais próxima com o estado, além de expandir suas interações com as organizações não governamentais, igrejas, universidades e centrais sindicais.

No Brasil, estas iniciativas são mais propaladas por governos de âmbito municipal e estadual, com marco legal ainda frágil. Ao integrarem, o econômico e social passam a configurar como políticas de desenvolvimento. No entanto, para obterem uma maior abrangência, estas políticas ainda devem avançar, conforme Kapron e Fialho (2003), no

sentido de garantir o reconhecimento por lei específica dos empreendimentos, a sua integração com as demais políticas públicas, além de formas estruturadas de financiamento e sua definição como prioridade política.

Como alternativa viável para a geração de trabalho e renda, a Economia Solidária passou a configurar como política social a nível federal, a partir da criação, em 2003, da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), a qual implanta o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, vinculado ao Ministério do Trabalho do governo federal, sob o comando do professor Paul Singer, estudioso do tema. A partir deste momento, iniciativas locais de apoio a Economia Solidária, ainda que não constituídas enquanto lei, passaram a ser fortalecidas. Em regiões onde a discussão a respeito do tema ainda é incipiente, as ações da SENAES, bem como os programas dos diversos ministérios que passaram a evidenciar a Economia Solidária enquanto forma de organização, fizeram com que alguns gestores públicos despertassem para esta temática.

4.7.1 Desafios das políticas públicas em prol da economia solidária

Os problemas ligados à proposta de política social para a economia solidária e a sua regulamentação enquanto setor são diversos. Em sua tese de doutorado, que trata da política social de economia solidária, Barbosa (2007) expõe os principais problemas ligados às propostas de políticas sociais de economia solidária, exibidos no Quadro 12.

Marco legal	
Problemas	Propostas de políticas públicas
As reformas em curso no Estado não atendem às especificidades da economia solidária.	<ul style="list-style-type: none"> • Definir políticas de interesse da economia solidária para ser incorporadas nos debates das reformas tributária, previdenciária, trabalhista e fiscal. • Elaborar e atualizar leis específicas da economia solidária nessas áreas.
Dificuldades legais para comercialização dos produtos e serviços da economia solidária.	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar legislação que formalize e regule compras coletivas, lojas solidárias, cartões de crédito solidários, feiras, sistemas de trocas com moeda social, agricultura familiar orgânica e comércio justo.
Dificuldades para atender às normas tributárias e fiscais.	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento de tributação específica para os EES, considerando escala de produção, número de trabalhadores envolvidos, tipos de produtos e bens. • Isenção de impostos municipais, estaduais e nacionais para a compra de matéria-prima, equipamentos, máquinas e veículos.

Obstáculos à comercialização quanto ao acesso a mercados, sustentabilidade e concorrência.	<ul style="list-style-type: none"> • Rever a lei de licitações (8.666 de 21/06/93) que impossibilita a compra e venda de produtos da economia solidária, estabelecendo critérios diferenciados para participação dos EES nas concorrências públicas. • Regularizar as atividades dos EES com a emissão de um CNPJ e nota de venda especial para viabilizar a participação em licitações. • Definir zonas especiais para a implantação de projetos de economia solidária para serem incorporados no Plano diretor urbano e o estatuto das cidades. • Garantir interesse preferencial do setor público para a contratação de cooperativas para a prestação de serviços nas esferas, municipal, estadual e federal.
Indistinação da economia solidária na dinâmica econômica geral.	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer marco jurídico específico, abordando a economia solidária como um sistema próprio definindo as distinções ante o setor estatal e o setor privado mercantil.
Indefinição quanto a natureza jurídica dos EES	<ul style="list-style-type: none"> • Conceituar normativamente empresas de autogestão, cooperativas populares e organizações de economia familiar.
Defasagem entre a legislação (Lei nº 5.764/71) que regula o cooperativismo e as necessidades e práticas atuais.	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar uma nova legislação para o cooperativismo e as empresas autogestionárias, considerando aspectos como o número de participantes, não-obrigatoriedade da unicidade de representação, acesso ao crédito, diferenciação tributária, mudança de caráter do benefício do INSS para quem é cooperado e respeito as diferentes concepções de cooperativismo.
Ausência de legislação que regule e ampare o trabalho na economia solidária	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento pelo Estado dessas outras formas de organização do trabalho, fundadas em princípios populares e solidários, por meio de lei de incentivo e apoio ao seu desenvolvimento. • Aperfeiçoamento da fiscalização dos EES, buscando evitar fraudes que visam terceirizar mão-de-obra e reduzir encargos legais.
Obstáculos da legislação para que os trabalhadores possam assumir empresas falidas.	<ul style="list-style-type: none"> • Negociar condições para que a lei de falências favoreça a aquisição de empresas por parte dos trabalhadores, excetuando-se as dívidas da empresa (passivo da massa falimentar).

Quadro 12 – Problemas e propostas de política pública para regulamentação

Fonte: Barbosa (2007)

4.7.1.1 Região Sul

Na região Sul as primeiras iniciativas públicas de apoio ao que hoje chamamos de Economia Solidária tiveram lugar no Rio Grande do Sul. De acordo com Marcosin (2008), as iniciativas públicas de apoio a Economia Solidária tiveram início no município de Porto Alegre no ano de 1989 e permaneceram por três gestões governamentais seguidas. Ações

semelhantes foram desenvolvidas em diversas prefeituras na gestão do Partido dos Trabalhadores, como em Caxias do Sul, Santa Maria, entre outros municípios.

Em 1999, com a ascensão do partido dos trabalhadores ao governo estadual, uma política de apoio numa perspectiva de proposta contra-hegemônica foi desenvolvida pela Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais – SEDAI, o que culminou com o decreto de criação da política pública de Economia Solidária gaúcha, em 2001.

4.7.1.1.1 Rio Grande do Sul

Dentre os diversos projetos de lei nos âmbitos estadual e municipal destacam-se as iniciativas do estado do Rio Grande do Sul. De acordo com o Gaiger (2008) o maior programa público de apoio a economia solidária teve lugar no Rio Grande do Sul, sob o nome de Programa de Economia Popular Solidária, institucionalizado em setembro de 2001, por meio de um decreto do governador do estado. Esta iniciativa desembocou na elaboração e criação da lei municipal de 2008, de apoio à Economia Solidária no município de Santa Maria, que é um pólo de Economia Solidária, com a rede Cooesperança, a feira internacional de Economia Solidária e mais de uma centena de EES. Destacamos desta lei a criação do Conselho municipal de Economia Solidária.

Isto foi um marco para a efetivação de políticas públicas de fomento à Economia Solidária. Anteriormente, o que existiu foram programas de governo, como políticas para a economia solidária em prefeituras do Rio Grande do Sul, conforme descritos no Quadro 13, que se encerravam com a transição dos gestores. A falta de continuidade acabava frustrando o desenvolvimento dos EES, que se viam abandonados do dia para a noite, por não interessarem aos novos governantes.

Município	Programas desenvolvidos	Nº de grupos atendidos	Período
Porto Alegre	a) Qualificação para o trabalho: PETC. b) Ações Coletivas: Unidades de Reciclagem; Incubadoras Populares, fomento a grupos de economia popular. c) Artesanato: feiras, qualificação.	25	1996 – 2004
Viamão	Feiras: 4 feiras na cidade que ocorrem 1 a cada semana – Assessoria a cooperativas, associações e micro-empresas.	24	1997 – 2008
Pelotas	a) Crédito b) Apoio a qualificação c) Apoio a comercialização: programa de valorização da	Sem dados	2000 - 2004

	produção local. Feiras.		
Alvorada	a) Capacitação para o trabalho b) Micro-crédito c) Assessoria a cooperativas, associações, micro-empresas.	7	2001- 2004
Cachoeirinha	1) Formação e marco legal 2) Capacitação do Processo produtivo 3) Incubadora – Centro de formação e capacitação; 4) Crédito – fundo de micro- crédito; 5) Comercialização (projeto de moeda social)	12	2001 – Feira 2002 – Programa

Quadro 13 – Políticas para a economia solidária em Prefeituras do Rio Grande do Sul

Fonte: Adaptado Icaza (2010)

Esta questão é sobremaneira importante, pois somente com a adoção da Economia Solidária como política pública, e não de governo somente, é possível que esta avance e se fortaleça enquanto proposta contra-hegemônica e não tão somente como medida paliativa para comunidades e trabalhadores excluídos. Infelizmente, com a transição governamental no estado, hoje a Economia Solidária não consta dentre as atividades da SEDAI. Ao mesmo tempo tramita na assembléia legislativa do estado um projeto que visa estabelecer um marco regulatório para os EES gaúchos.

4.7.1.1.2 Paraná

No Paraná, no ano de 2003, a SETP – Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, implantou o Programa de Economia Solidária, através de eventos de sensibilização e ações para sua constituição, enquanto política pública. As ações realizadas foram diversas, desde fóruns e atividades de formação até os cursos de capacitação dos integrantes dos EES, bem como de outros interessados, através do PLANTEQ - Plano Territorial de Qualificação Profissional com recursos do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador. Além destas atividades, foi dado apoio à realização das feiras e seminários ligados a Economia Solidária. Entre os princípios que regem o programa paranaense de economia solidária, de acordo com a termo técnico de referência da SETP (2004), destacam-se:

- a) estímulo de práticas fundadas em relações de colaboração solidárias;
- b) resgate da valorização social do trabalho humano ;
- c) estímulos ao desenvolvimento de potencialidades econômicas e individuais, democracia e autonomia na gestão de resultados;
- d) proposição de um projeto de desenvolvimento socioeconômico, ecologicamente sustentável, destinado a promover as pessoas e coletividades à condição de

protagonistas do processo de realções econômicas, com a criação de alternativas de geração de trabalho e renda para a população urbana e rural;

- e) valorização da Economia Solidária como poderoso instrumento de combate à exclusão social, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade, de modo a eliminar as desigualdes materiais e difundir os valores da soliedariedade humana.

O público alvo das ações deste programa consiste, de acordo com SETP (2004), em trabalhadores desempregados, trabalhadores domésticos, de empresas recuperadas, trabalhadores rurais, beneficiários de políticas de inclusão social e outros grupos minoritários.

Além disso, a base geográfica a ser atendida deve oferecer sustentação prioritariamente aos municípios/regiões com baixo índice de desenvolvimento humano e com mais de 200 mil habitantes. Outra característica importante consite no caráter permanente do programa. No entanto, a Economia Solidária ainda não está constituída no âmbito estatal como uma política social.

No tocante a políticas sociais municipais de Economia Solidária, o estado conta com o exemplo do município de Londrina, uma das maiores cidades da região sul do Brasil, contando com 79 EES. Esta experiência municipal de gestão de cunho popular possibilitou implantar, em 2008, a lei municipal de apoio a Economia Solidária. Dentre o texto desta lei destaca-se a iniciativa de criação do centro público de Economia Solidária, importante mecanismo para a comercialização dos produtos e serviços dos EES.

No ano de 2011 a secretaria estadual vinculada ao trabalho e emprego passou a ter o termo “economia solidária” em seu nome, passando a ser nomeado por SETS – Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária. Nos últimos dois anos o fórum estadual de economia solidária tem buscado a aprovação de uma lei estadual de fomento a economia solidária, que ainda não foi votada.

4.7.1.1.3 Santa Catarina

Em Santa Catarina a primeira iniciativa de política pública de apoio a Economia Solidária é recente, datando de 2009, a qual contempla aspectos dispersos nas leis citadas anteriormente. A referida lei trata no âmbito estadual da criação dos seguintes: centros públicos de Economia Solidária e Comércio Justo; conselho e fundo municipal de Economia Solidária; integração entre as universidades, EES e agentes públicos e ainda da certificação dos produtos dos EES. Considerando as leis aprovadas posteriormente á divulgação do Atlas

da Economia Solidária em 2007, houve em Santa Catarina a aprovação da lei municipal em Itajaí, que institui uma política de fomento a economia solidária.

Desta maneira, ficam contempladas a comercialização, a integração, o diferencial necessário para a inserção no comércio justo e os preceitos necessários para a efetivação da política pública. Cabe ressaltar que Porto Alegre conta com EES ligados à rede Justa Trama, cadeia produtiva solidária do algodão agro ecológico (LACERDA, 2009).

O Quadro 14 expõe as leis aprovadas em âmbito municipal e estadual em relação a economia solidária na região sul. A Economia Solidária é um movimento em franca expansão em toda a região sul e políticas de governo ligadas à Economia Solidária são iniciadas a cada dia na região. Esta institucionalização é necessária para que, com as transições governamentais, estas políticas não sejam abandonadas, o que prejudicaria sobremaneira os EES e seus integrantes.

Local	Iniciativa	Aspectos mais relevantes	Ano
Estado do Rio Grande do Sul	Decreto n°. 41.062	*Criar, manter ou ampliar oportunidades de trabalho e acesso à renda, através de empreendimentos autogestionados, de forma coletiva e participativa, pelos próprios trabalhadores produtores;	2001
Santa Maria /RS	Lei n° 5150	*Criar, manter ou ampliar oportunidades de trabalho e acesso à renda, através de empreendimentos autogestionados, de forma coletiva e participativa, pelos próprios trabalhadores produtores; *Criar o conselho municipal de Economia Solidária;	2008
Londrina/PR	Lei n° 10.523	*Apoiar iniciativas coletivas de geração de trabalho e renda que se organizam com base na autogestão, cooperação e solidariedade; *Criação do Centro público de Economia Solidária.	2008
Itajaí/SC	Lei n° 5.245	* Implementação dos Centros Públicos de Economia Solidária, Incubadoras Públicas de EES, Bancos Populares e Comunitários e Centros de Comércio Justo e Solidário; * Estimular a integração entre pesquisadores, parceiros e empreendimentos; * Criação do selo de certificação de EES de Itajaí; *Implantação do Conselho Municipal de Economia Solidária e do Fundo Municipal de Economia Solidária.	2009
São José dos Pinhais/PR	Lei n° 1591	*Facilitar o registro de empreendimentos da Economia Solidária, tornando-o um processo mais célere e menos burocrático; *Promover a associação entre pesquisadores, parceiros e empreendimentos, estimulando a produção intelectual sobre o tema, como: estudos, pesquisas, publicações e material didático de apoio aos empreendimentos da Economia Solidária;	2010

		<ul style="list-style-type: none"> * Criar Centros Públicos de Economia Solidária; *Isenção dos tributos municipais; *Criar o conselho municipal de Economia Solidária; *Criação do Fundo Municipal de Economia Solidária e do Selo da Economia solidária. 	
Novo Hamburgo /RS	Lei nº 2246	<ul style="list-style-type: none"> * Apoio técnico à recuperação e à reativação de empresas por trabalhadores da Economia Solidária; * Dotação orçamentária própria para as ações que envolvem a aplicação desta lei; * Criação do Conselho Municipal de Economia Solidária; *Instituição do Fundo municipal de Economia Solidária. 	2010

Quadro 14 – Iniciativas Públicas de Apoio a Economia Solidária na Região Sul

Fonte: FBES (2011) www.fbes.org.br

No entanto as políticas públicas implantadas não contemplam grande parte das propostas elencados por Barbosa (2007), como necessárias para sua efetivação como políticas públicas de apoio á economia solidária, demonstrado no Quadro 15.

Elementos de políticas públicas para efetivação da Economia Solidária	Rio Grande do Sul	Santa Maria	Londrina	Itajaí	São José dos Pinhais	Novo Hamburgo
<ul style="list-style-type: none"> Formalizar e regularizar comercialização solidária 	Contempla, em parte	Contempla, em parte	Contempla, em parte.	Contempla	Contempla, em parte	Contempla
<ul style="list-style-type: none"> Estabelecimento de tributação específica para os EES; Isenção de impostos municipais, estaduais. 	Não contempla	Não contempla	Não contempla	Não contempla	Contempla	Não contempla
<ul style="list-style-type: none"> Regularizar as atividades dos EES com a emissão de um CNPJ para viabilizar a participação em licitações 	Contempla	Contempla	Não contempla	Não contempla	Contempla	Contempla
<ul style="list-style-type: none"> Garantir interesse preferencial do setor público para a contratação de EES. 	Não Contempla	Não Contempla	Não contempla	Não contempla	Não contempla	Não contempla
<ul style="list-style-type: none"> Estabelecer marco jurídico específico, abordando a economia solidária Conceituar normativamente os EES; 	Contempla	Contempla	Contempla, em parte	Contempla, em parte	Contempla, em parte	Contempla, em parte
Dotação orçamentária própria	Contempla	Contempla	Contempla	Contempla	Contempla	Contempla
Aperfeiçoamento da fiscalização dos EES, buscando evitar fraudes que visam terceirizar mão-de-obra e reduzir encargos legais.	Contempla, em parte	Contempla, em parte	Não contempla	Contempla	Contempla	Contempla
Negociar condições para aquisição de empresas por parte dos trabalhadores.	Não contempla	Não contempla	Não contempla	Contempla em parte.	Contempla, em parte	Contempla

Quadro 15 – Políticas públicas de economia solidária e elementos para sua efetivação - Região Sul

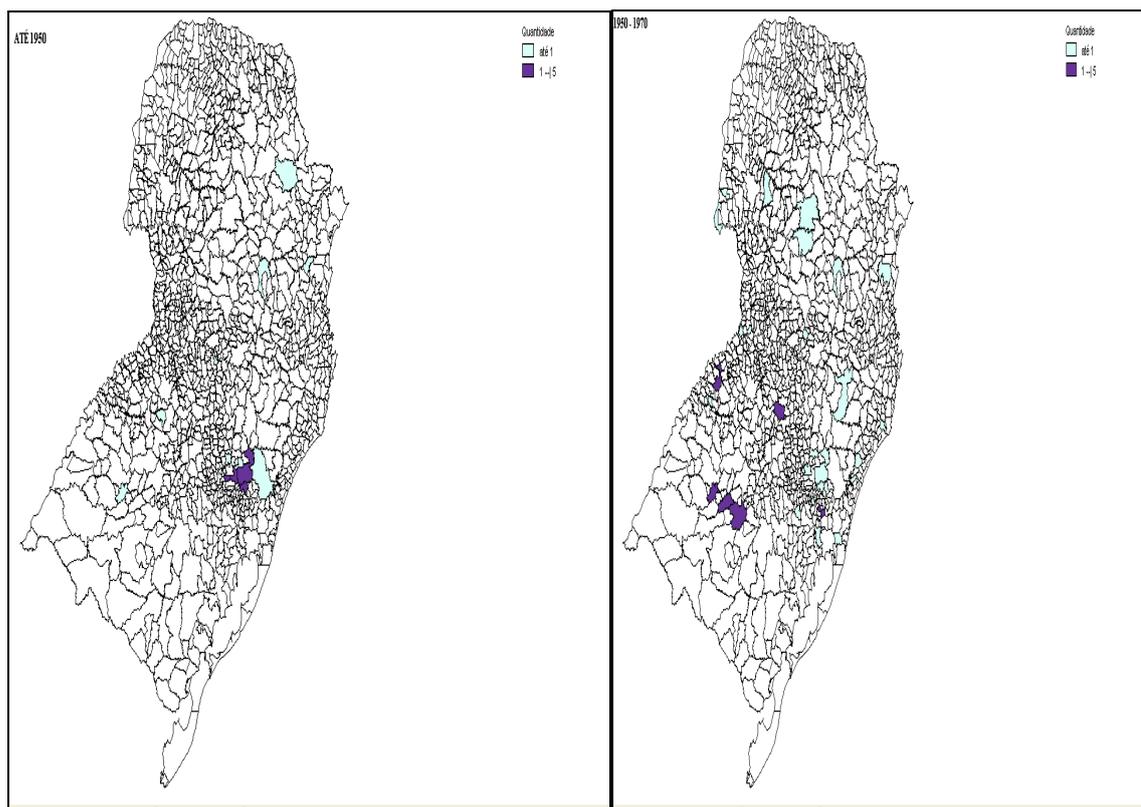
Fonte: Elaborado pelo autor com base em Barbosa (2007) e nas legislações citadas no Quadro 2.

4.8 DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA REGIÃO SUL DO BRASIL

4.8.1 Isolamento e pioneirismo até 1980

A expansão geográfica da economia solidária na região sul através dos anos mostra que no período que compreende até 1970, não há uma dinâmica clara na expansão e localização geográfica dos empreendimentos.

Até 1950 apenas 18 EES haviam sido criados na região sul, como é possível observar no Mapa 9. Destes, apenas um estava no Paraná, no município de Castro, com outros dois EES em Santa Catarina. No Rio Grande do Sul já haviam 15 EES, sendo que três municípios da serra gaúcha possuem três EES cada.



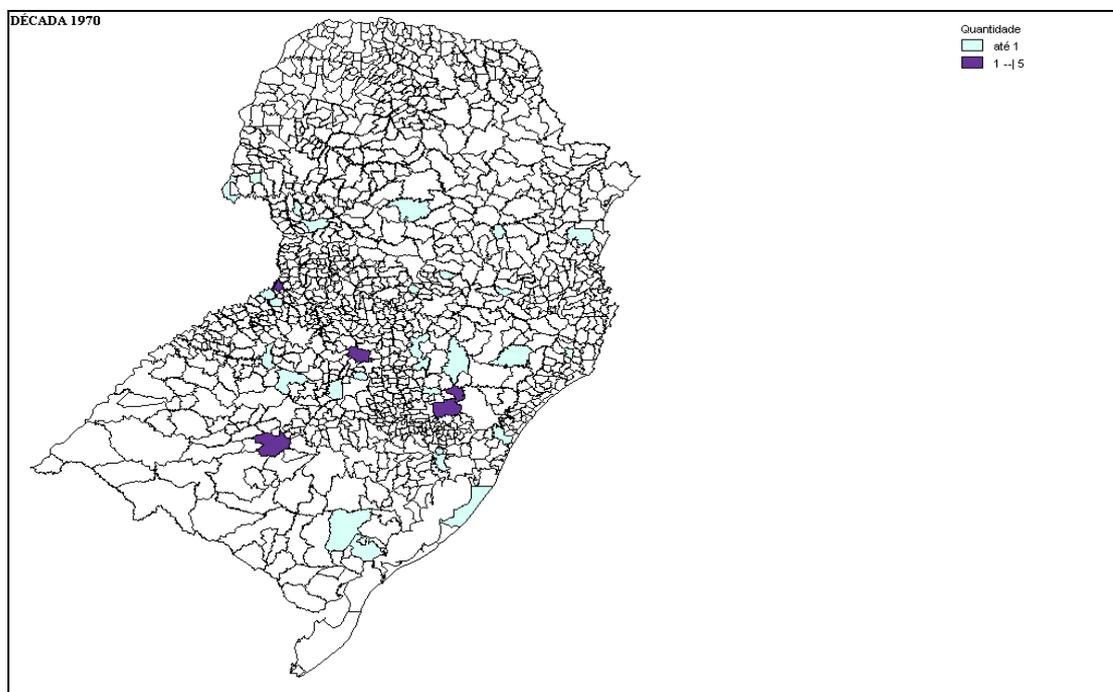
Mapa 9 – EES região Sul por ano de criação - até 1950 e de 1950 a 1970

Fonte: Dados do Atlas de Economia Solidária compilados pelo autor

No período entre 1950 e 1970, a região sul presenciou o surgimento de 41 EES. Um quantitativo ainda reduzido, porém, ultrapassava mais do que o dobro dos EES existentes. No Paraná tiveram início mais cinco EES, situadas em diferentes regiões do estado. Em Santa Catarina constituíram-se mais oito unidades dos EES com a mesma configuração geográfica

encontrada no estado do Paraná. Já no Rio Grande um número expressivo de 28 EES iniciou suas atividades. O diferencial em relação aos outros dois estados do sul do país é sua configuração concentrada na região central do estado, local que se encontra a cidade de Santa Maria.

Na década de 1970, de acordo com o Mapa 10, o surgimento de EES na região seguiu de forma tímida, com o surgimento de apenas 43 EES, com distribuição similar às duas décadas anteriores, com 28 EES no Rio Grande do Sul, 10 em Santa Catarina e apenas 5 no Paraná. Destaca-se o fato de municípios como Santa Maria e Caxias do Sul terem o surgimento de mais de 5 EES nesta década.



Mapa 10 – EES região Sul por ano de criação - década de 1970

Fonte: Dados do Atlas de Economia Solidária compilados pelo autor

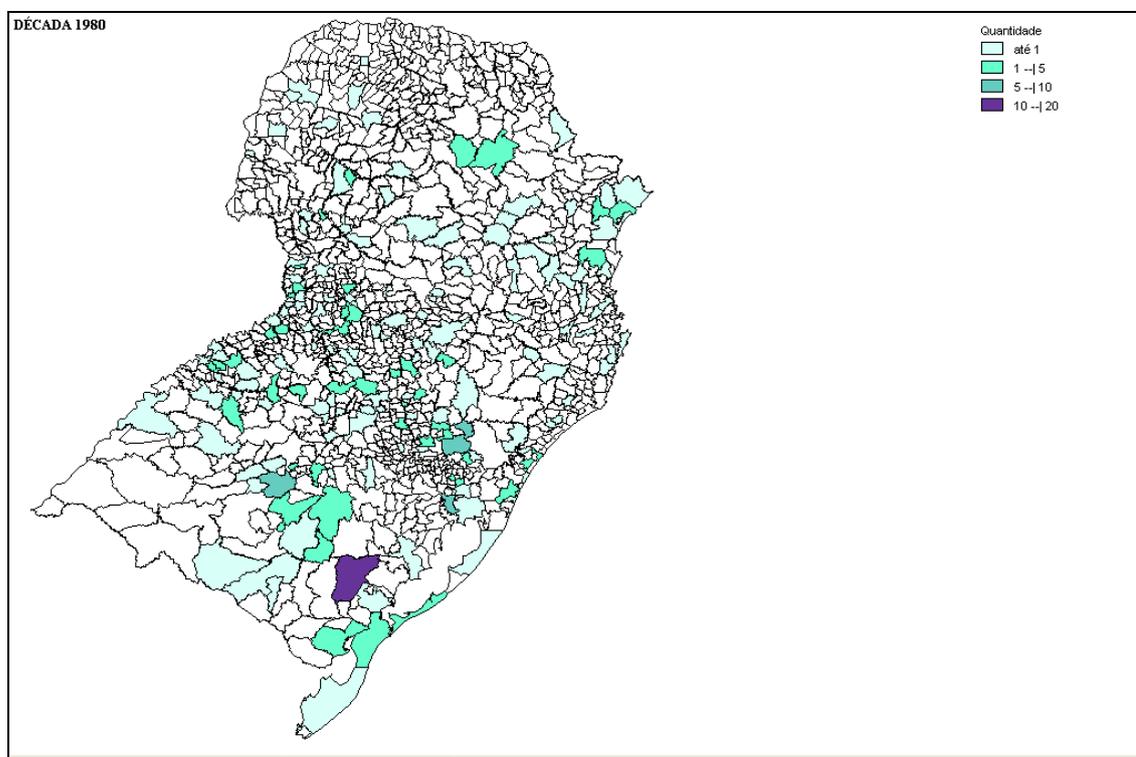
Nesta década encerra-se um primeiro ciclo de expansão da economia solidária na região, caracterizada por iniciativas pioneiras e isoladas. Estas iniciativas surgem da necessidade de grupos de trabalhadores do campo e da cidade, mas não estão articuladas com ações de governos e nem apoiadas de forma significativa por quais entidades de apoio.

Dos 102 EES que surgiram na região até o final da década de 1970, 71 destes estavam no Rio Grande do Sul, 20 em Santa Catarina e 11 no Paraná. Isto demonstra que desde os primórdios da economia solidária, na região, o Rio Grande do Sul assumiu uma predominância nas iniciativas em relação aos outros dois estados. Devemos considerar que até esta época, estados como Santa Catarina e Paraná estavam ainda em fase de ocupação em

muitas regiões, ao passo que o Rio Grande do Sul já estava largamente povoado. Além disto, a cultura cooperativa estava presente devido aos imigrantes europeus que tinham um maior conhecimento acerca do assunto, e de ações de cunho sindical.

4.8.2 Décadas de 1980 e 1990 a economia solidária ganha corpo na região

Na década de 1980, de acordo com o Mapa 11 houve o primeiro salto na expansão da economia solidária na região sul do Brasil. Se até esta década haviam surgido somente 102 EES na região, na década de 1980 surgem 295 EES.

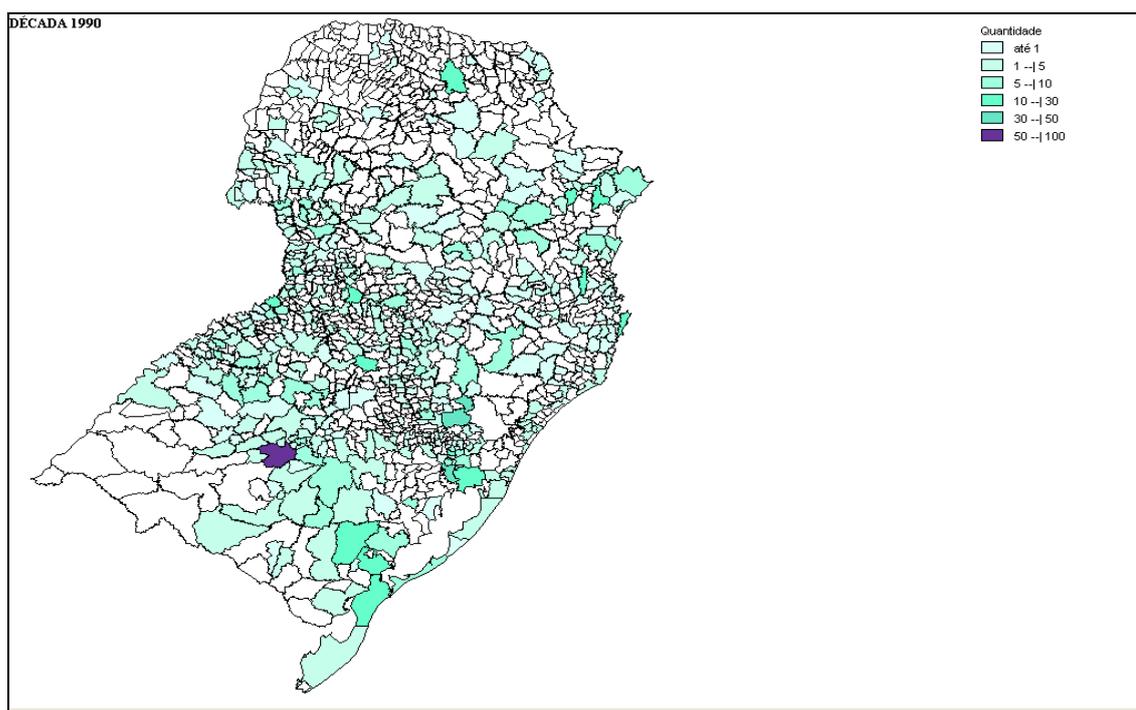


Mapa 11 – EES região Sul por ano de criação - década de 1980
 Fonte: Dados do Atlas de Economia Solidária compilados pelo autor

A distribuição dos EES que foram criados nesta década mostra dois fatores importantes: o surgimento de mais EES por municípios e a expansão da economia solidária para um número maior de municípios do interior. Isto se deve ao foco das ações das entidades de apoio se voltar para a economia, tanto das ligadas a igreja, como a Cáritas, quanto à ação de ONG's, que passam a ter uma atuação mais expressiva na sociedade civil. Nesta década têm início as ações pioneiras de governos municipais, como na prefeitura de Porto Alegre, no ano de 1989.

No Paraná foram criados nesta década 44 EES, em 33 municípios diferentes, com destaque para as associações voltadas para a organização dos trabalhadores com cunho produtivo, tanto as ligadas às atividades agrícolas, quanto às ligadas a pesca e artesanato. Em Santa Catarina surgiram 58 EES, em 48 municípios diferentes, mas sem nenhum município observando o surgimento mais de um EES. No Rio Grande do Sul houve o surgimento de 193 EES, em mais de 100 municípios. Nos municípios de Caxias do Sul, Santa Maria e Canguçu houve o surgimento de mais 10 EES somente nesta década.

No decorrer dos anos 1990, eventos como as mudanças de mercado de trabalho, a crise do emprego e a reformulação em vários setores da economia, fizeram com que a economia solidária ganhasse espaço no cenário de geração de trabalho e renda. Na região sul, como é possível visualizar no Mapa 12, teve como resultado o surgimento de mais de 1300 EES, um número consideravelmente mais elevado do que os 395 que haviam sido criados até então.



Mapa 12 – EES região Sul por ano de criação - década de 1990

Fonte: Dados do Atlas de Economia Solidária compilados pelo autor

Destes EES, 244 foram criados no estado do Paraná. Nos municípios de Curitiba e Londrina, ações tomadas por entidades de apoio e ou inclusão da economia solidária em programas de governos fez com surgissem 18 EES em cada município. Nos municípios

Morretes e Guaraqueçaba, no litoral do estado, surgiram mais de 10 EES, devido a ações voltadas para a associação de grupos de pescadores e ligadas ao artesanato.

Em Santa Catarina surgiram 277 EES, em 115 municípios do estado, fazendo com que a economia solidária se expandisse pelo estado e de forma expressiva na região oeste. Os municípios que observaram o surgimento de mais 20 EES foram Chapecó, Florianópolis e Blumenau.

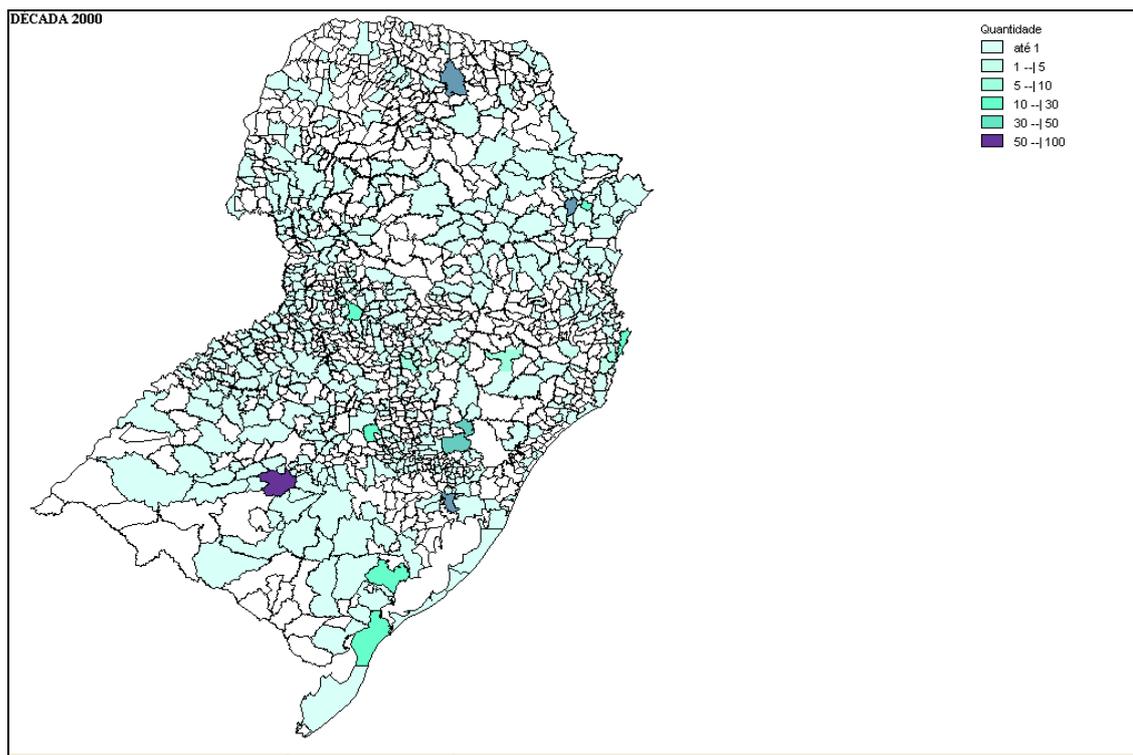
No Rio Grande do Sul houve o surgimento de 788 EES. Dezenas destes empreendimentos surgiram em Santa Maria, Porto Alegre e Caxias do Sul, sendo que nos demais municípios o número de EES que surgiram foi significativo, geralmente com mais de um EES nascendo em cada município.

4.8.3 Anos 2000 e a busca pela afirmação

Nos anos 2000 (os dados são referentes somente até o ano de 2007), a expansão da economia solidária na região avolumou-se, com a criação de mais de 1860 EES. Somente no Rio Grande do Sul mais de mil EES foram criados, no Paraná este total chegou a 500 EES e em Santa Catarina outros 330 EES, de acordo com o Mapa 13. Em mais de 30 municípios houve o surgimento de mais de 10 EES.

No Rio Grande do Sul, em 225 municípios houve a criação de ao menos um empreendimento de economia solidária. Sendo que em Santa Maria e Porto Alegre foram criados 91 e 65 EES, respectivamente.

Em Santa Catarina, embora o ritmo de expansão da economia solidária não tenha experimentado o mesmo “boom” que nos outros dois estados da região, a criação de EES manteve-se em crescimento expressivo em pólos como Chapecó, Florianópolis, Blumenau, Joinville e Laguna, sendo criados mais de 10 EES nestas cidades.



Mapa 13 – EES Região Sul – 2000 a 2007

Fonte: Dados do Atlas de Economia Solidária compilados pelo autor

Ocorreu ainda nesta década uma expansão da economia solidária mais expressiva no Paraná do que em Santa Catarina, diferentemente do que havia ocorrido nas décadas anteriores. A inclusão da economia solidária na pauta do governo estadual nesta década contribuiu significativamente para isto. Surgiram mais de 50 EES nos municípios de Curitiba e Londrina, sendo que a expansão prosseguiu no litoral do estado e, ainda, em Maringá, no norte do estado onde surgiram nesta década mais de 10 EES.

4.8.4 Trajetória da economia solidária da região sul na forma temporal

O objetivo desta dissertação foi compreender a expansão da Economia Solidária na região sul do Brasil. Esta expansão deu-se de forma diferenciada na região Sul, sendo que o Rio Grande do Sul foi o estado que alavancou a expansão da Economia Solidária.

Ao considerarmos a expansão da economia solidária na região sul durante as últimas décadas podemos afirmar que esta expansão passou a ser expressiva a partir da década de 1990, com um “boom” no decorrer dos anos 2000.

O número de EES que iniciaram suas atividades antes de 1980 é mínimo, chegando a pouco mais de uma centena. No entanto, nesta década, o Rio Grande do Sul já possuía praticamente o dobro de EES que os estados de Paraná e Santa Catarina somados. Isto se deve

em grande parte á atuação da Cáritas com os Projetos Alternativos Comunitários que fomentaram diversas atividades de geração de emprego e renda em comunidades nas quais a Cáritas atuou. A gestão de cunho popular na prefeitura de Porto Alegre, que teve início em 1989, também contribuiu para isto. O Quadro 16 mostra que a expansão da Economia Solidária, no estado, se dá de forma mais acentuada do que nos estados do Paraná e Santa Catarina.

	Rio Grande do Sul	Paraná	Santa Catarina	Sul
até 1970	3%	1%	3%	3%
1980 – 1990	9%	5%	8%	8%
1990 – 2000	38%	30%	40%	37%
2000 – 2007	49%	63%	48%	52%

Quadro 16 – Expansão da Economia Solidária na Região Sul – por período de início de atividade dos EES

Fonte: Dados do SIES, compilados pelo autor.

Constatamos que, de modo geral, cresceu significativamente o número de EES na década de 1990, sendo que neste período surgiram 37% dos EES da região. No estado de Santa Catarina 40% dos EES foram criados nesta década e 38 dos EES do Rio Grande do Sul.

A ação das entidades de apoio que surgiram na década, as políticas de governo implantadas no Rio Grande do Sul no período, somados á realização de eventos de articulação realizados na região, segundo Barbosa (2007), contribuiu para este contexto. Não deve ser ignorada a crise do emprego nesta década, que originou a tomada de empresas falidas por diversos grupos de trabalhadores na região, e fez com que trabalhadores excluídos do mercado de trabalho se organizassem em tornos dos EES como alternativa ao desemprego.

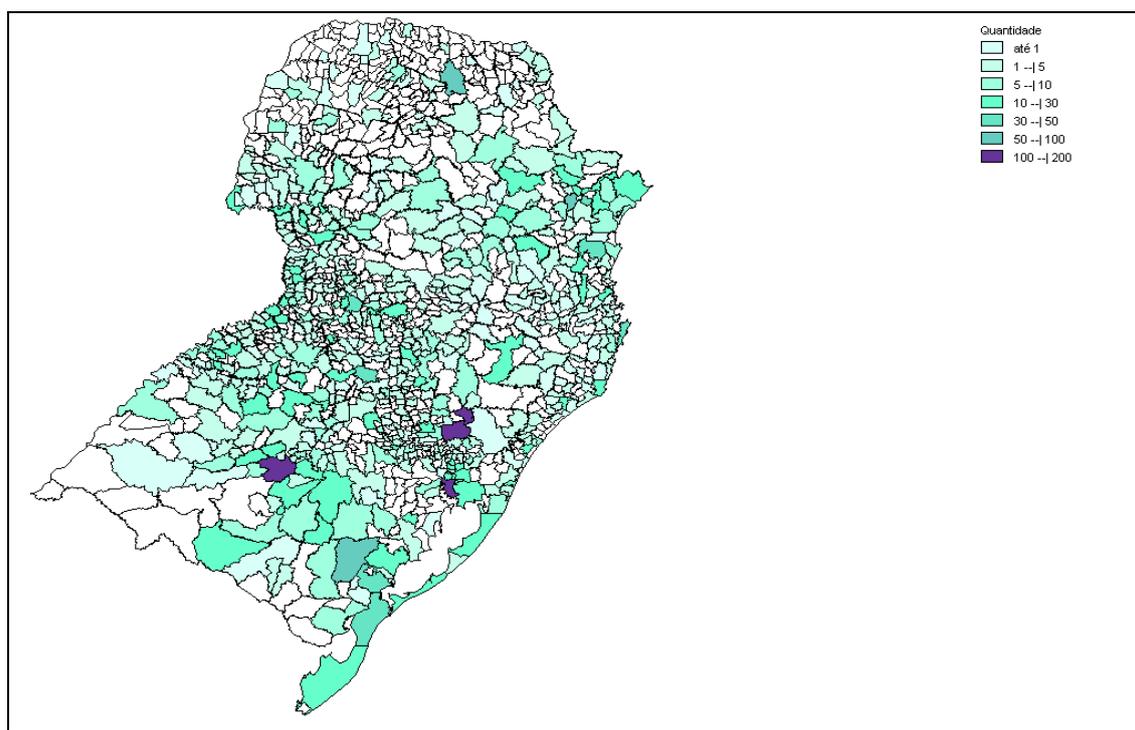
No período compreendido entre 2000 e 2007 foi onde mais EES iniciaram suas atividades. Mais de 50% dos 3.566 EES existentes na Região Sul, em 2007, surgiram neste período, sendo que no estado do Paraná este foi o período de maior crescimento da economia solidária, pois foram criados 63% dos EES do estado.

Cabe destacar o surgimento da política pública nacional de Economia Solidária, que fomentou a formação de vários EES. Os programas de governo estabelecidos no Paraná e Rio Grande do Sul foram importantes para esta expansão. Outro fator predominante encontra-se na atuação das ITCP'S, bem como na formação dos fóruns de Economia Solidária nos níveis estaduais, microrregionais e municipais. No Paraná o número de EES quase que triplicou no

período. No Rio Grande do Sul surgiram mais de mil EES. Santa Catarina teve no período um incremento no número de EES semelhante ao da década de 1990.

Constatamos assim, que a Economia Solidária está em crescente expansão nas últimas décadas, tanto pela crise do emprego, na década de 1990, quanto pelas iniciativas públicas que ocorreram nas duas últimas décadas. Desta forma, em 2007, a região sul contava com 3.583 EES, que correspondiam a 16,39% dos EES em todo o país, estando presentes em 621 municípios, o que representa 55,05% do total da região. Um contingente de mais de meio milhão de pessoas, totalizando cerca de 2% da população da região sul, estava ligada a empreendimentos econômicos solidários.

A atual composição da economia solidária na região sul, conforme expõe o Mapa 14, mostra que estes estão concentrados no Rio Grande do Sul, principalmente nos municípios de Santa Maria, Porto Alegre e Caxias do Sul, com o maior contingente de EES da região. Há ainda uma presença importante na região da serra gaúcha e na região metropolitana de Porto Alegre.



Mapa 14 – Total de EES existentes na Região Sul – 2007

Fonte: Dados do SIES compilados pelo autor.

Em Santa Catarina os EES se concentram na região do Vale do Itajaí, em Blumenau, Joinville e Itajaí, no oeste do estado se apresenta como pólo o município de Chapecó e na capital Florianópolis.

No Paraná há um grande número de EES na capital do estado, Curitiba, e no município de Londrina, no norte do estado. Em Curitiba diversas entidades apóiam os EES, sendo que em Londrina a articulação em torno da economia solidária já a tornou uma política social. Há ainda uma concentração de EES no litoral do estado, na região metropolitana de Curitiba e no sudoeste. As ações de apoio em Curitiba se estendem pela região metropolitana, enquanto no litoral as associações propiciam a economia solidária e no sudoeste o arranjo em torno da produção agro ecológica aglutina os EES.

A distribuição de EES na região ocorre de forma heterogênea com 58,21% dos EES e 67,26% dos participantes no Rio Grande do Sul, 22,58% dos EES e 9,2% dos participantes no Paraná e 19,21% dos EES e 23,54% dos participantes em Santa Catarina. Sendo que no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina os EES estão presentes em cerca de 60% dos municípios, no Paraná este percentual não passa de 35%.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta dissertação foi compreender e analisar a expansão da economia solidária na região sul do Brasil. Dentre os objetivos específicos coube evidenciar as diferenças na expansão da economia solidária nos estados da região sul, o que expomos a seguir.

A prevalência da Economia Solidária no Rio Grande do Sul é fruto do pioneirismo deste estado em diversos fatores profícuos para a expansão e o desenvolvimento da Economia Solidária, expostos no Quadro 17. As primeiras ações de apoio, bem como iniciativas públicas de apoio á Economia Solidária na Região Sul, tiveram lugar neste estado. Os primeiros eventos organizativos e discussão em torno da Economia Solidária no país também se concentraram neste estado, da mesma forma que os primeiros fóruns de Economia Solidária. A experiência obtida e o relacionamento entre entidades de apoio, órgãos de governo de todos os níveis e EES, fez com que o processo de desenvolvimento e expansão da Economia Solidária no Estado esteja mais avançado que no Paraná e em Santa Catarina. Isto diz respeito também à diversidade de iniciativas e de entidades de apoio existentes e atuantes há muitos anos no estado.

Em Santa Catarina é possível observar que, apesar de EES ser menor do que no estado do Paraná, eles estão presentes em um percentual maior de municípios do estado. Cabe ressaltar que, como compreendido no estudo, Santa Catarina tem o maior contingente de EES com CNPJ e que tiveram maiores acesso a crédito. Além disto, o estado tem o maior

percentual de remunerações mais elevadas na região, sendo também o estado onde, proporcionalmente, mais EES investiram no último ano. Por todos estes fatores e por possuir um número maior de pessoas envolvidas com a economia solidária, podemos afirmar que após o Rio Grande do Sul, Santa Catarina é o estado da região onde a economia solidária é mais consistente, embora em proporções reduzidas.

No Paraná a expansão da economia solidária é recente, com mais de 60% dos EES surgindo na última década. A articulação em torno da economia solidária no estado ainda é baixa, havendo uma série de ações efetivas que, todavia, não estão interligadas. A adoção da economia solidária como política de governo na última década, e a busca pela sua efetivação nos últimos dois anos, tornam o cenário para a expansão da economia solidária no estado promissor, desde que o Estado aja como articulador e promotor das ações e iniciativas existentes em torno da economia solidária.

O perfil dos EES do Paraná, majoritariamente com até 10 participantes e ligados a pequenos grupos urbanos, faz com que o estado, embora possua mais EES que Santa Catarina, tenha um número menor de participantes. Em Santa Catarina o perfil dos EES possui um número maior de participantes pela participação das fábricas recuperadas e das associações rurais que congregam mais integrantes.

Convém ressaltar que as cidades com maior número de EES no Rio Grande do Sul em 2007: Santa Maria (que hoje possui uma lei de fomento), Porto Alegre, Caxias do Sul, experimentaram programas de governo que fomentaram a Economia Solidária. Em Santa Catarina, os municípios de Chapecó e Florianópolis possuem o maior número de EES, sendo que um possui uma ITCP atuante e o outro é a capital do estado. No Paraná, Londrina e Curitiba se destacam, sendo que a primeira possui hoje uma lei de fomento á Economia Solidária e a segunda é a capital do estado, onde estão presentes diversas entidades de apoio.

	% dos EES da Região	% dos participantes de EES da região	% de municípios com EES	Políticas Públicas/ Ano	Entidades de apoio	Ações governamentais	Redes, fóruns e feiras de Economia Solidária
Rio Grande do Sul	58,21%	67,26%	61%	1 Lei estadual (2001) 2 leis municipais (2008 e 2010)	6 ITCP's Ações de apoio desde a década 1980	Apoio de governos de cunho popular desde o final da década de 1980 em diferentes cidades	<ul style="list-style-type: none"> • Rede Coesperança em Santa Maria • Maior Feira de Economia Solidária do Brasil realizada desde 1994 • Grande número de fóruns em todos os níveis
Santa Catarina	19,21%	23,54%	59,7%	1 lei municipal (2009)	5 ITCP'S Apoio iniciado no decorrer da década de 1990	-	<ul style="list-style-type: none"> • Fórum estadual existente desde 2005 • EES do estado integra a Rede Justa Trama de algodão ecológico
Paraná	22,58%	9,20%	35,8%	2 leis municipais (2008 e 2010)	4 ITCP'S Apoio iniciado no decorrer da década de 1990	Apoio municipal de forma isolada e a nível estadual desde 2003. Em 2011 o termo "Economia Solidária" passou a incorporar o nome da Secretaria de trabalho do estado	<ul style="list-style-type: none"> • Fóruns concentradas na região de Curitiba • Inexistência de redes em torno da economia solidária • Feiras iniciando na isoladas e recentes • Proposição de uma lei estadual para a Economia Solidária

Quadro 17 – Síntese da Economia Solidária na Região Sul

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do SIES, do FBES e pesquisas realizadas pelo mesmo.

Os objetivos específicos de determinar o impacto das políticas públicas de apoio a economia solidária, bem como a ação das entidades de apoio, assessoria e fomento aos EES, sobre a expansão da economia solidária na região, foram alcançados. Demonstramos que a expansão da Economia Solidária está diretamente relacionada à existência de entidades de apoio, ações governamentais, à capacidade organizativa dos envolvidos, além do acúmulo de experiências que propicia o seu desenvolvimento, confirmando a segunda hipótese deste trabalho. Nas cidades e regiões onde a articulação entre estes elementos é maior, é possível verificar a evolução deste movimento para a criação de políticas em torno da economia solidária. Ocorre o movimento inverso ao projetado na primeira hipótese levantada nesta dissertação, que considerava a política social como indutora da economia solidária. Na realidade o amadurecimento da articulação em torno da economia solidária é que induz a criação de políticas.

Sugere-se como proposta uma organização ainda maior dos EES da região Sul do Brasil em forma de redes solidárias. Uma grande ferramenta de apoio para esta finalidade é a rede virtual Cirandas, criada em 2009 pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Ela visa facilitar a comunicação entre EES, fóruns, consumidores para a formação de redes e cadeias solidárias, divulgação de EES e produtos, bem como a interação entre estes agentes.

Como trata Mance (2003), a organização de redes de Economia Solidária é uma estratégia viável para seu desenvolvimento e expansão, fazendo com que EES outrora isolados, possam compartilhar seus conhecimentos e produtos com outros EES. A comercialização e alcance aos consumidores é outra vantagem proporcionada pela organização em redes. Desta forma, criam-se elos capazes de fortalecer os empreendimentos e reafirmar a Economia Solidária como modo contra-hegemônico de produção e consumo que visa a satisfação das necessidades humanas, a realização por meio do trabalho e o respeito ao outro e ao meio ambiente.

Com isto, o questionamento levantado por Tauile (2002), sobre saber se os empreendimentos econômicos solidários terão espaço para sobreviver em meio a dinâmica capitalista, no longo prazo, pode ser respondida, ao menos em parte. Coloca-se ainda como questionamento, se a Economia Solidária é capaz de criar uma dinâmica própria entre seus agentes ou se em um dado momento ela será incorporada como um setor dentro da dinâmica capitalista de produção. Este movimento será determinado pela capacidade da

economia solidária de manter seus princípios e ideais e conseguir galgar cada vez mais espaço na economia nacional, aliando princípios solidários e eficiência econômica, bem como condições de trabalho e remuneração condizentes com as necessidades dos trabalhadores.

Constatou-se que a sua expansão foi intensa nas últimas duas décadas o que traz consigo uma série de riscos, como o oportunismo ou a incorporação dos EES à lógica capitalista. No entanto, acreditamos que, quando pautada em políticas públicas e não somente em políticas de governos transitórias, com a contribuição de entidades de apoio comprometidas com a preservação de seus princípios, é possível.

A organização dos EES pautada na autogestão e na cooperação feita por trabalhadores excluídos da dinâmica capitalista é o germe necessário para que a Economia Solidária se consolide como uma “outra economia”, que vise as pessoas e o meio ambiente, e não o lucro. As relações de trabalho, a forma de se ver o meio ambiente e o consumidor, a maneira como estes se relacionam com os demais EES e atuam nas esferas organizativas, definirá, juntamente com as políticas públicas e ações de apoio implantadas, os rumos da Economia Solidária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, Telmo. **A feira do Cooperativismo alternativo: 15 anos de caminhada.** In: Revista do histórico dos 15 anos da feira de Santa Maria: "Uma experiência aprendente e ensinante". Santa Maria, 2008.

ALVES, Giovanni. Toyotismo e subjetividade: as formas de *desefetivação* do trabalho-vivo no capitalismo global. **Organizações e Democracia.** Marília v .7,n.1/2, p. 89-107,Jan.-Jun./Jul.-Dez., 2006.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? :** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3ªed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.

_____. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2005.

Atlas da Economia Solidária no Brasil. Brasília: Ministério do trabalho e emprego (MTE)-Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES), 2007.

BALBINOT, Edeimar L. **Particularidades inerentes ao modelo de Gestão de um empreendimento de Economia solidária: um estudo de caso.** Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. **A economia solidária como política pública:** uma tendência de geração de renda e resignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

BAYAT, Assef. **Works Politics and Power: International perspective on Workers Control and Self-Management.** New York: Monthly Review Press, 1991.

BEATRIZ, Marilene Zazula. **Os sentidos da economia solidária: os caminhos da construção da autonomia coletiva e organizativa.** Tese (doutorado) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

BERTHIER *et.al.* **Autogestão e Anarquismo.** São Paulo: Imaginário, 2002.

BLANC, Louis. Organização do trabalho [1839]. In: TEIXEIRA, ALOÍSIO (Org.) **Utópicos, heréticos e malditos.** São Paulo: Record, 2002. p.195-232.

CARDOSO, Ruth. Fortalecimento da Sociedade Civil. In: IOSCHPE, EVELYN BERG. **3º Setor: Desenvolvimento social sustentado.** 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

CARNEIRO, Francisco Galvão. Perfil da pobreza e aspectos funcionais dos mercados de trabalho no Brasil. In: **Pobreza e Mercados no Brasil: uma análise de iniciativas de políticas públicas.** Brasília: CEPAL. Escritório no Brasil/DFID, 2003.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências humanas e sociais.** São Paulo: Cortez, 1991.

CORREA e AMARAL. In: ALBERT, Michael (*et.al*, 2004) . **Autogestão Hoje, Teorias e práticas contemporâneas.** São Paulo: Faísca, 2004.

COUTROT, Thomas. **Brésil: le boom de l'économie solidaire.** Disponível em:< <http://www.france.attac.org/spip.php?article1053>> Acesso em 28 mar.2009

DAGNINO, Renato; NOVAES, H. T. . A Adequação Sócio-Técnica como insumo para a recuperação dos Institutos Públicos de Pesquisa. In: **Gestão e Desenvolvimento** (Universidade Católica Portuguesa), Taubaté, v. 1, p. 30-43, 2005.

DAL RI, Neusa Maria; VIEITEZ, Candido Giraldez. O processo de trabalho nas fábricas de autogestão. In: **Organizações e Democracia**. Marília, n.2 p.19-27, Dez., 2001.

_____. **Trabalho Associado: cooperativas e empresas de autogestão**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

DESLANDES, Suely Ferreira. A construção do projeto de pesquisa. In: MINAYO, MARIA CECÍLIA DE SOUSA (Org.) et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Ed 19ª. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DURKHEIM, Émili. **Da divisão do trabalho social**. 2º ed. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

Economia Solidária – Mapeamento Rio Grande do Sul. São Paulo: Senaes/MTE, ABMP, 2008.

ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, RICARDO (org). **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ENRIQUEZ, Eugene. **Da horda ao Estado: a psicanálise do vínculo social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

FARIA, José Henrique. **O autoritarismo nas organizações**. Curitiba, PR: Criar: FAE, 1985.

FINKLER, Anna Luisa. **A relação entre os problemas de saúde dos trabalhadores e o processo de trabalho em frigoríficos**. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Enfermagem) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2007.

FOURIER, Charles. O novo mundo industrial e societário [1829]. In: TEIXEIRA, ALOÍSIO (Org.) **Utópicos, heréticos e malditos**. São Paulo: Record, 2002. p.67-100.

FRANÇA FILHO, G. C.. Teoria e Prática em Economia Solidária: problemática, desafios e vocação. **Civitas**, Porto Alegre, v. 7, p. 155-174, 2007.

GAIGER, Luiz Inácio. **Brasil**: un retrato de la lucha emancipatória de los pobres. In: **Revista Outra Economia**. vol.2,nº2 1º semestre/ 2008,p12-16.. Disponível em: <www.riless.org/otraeconomia>. Acessado em: 20 set. 2008.

_____. Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In: SINGER, PAUL; SOUZA, ANDRÉ RICARDO. (Org.). **A economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000, p. 267-286.

GIRELLI, Scheila (2007). Incubadoras sociais: perspectivas e desafios na consolidação da economia solidária. Disponível em: < <http://www.itcp.usp.br/drupal/node/540>>. Acesso em: 10 mai. 2009.

GRAY, John. Uma exposição sobre a felicidade humana [1825]. In: TEIXEIRA, ALOÍSIO (Org.) **Utópicos, heréticos e malditos**. São Paulo: Record, 2002. p.151-194.

GUILLERM, Alain e BOURDET, Yvon. **Autogestão**: uma mudança radical. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

Gurvitch, Georges. **Extraits de l'Oeuvr: Autogestion, études, débats, documents**. Paris: Cahier no. 1, dezembro, 1966.

GUTIERREZ, Gustavo Luis. A autogestão em empresas no Leste Europeu: Iugoslávia e Bulgária. In: **Perspectivas Revista de Ciências Sociais**. Unesp. São Paulo, v.16, 1997, p. 57-68.

HALL, Richard H. **Organizações:** estruturas, processos e resultados. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão Social no Capitalismo. In: **Temporalis** - Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

ICAZA, Sarria A. M.. Políticas públicas e movimento de economia solidária. Uma análise a partir da experiência do Rio Grande do Sul. In: III Seminário Nacional e I Seminário Internacional Movimentos Sociais Participação e Democracia, 2010. **Anais**. Florianópolis: Movimentos Sociais Participação e Democracia, 2010.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. 4ªed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

JUVENAL, Thais Linhares. Empresas recuperadas por trabalhadores em regime de autogestão: reflexões à luz do caso brasileiro. In: **Revista do BNDES**. Rio de Janeiro: v.13, n.26, 2006. p. 115-138

KAPRON, Sergio; FIALHO Ana Lucia. **Políticas** públicas para a economia solidária. In: **A outra economia**. CATANNI, ANTONIO DAVID (org). Veraz Editores, Porto Alegre: 2003.

LANGE, Oskar. Economia Política. In: **Economia** (Coleção Grandes Cientistas Sociais). (Org), POMERANZ, LENINA, São Paulo: Ática, 1981.

LAVILLE, Jean Louis Do século 19 ao século 21: permanência e transformações da solidariedade em economia. In: **Revista Katálisis**. Florianópolis, v. 11, n. 1 ,2008.

LUNA, Sergio Vasconcelos de. **Planejamento de pesquisa:** uma introdução. São Paulo: EDUC, 1996.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

MANCE, Euclides André (org). **Como organizar redes solidárias**. Rio de Janeiro: DP & A, Fase, IFIL, 2003.

MANDEL, Ernest. **Control Obrero, Consejos Obreros, Autogestión**. México, Ediciones Era, 1974.

Marconsin, Aduino Fernandes. **Política pública de economia solidária: uma política em construção**. Tese (doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2008.

NAKANO, M.. Anteag: a autogestão como marca. In: SINGER, PAUL; SOUZA ANDRÉ RICARDO. (Org.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

NAMORADO, Rui. **Os Princípios Cooperativos**. Coimbra, Fora do Texto, 1995.

NASCIMENTO, Cláudio. Autogestão: Economia Solidária e Utopia. In: **Otra Economía** Volume II, nº 3. 2º semestre/ 2008.

_____. Socialismo autogestionário. In: **A outra economia**. CATANNI, ANTONIO DAVID (org). Veraz Editores, Porto Alegre: 2003.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. 3. Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

OCEPAR – Organização das cooperativas do Estado do Paraná. Disponível em: <<http://www.ocepar.org.br/ocepar/>> . Acesso em: 2 jun.2009

ORTELLADO, Pablo. In: ALBERT, Michael (*et.al*, 2004) . **Autogestão Hoje, Teorias e práticas contemporâneas**. São Paulo: Faísca, 2004.

OWEN, Robert. O livro do novo mundo moral [1836-1844]. In: TEIXEIRA, ALOÍSIO (Org.) **Utópicos, heréticos e malditos**. São Paulo: Record, 2002. p.101-149.

PAEZ, Luiz Francisco Verano. **Economia Solidária, uma alternativa ao Neoliberalismo**. Santa Maria: Cisma Edições, 2001.

PEDRINI, Dalila M.. Bruscor: uma experiência que aponta caminhos. In: **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. SINGER, PAUL; SOUZA, ANDRÉ RICARDO(orgs). São Paulo: Contexto, 2000.

PEDRINI, Dalila Maria; PRIM, Lorena de Fátima; SANTOS, Nilce. Apontando caminhos: a solidariedade na economia catarinense. In: GAIGER, LUIZ INÁCIO (Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

PETITFILS, J.-C. . **Os socialismos utópicos**. São Paulo: Círculo do Livro, 1977.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

POCHMANN, Márcio. Economia Solidária no Brasil: possibilidades e limites. In: **Boletim Mercado de Trabalho** - Conjuntura e Análise. Brasília, nº 24, Agosto 2004..

PROUDHON, Pierre Joseph. O que é a propriedade? [1840]. In: TEIXEIRA, ALOÍSIO (Org.) **Utópicos, heréticos e malditos**. São Paulo: Record, 2002. p. 233-201.

QUERMES, Paulo Afonso de Araújo. Economia Solidária: Novas exigências para a universidade e a sociedade brasileira. In: **Revista Diálogos UNB**. Brasília, Editora Universa, setembro/2002.

Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. Disponível em: <<http://www.itcp.usp.br/drupal/node/440>> . Acessado em: 10 mai. 2009.

RIOS, Gustavo Sá Leitão. **O que é cooperativismo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ROSSI, Giovanni. **Colônia Cecília e outras utopias**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000.

SANTILÁN, Diego Abad. **Organismo Económico da Revolução: A Autogestão da Revolução Espanhola**. São Paulo: Brasiliense 1980.

SCHÜTZ, Rosalvo (2008). Economia Popular Solidária: novos desafios para a educação popular. In: *Série Le Monde Diplomatique Brasil*. (Org.). **Desafios da economia solidária**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008, v. 04, p. 19-52.

SETP – Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social. **Termo Técnico de Referência: Programa Paranaense de Economia Solidária**. Curitiba: SETP, 2004.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. **Economia solidária: um modo de produção e distribuição**. In: SINGER, PAUL; SOUZA, ANDRÉ (Orgs.). A economia solidária no Brasil; a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo. Contexto, 2000.

TAUILE, J. R.. Do Socialismo de Mercado à Economia Solidária. In: **Revista de Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, 2002.p. 107-122.

TÉVOÉDJRÈ, Albert. **A pobreza, riqueza dos povos:** a transformação pela solidariedade. Petrópolis: Vozes, 2002.

TRAGTENBERG, Maurício. Uma prática de participação: as coletivizações na Espanha (1936/1939). In: **Participação e participações:** ensaios sobre autogestão. VENOSA, ROBERTO (org). São Paulo: Babel Cultural, 1987.

_____ (prefácio) In: SANTILÁN, Diego Abad. **Organismo Económico da Revolução: A Autogestão da Revolução Espanhola.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980.

_____. **Administração, poder e ideologia.** (Coleção Maurício Tragtenberg). - 3.ed.rev São Paulo: Editora UNESP, 2005.

VIEITEZ, Cândido Giraldez. **A empresa sem patrão.** Marília, SP: Unesp, 1997.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Zanchet, Maria Saléte. Características dos empreendimentos de economia solidária no Paraná. In: **Análise Conjuntural**, v.30, n.9-10, set./out. 2008

APÊNDICE

Este breve questionário tem por objetivo a captação de dados sobre a atuação das incubadoras universitárias no apoio aos empreendimentos da Economia Solidária. O presente estudo objetiva correlacionar a expansão da Economia Solidária com as políticas públicas de apoio, o contexto econômico e ações das entidades de apoio/assessoria e das incubadoras na Região Sul. O resultado final deste trabalho dará base juntamente com outras séries de dados ao artigo final da disciplina de Análise Regional do Mestrado em Desenvolvimento Regional – Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Questões

- 1. Qual foi o ano de criação da incubadora de cooperativas populares?**
- 2. Qual o total de empreendimentos/grupos incubados desde então até o presente momento?**
- 3. Como a Incubadora considera a sua importância para o desenvolvimento da economia solidária na região em que atua?**
- 4. A incubadora atua de forma articulada com os gestores públicos de economia solidária da região e com os fóruns de economia solidária (no caso da existência dos mesmos)? De que forma?**